

8 ARTIGOS
ACADÊMICOS

RESENHA
DO LIVRO "MOCAMBOS E
QUILOMBOS: UMA HISTÓRIA DO
CAMPEPINATO NEGRO NO
BRASIL"

ENTREVISTA
JAIRO NICOLAU E
BEATRIZ BISSIO

VOLUME 14 - Nº 1 - ED. 2016

revista
habitus

ISSN: 1809-7065



www.habitus.ifcs.ufrj.br



Volume 14 – Número 1 – Edição 2016

www.habitus.ifcs.ufrj.br

A Revista Habitus é uma publicação eletrônica semestral, cujo objetivo é oferecer aos jovens pesquisadores uma oportunidade de divulgação de seus trabalhos, de socialização às regras do mundo acadêmico e de produção do desejo de escrever e de ser reconhecido pelo campo científico brasileiro.

Desde 2003, a Revista Habitus se organiza para que estudantes de Ciências Sociais de todo o país possam ter um espaço para a publicação de seus artigos e resenhas. Trata-se de um trabalho voluntário, realizado pelos alunos de graduação em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), que estimula a produção acadêmica nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

Ao longo de todas as nossas edições, contamos também com uma sessão de Entrevistas, onde estabelecemos uma conversa franca com pesquisadores e professores para compreender os novos rumos da disciplina. Para acessar as datas para a entrega de artigos, assim como nossos procedimentos editoriais, consultar nossas [Normas](#).

Periodicidade: Semestral | ISSN: 1809.-7065 | Contatos: revistahabitus@gmail.com

© Instituto de Filosofia e Ciências Sociais | Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Expediente – Comitê Editorial

Anthony Rodrigues, Augusto César Rocha de Alencar, Cleissa Regina Martins, Francisco Kerche, Lidia Cordeiro Campos, Luana Calzavara, Lucas Lemos, Lucas Martins, Luiz Paulo Garcia Bittencourt, João Caldeira de Andrada, Paulo Roberto do Couto Filho, Paula Frias dos Santos, Ricardo Coelho, Rodolfo Teixeira Alves.

Conselho Editorial

Adam Ramey, André Pereira Botelho, Christina Toren, Cristina Buarque de Hollanda, Cybelle Salvador Miranda, Emerson Alessandro Giumbelli, Fernando Rabossi, Kátia Couto, Luís Felipe Miguel, Michael Burawoy, Paula Lenguita, Ruy Braga.

ÍNDICE / CONTEÚDO

Editorial.....	4
Os Pressupostos Funcionalistas da Teoria da Modernização.....	7
A Felicidade das Pequenas Aventuras: o apelo emocional positivo na publicidade contemporânea.....	29
O Ensino de Sociologia na Imprensa Brasileira: O caso do jornal O Estado de São Paulo.....	39
A Homologia entre Literatura e Cinema: uma ferramenta do não fosso na subjetivação artística em Nelson Pereira dos Santos.....	56
Ariano Suassuna: o hermeneuta da tradição sertaneja.....	71
O Estudo da Islamofobia através dos Meios de Comunicação.....	78
Expansão e Democratização Universitária: a implementação do REUNI na Universidade Federal do Rio de Janeiro.....	90
As Raízes do Patrimonialismo de Estado no Brasil.....	99

Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil.....	112
O cenário político atual: entrevista com Beatriz Bissio e Jairo Nicolau.....	119

PARA QUANDO PASSAR A TSMPESTADE

Aqueles que acompanham a trajetória da *Habitus* estão acostumados com editoriais que iniciam com palavras reflexivas e confortantes, onde celebramos a edição apresentada com uma postura que indica um entendimento tanto sobre nossa condição enquanto revista, quanto da conjuntura em que ela é lançada. Não que estejamos desorientados ou desesperançados. Muito pelo contrário. Todavia, no momento, nossa perplexidade diante dos últimos acontecimentos no país dá a esse editorial um tom muito menos festivo dos outros anos.

Sendo a *Habitus* uma revista de estudantes comprometidos com a sociedade, e que tem aspirações de atuar no campo de pesquisas e da educação no Brasil, nos encontramos todos preocupados com a maneira como o conhecimento vem sendo encarado pelo atual governo. Isso por que o projeto para a educação que vem sendo gestado, afeta diretamente nosso futuro.

Apesar de estarmos todos acostumados com o fantasma da mercantilização das universidades brasileiras, que tem como projeto atrelar as pesquisas a uma lógica produtiva onde temas seriam elencados de acordo com interesses do mercado e não por sua relevância científica, nunca nos sentimos tão ameaçados quanto agora. As políticas de austeridade já começam a afetar a educação de forma agressiva, com redução de investimento e cortes de bolsas.

O que faz com que esse quadro seja mais alarmante é o fato de ser o resultado de manobras políticas que abalam o funcionamento da democracia. E talvez a consequência mais preocupante de todo o processo esdrúxulo que testemunhamos seja a sua transfiguração. Perceber que a democracia como um todo, e não só o caso brasileiro, possui aspectos tão frágeis a ponto de abarcar operações tão escusas como as que acompanhamos, nos mostra que é preciso estar sempre vigilante.

E é nesse sentido que nos mostramos esperançosos. Estar atento aos rumos da sociedade é uma prática cotidiana que abraçamos desde sempre. Enquanto o pulso conservador, com o qual, infelizmente, precisamos lidar nesse momento, é sempre um fenômeno passageiro, nossas práticas progressistas sempre fizeram parte de nossas vidas. E serão preservadas após passar a tormenta que toma conta da cena política.

Aproveitamos para registrar em nosso editorial que, durante a corrente edição, tivemos a oportunidade de vivenciar uma experiência muito importante para nós, membros atuais da *Habitus*, e para a revista, dentro de sua relevância em perspectiva. A convite das alunas e alunos do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional coordenamos uma

oficina sobre processo editorial, inserida na programação da semana de alunos. Para nós foi motivo de muito orgulho e deixamos aqui nossos agradecimentos aos membros organizadores.

No artigo **“A felicidade das pequenas aventuras”**, as autoras Bárbara Maria Farias Mota e Mikhaella de Paiva Costa Wanderley Feitosa analisam como a relação entre publicidade e o apelo a sentimentos afetivos positivos são representados nas ações de marketing de marcas e produtos.

No trabalho intitulado **“Expansão e democratização universitária: a implementação do REUNI na Universidade Federal do Rio de Janeiro”**, Vinícius Volcof Antunes discute alguns dos impactos da implementação do REUNI na UFRJ.

No artigo **“A homologia entre literatura e cinema: uma ferramenta do não fosso a subjetivação artística em Nelson Pereira dos Santos”**, Artur Pimentel busca entender, através de uma sociobiografia do cineasta, como se estruturou o processo de construção da subjetividade artística em Nelson Pereira dos Santos paralelamente à movimentação cultural brasileira, no que tange, principalmente, no cinema e na literatura.

No artigo **“O estudo da islamofobia através dos meios de comunicação”**, a autora Priscila Silva dos Santos discute e analisa a questão da crise imigratória e dos refugiados muçulmanos a partir da abordagem dos meios de comunicação.

No artigo **“As raízes do patrimonialismo de Estado no Brasil”**, o autor Elvis Paulo Couto discute a noção de patrimonialismo no pensamento social brasileiro através de uma análise das obras de Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro, Simon Schwartzman, Werneck Vianna e Jessé de Souza.

Em seu artigo **“Ariano Suassuna: o hermenêuta da tradição sertaneja”**, a autora Juliana Morais, baseando-se no conceito de hermenêutica fenomenológica de Paul Ricoeur, debate as diferentes imagens do *sertanejo* no campo das ciências sociais brasileiras tomando como reflexão a obra “A pedra do Reino”.

No artigo de Sheila Cristina Gomes dos Reis, **“Os pressupostos funcionalistas da Teoria da Modernidade”**, a autora mobiliza Durkheim, Parsons e Merton, autores clássicos da sociologia, buscando ver a relação deste com a Teoria da Modernização, teoria que se dedicou a explicar a modernização nos países conceituados como de “desenvolvimento tardio”.

Em **“O ensino de sociologia na Imprensa brasileira: o caso do Jornal O Estado de São Paulo”**, de Jessica Costa de Araujo, como o próprio nome já sugere, busca acompanhar a trajetória da sociologia, enquanto disciplina, no ensino secundário através de notícias sobre o tema, vinculadas na imprensa escrita, especificamente no Jornal O Estado de São Paulo. O artigo vem à calhar para as discussões que estamos vendo na esfera pública sobre as reformas em andamento, que colocam em questão a disciplina.

Raissa Rodrigues apresenta resenha do livro **“Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil”**, de Flávio dos Santos Gomes. No texto, a autora

expõem os avanços de Gomes nos estudos sobre os quilombos, onde tomamos contato com uma visão dos quilombolas como sujeitos que engendraram sua agência – e ainda o fazem – de forma muito mais ativa do que a história nos diz.

Para esta edição, realizamos uma entrevista com a professora **Beatriz Bissio** e o professor **Jairo Nicolau** sobre o atual cenário político nacional. Os professores falaram sobre o processo de impeachment, Junho de 2013, presidencialismo de coalizão, mídia e a atuação do cientista político. 🌐

Comitê Editorial | Revista Habitus – IFCS/UFRJ

OS PRESSUPOSTOS FUNCIONALISTAS DA TEORIA DA MODERNIZAÇÃO

THE FUNCTIONALIST ASSUMPTIONS OF MODERNIZATION THEORY

*Sheila Cristina Gomes dos Reis**

Cite este artigo: REIS, Sheila Cristina Gomes. Os Pressupostos Funcionalistas da Teoria da Modernização. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p.07-28, 10 de nov. 2016. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 10 de nov. 2016.

Resumo: No trabalho a seguir vamos percorrer o caminho de questões mobilizadas pela macrosociologia de vertente funcionalista, representada por Durkheim, Parsons e Merton e a relação destas com a Teoria da Modernização. Tal teoria se dedicou a explicar o processo de modernização nos países conceituados como de “desenvolvimento tardio”. Partimos do pressuposto que a ordem, a integração e a estabilidade são categorias marcantes nos estudos sobre o processo de modernização. O impacto de tais teorias foi a essencialização de um padrão de desenvolvimento com consequências percebidas até os dias atuais.

Palavras-chave: Sociologia Funcionalista, Teoria da Modernização, Desenvolvimento Tardio, Essencialização do Desenvolvimento.

Abstract: At work then we will walk the path of mobilized issues by macrosociology of functionalist present, represented by Durkheim, Parsons and Merton and the relationship of these to the Theory of Modernization. This theory was dedicated to explain the modernization process in the highly countries as "late development". We assume that the order, the integration and the stability are outstanding categories in the study of the modernization process. The result of such theories was the essentialization a development pattern with perceived consequences to the present day.

Keywords: Functionalist Sociology, Modernization Theory, Late Development, Development's Essentialization.

A sociologia clássica é marcada pela discussão sobre agência e estrutura. Correntes sociológicas como o pragmatismo e a fenomenologia pressupunham a capacidade de ação individual partindo de uma concepção de ser humano autônomo e criativo. Tal vertente, por conseguinte, concentrou suas análises nos agentes sociais com suas subjetividades e criatividades como atores de construção da sociedade, classificada na Teoria Social como microsociologia. Já a macrosociologia, principalmente de viés funcionalista, parte da noção de que a sociedade é um todo estruturado que condiciona a construção do indivíduo, das identidades individuais.

No trabalho a seguir vamos percorrer o caminho de questões mobilizadas pela macrosociologia de vertente funcionalista, representada por Émile Durkheim, Talcott Parsons e Robert Merton e a relação dessas com a Teoria da Modernização. Por Teoria da Modernização chamamos o conjunto de teorias que buscaram explicar o processo de modernização nos países conceituados como de “desenvolvimento tardio”.

Ressaltamos que as noções de solidariedade social, ordem e estabilidade elaboradas no funcionalismo são marcantes para análise das posteriores interpretações da modernidade. Na vertente funcionalista temos como princípio de referência para as suas teorias o contraponto entre as noções de equilíbrio e de conflito. É a partir do pressuposto de tal equilíbrio social que toda a teoria do desvio, do anômico, irá se firmar. É contra um possível desequilíbrio e uma possível desordem sociais que toda a teoria vai trabalhar.

A percepção de que a mobilização e a integração deveriam andar juntas está presente em inúmeros autores. A preocupação ainda é a mesma de Durkheim, a ordem em contextos de crescente complexificação social. Entretanto a obra parsoniana além de considerar as questões estruturais também se volta para a noção de internalização de regras alicerçando correntes de interpretação da modernidade a partir de características psicossociais. Parsons ainda seguia Durkheim na busca por construir teorias gerais universalizantes. É o funcionalismo de Merton que traz novidade neste sentido, ao elaborar as teorias de médio alcance.

A teoria da evolução de Parsons foi uma inspiração para trabalhos que buscavam interpretar o processo de modernização nos países de desenvolvimento tardio. A pressuposição era que havia um caminho de evolução para a modernidade e tal já havia sido escrito nas páginas da história pela Europa e pelos EUA. Através da observação e da comparação entre os países de aspectos econômicos, institucionais e até de traços culturais e de valores nacionais é que os estágios de desenvolvimento foram elaborados.

Difícil que o resultado de tais teorias não fosse a essencialização de um padrão de desenvolvimento. É justamente na busca por questionar tal essencialização e o uso de modelos preconcebidos para os países em desenvolvimento que se encontra a atualidade deste trabalho.

Neste sentido, na primeira parte do trabalho falaremos sobre a teoria funcionalista, descrevendo os principais pontos de convergência entre os autores desta corrente, abordaremos

Durkheim e Parsons. Na segunda parte do trabalho apresentaremos autores que se utilizaram da teoria funcionalista para interpretar os processos de modernização e as consequências desta abordagem. Optamos por falar de Merton nesta parte do trabalho levando em conta o caráter empírico de sua obra.

1. O Funcionalismo sociológico

O funcionalismo marcou fortemente as teorias sociais até os anos 1980, se constituindo neste período como método hegemônico na sociologia. Seus maiores pensadores na teoria social foram Émile Durkheim, Talcott Parsons e Robert Merton. Muito além do impacto na própria constituição da sociologia como disciplina acadêmica, estes autores influenciaram a maneira como as relações sociais foram vistas e as questões que surgiram desta visão. Sem dúvida o funcionalismo exerceu grande influência sobre as teorias que buscaram explicar o processo de modernização dos países “menos desenvolvidos” ou “em desenvolvimento”. Levando-se em conta esta forte influência, principalmente de Parsons, nas Teorias da Modernização, podemos perceber que os grandes problemas postos por esta teoria remetem às questões da ordem, da integração e da internalização de normas.

O pensamento funcionalista é internamente muito diverso, por isso é comum que se encontre diferenças e até divergências entre os pensadores desta corrente. Nosso foco, no entanto, será justamente nas características que fazem desta corrente uma unidade. O primeiro ponto a ser ressaltado sobre o pensamento funcionalista se caracteriza por sua noção de sistema e pela concepção de sociedade como sistema social. Em segundo lugar, o pensamento funcionalista recorre a paralelos com os sistemas orgânicos das ciências naturais buscando, tal como as ciências naturais, leis gerais que regem a sociedade. E em terceiro lugar, tal pensamento centra-se na categoria função que explicaria a manutenção da estabilidade dos sistemas sociais. (SOUZA, 2001)

Talcott Parsons em *A Estrutura da Ação Social* (2010) inicia sua discussão apresentando a morte de Spencer através da citação de Crane Brinton:

Quem lê Spencer hoje em dia? Para nós é difícil compreender a grande agitação que ele causou no mundo... Spencer era um confidente íntimo de um Deus estranho e um tanto insatisfatório a quem ele chamava de o princípio da Evolução. Seu Deus o havia traído. Nós evoluímos e ultrapassamos Spencer.

Herbert Spencer pode ser considerado como um autor pré-funcionalista, o primeiro pensador na sociologia a considerar a sociedade como um sistema. A estabilidade, para Spencer, era uma das características fundamentais da sociedade. Neste sentido, em seu modelo evolucionista, os grupos mutáveis formados pelo “homem primitivo” não poderiam ser chamados de sociedade. Outra contribuição de Spencer, que mais tarde será apropriada pelo funcionalismo, tanto por Durkheim quanto por Parsons, é a ideia de que a sociedade como organismo se diferencia à medida que cresce, fica mais complexa e suas partes diferenciadas

assumem funções cada vez mais específicas. Claramente podemos reconhecer esta ideia de diferenciação e complexificação presentes na Teoria da Modernização.

Uma segunda contribuição de Spencer que podemos identificar posteriormente nas teorias funcionalistas é a concepção de que a sociedade, como organismo, é regida por leis sociais naturais. A principal consequência da analogia entre organismo e sociedade é a noção de evolução humana, conhecida como ‘darwinismo social’. Posteriormente, Parsons irá desenvolver uma versão do evolucionismo social cujo método de análise será o método comparativo.

Émile Durkheim é considerado o fundador do método sociológico empirista-funcionalista. A principal temática de sua obra se constituiu na busca pela reconciliação da concepção de Comte do “estágio positivo” da sociedade com a exposição parcialmente divergente das características do “industrialismo” de Saint-Simon. (GIDDENSs, 2005). Em seu *As Regras do Método Sociológico*, Durkheim fundamenta o seu método que é tratar os fatos sociais como “coisas”. No método proposto por ele podemos visualizar claramente a influência do positivismo. O pressuposto durkheimiano é que a sociologia deve apreender uma realidade que é dada e que é externa ao observador.

A influência de Durkheim em Talcott Parsons é visível, mas segundo o próprio Parsons argumenta, a sua teoria buscava ultrapassar a noção durkheimiana de coerção, de externalidade da sociedade e se aprofundar nos mecanismo de internalização das normas. Apesar desta diferença, ambos os autores se preocupam com a questão da ordem social, da estabilidade social. Além da influência de Durkheim no pensamento de Parsons, podemos identificar a influência de Weber.

Andrada Coelho define o modelo de Parsons como uma síntese de Freud com Durkheim. Ele Diz:

Freud, no entender de Parsons, não levava suficientemente em conta o fato de que a interação entre indivíduos, inclusive nas relações entre pais e filhos, é moldada pelo sistema social. Durkheim, por sua vez, tende a exagerar a importância da regra coercitiva, ignorando a ação do contato entre personalidades, de que é feito o convívio social. A síntese parsoniana se funda no conceito de papel, que é ao mesmo tempo exterior ao indivíduo, como parte de uma instituição, e integrante da estrutura de sua personalidade, por meio da socialização. (COELHO apud WOORTMANN, 1992:8)

Robert Merton se propôs a construir outro modelo de funcionalismo mais focado na prática. Estudioso de Parsons, o objetivo de Merton era mais a construção de um método de observação e de interpretação da realidade do que propriamente uma teoria. Neste sentido, Merton tentou superar algumas fraquezas do método funcionalista, dentre elas aquela bem característica do trabalho de Parsons: a construção de teorias gerais. Diferente de Parsons, o esquema mertoniano centrava-se na análise de sistemas concretos e a elaboração de teorias de médio alcance. Segundo ele, outra fraqueza do funcionalismo, até então, teria sido considerar apenas as contribuições positivas dos elementos para o sistema social no qual estariam inseridos.

Nas próximas páginas, vamos analisar brevemente os pontos que mais interessam para este trabalho das teorias de Durkheim, Parsons e Merton.

1.1. Uma Passagem por Durkheim

Émile Durkheim contribui de forma única para a consolidação da sociologia como ciência empírica e como disciplina acadêmica. Sua obra marcou a tentativa de estabelecer a sociologia como ciência em oposição a outras ciências do homem já consolidadas, como a psicologia e a economia, buscando consolidar a especificidade do objeto sociológico. (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2003)

O contexto social vivido por Durkheim, a Europa em vias de modernização, conturbada por guerras, era ideal para se pensar a ruptura de valores e instituições tradicionais e a emergência de novas estruturas sociais ainda em formação. A atmosfera intelectual da época, na qual pensadores como Saint-Simon e Comte estavam inseridos, era marcada pela crença no progresso da humanidade, crença esta herdada do iluminismo. Tudo isto influenciou o pensamento durkheimiano, mas Durkheim não só reproduziu tais ideias, sua principal contribuição foi pensar a sociedade para além da reunião de indivíduos, combatendo fortemente o individualismo utilitarista de Hebert Spencer.

O início da carreira de Durkheim se orienta para o diálogo com uma ciência da vida moral da Alemanha, representada por Schäffle, Lilienfeld, dentre outros pensadores alemães. Apesar de fazer algumas críticas a Schäffle, Durkheim está de acordo com os principais pontos de sua obra, tal como a necessidade de se montar um modelo de análise morfológica das principais partes constituintes da estrutura de diversos tipos de sociedades. Na construção de tal modelo o autor alemão utiliza-se de analogias orgânicas sem, no entanto, pretender reduzir as propriedades da organização social às da vida orgânica. (GIDDENS, 2005)

A influência da obra de Schäffle sobre o pensamento de Durkheim é ainda mais clara com relação ao lugar do individualismo na interpretação da sociedade. Schäffle diz: “a sociedade não é apenas um agregado de indivíduos, mas antes um ser cuja existência é anterior à daqueles que a compõem hoje, e que lhes sobreviverá; que os influencia mais do que eles a influenciam e que tem vida e consciência própria, os seus próprios interesses e destinos.” (apud, *ibidem*: 111) Fica evidente que o embate travado por ambos era contra o individualismo utilitarista.

Tal embate influenciou a maneira como Durkheim se contrapôs ao cânone da teoria econômica, ou seja, a concepção utilitarista. Os fenômenos econômicos não podem ser estudados separadamente das normas e crenças morais, isto é, as relações econômicas estariam assentadas nas regras consuetudinárias e legais. Assim, de nada adiantariam os contratos econômicos se não houvesse as normas sociais para alicerçá-los, afirma Durkheim. Tais regras e ações morais, que produzem normas, deveriam ser estudadas, não como princípios abstratos que estão dentro da cabeça dos indivíduos, e sim cientificamente, a partir da realidade, de forma

concreta. Daí surge a inspiração da metodologia sociológica durkheimiana: “tratar os fatos sociais como coisas”.

Neste sentido, Durkheim pesquisou a questão da integração social em contextos de crescente diferenciação social, isto é, a passagem da solidariedade mecânica para a orgânica, temática central para a Teoria da Modernização, como veremos a seguir. Se, pela influência do Iluminismo, ele acreditava no progresso humano, para ele a estabilidade e a integração em contexto de complexificação social era algo mais problemático. Daí a importância de instituições que desenvolvam a moralidade.

Outro autor alemão que Durkheim dialoga no início de sua carreira e que vai influenciar consideravelmente a sua obra é Wundt. Este autor chama a atenção para o papel das instituições religiosas na sociedade. A religião é vista como fonte de sentimentos morais que guiam as ações dos indivíduos e também como fonte de coesão social. O individualismo, segundo Wundt, seria uma das consequências da evolução social e não um fator primitivo. Complementando o que o autor alemão já havia pensado, Durkheim afirma que todas as ações morais poderiam ser consideradas a partir de dois pontos de vistas: o primeiro remete à atração positiva exercida por um conjunto de ideias. O segundo, desconsiderado por Wundt, é a característica de obrigatoriedade ou constrangimento dos preceitos morais. (Apud, 2005)

Tais constrangimentos vão se diferenciando à medida que as sociedades se complexificam. A tendência é de substituição da lei repressiva pela lei reparadora. Isto quer dizer que, para Durkheim, quanto maior o nível de desenvolvimento de uma sociedade, maior a proporção de leis reparadoras na sua estrutura jurídica. Isto acontece com a passagem da solidariedade mecânica para a orgânica.

A solidariedade, mecânica ou orgânica, correspondem a duas formas extremas de organização social, ou seja, a dois modelos de coesão social: as sociedades arcaicas (segmentarias) e as sociedades modernas em que está desenvolvida a divisão do trabalho.

A solidariedade mecânica seria reconhecida em sociedades nas quais há domínio da semelhança, isto é, os indivíduos se diferem pouco. Eles possuem os mesmos sentimentos, os mesmos valores, reconhecem os mesmos objetos sagrados. Portanto, o que manteria a coerência social seria a semelhança.

Já a solidariedade orgânica é aquela em que o consenso, a unidade coerente da coletividade resulta de uma diferenciação dos indivíduos. Para explicar o funcionamento dessas sociedades, Durkheim faz uma analogia com os órgãos de um ser vivo, cada órgão (cada indivíduo) exerce uma função própria no corpo humano (na sociedade), todos são igualmente indispensáveis à vida. Neste caso, a coesão e a estabilidade não se fazem simplesmente através da aceitação de um conjunto de crenças e sentimentos em comum e sim por meio da diferença e da interdependência funcional na divisão do trabalho.

O argumento é que a solidariedade mecânica precede à orgânica, assim, haveria a prioridade histórica das sociedades em que os indivíduos se assemelham e que estão perdidos no todo. Nestas a consciência individual está fora de si e é externa ao indivíduo. Este

pressuposto leva à conclusão de que não se pode explicar os fenômenos da diferenciação social e da solidariedade orgânica a partir dos indivíduos (exclui hipóteses da mudança social pela busca da felicidade e da eficiência individuais). Neste quadro, a consciência da individualidade não poderia existir antes da divisão do trabalho. É a mudança na sociedade que muda os indivíduos.

A diferenciação das profissões e a multiplicação das atividades industriais exprimem a diferenciação social da qual Durkheim retrata em sua obra. A divisão do trabalho é resultado da combinação do aumento populacional com o adensamento material e moral (intensidade das comunicações e trocas entre os indivíduos). Tal divisão diferencia as funções executadas pelos indivíduos e aumenta as diferenças individuais, característica central da modernidade, na interpretação Durkheimiana.

Neste sentido, a questão central é: como, no contexto de solidariedade orgânica, de diferenciação social, se forma a consciência coletiva? Lembrando que a consciência coletiva é definida como o conjunto das crenças, dos sentimentos, comuns à média dos membros de uma sociedade, ela evolui segundo suas próprias leis, acima das consciências individuais e vincula as gerações que se sucedem.

Se há uma maior complexificação social nas sociedades modernas, também há uma redução da esfera de existência que cobre a consciência coletiva e uma margem maior de interpretação individual dos imperativos sociais. Neste contexto de pluralismo social cuja “variação individual e inovação social” são mais intensas, como é possível a integração? Como é possível a ordem e a estabilidade?

A observação de Durkheim sobre este período de transição o qual ele observava e vivia na Europa o preocupava pela intensificação dos conflitos, da violência e da desordem no mundo econômico. Como ele explicava esse problema? Anomia jurídico e moral em que se encontrava a vida econômica nas recentes sociedades modernas. Nessa situação o mais forte está em vantagem, esmagando os mais fracos. A violência, entretanto, não é capaz de gerar um equilíbrio estável, sendo necessária para frear as paixões humanas uma força moral que seja respeitada pelos indivíduos. Se o objetivo de toda sociedade é procurar evitar a guerra entre os homens, é subordinar a lei física do mais forte a uma lei mais alta, a anarquia da vida econômica e os constantes conflitos contrariavam esse objetivo.

Só a regra social pode combater os abusos de poder e possibilitar que os indivíduos sejam livres de fato, entretanto o sentimento de dever só é fixado nos indivíduos se for permanentemente desperto, esta é a função do ritual. O Estado, como observa Durkheim, se mostrava muito distante dos indivíduos; “suas relações com eles são ‘externas’ e ‘intermitentes’ em excesso para serem efetivas: ele não podia penetrar suas consciências adequadamente.” (DOMINGUES, 2002: 175).

O que seria uma sociedade moderna sob esta ótica? Uma Sociedade complexa, com alta divisão do trabalho, coesa, organizada na diferença e na complementaridade de funções sociais, com primazia de leis restaurativas e manutenção da ordem.

Esta breve passagem pelo pensamento de Durkheim ilustra uma das preocupações centrais de sua obra: desenhar uma ciência objetiva que fosse capaz de explicar os mecanismos para um “correto” funcionamento da sociedade moderna. Como já dissemos acima, o fato de presenciar inúmeros conflitos durante o processo de modernização na França, somado às concepções teóricas que o influenciaram, fizeram de Durkheim um estudioso da ordem e da estabilidade. Se a priori o conflito é interpretado como socialmente negativo, os seus estudos mostravam sérias limitações para interpretar as lutas sociais em torno da igualdade de direitos que ocorreram durante e após a modernização.

Apesar das diferenças entre Durkheim e Parsons, como elucidamos a seguir, a questão da ordem continua a ser central e os modelos de desenvolvimento, em seu cerne, continuam os mesmos. A semente para a teoria de Parsons já havia sido plantada por Durkheim e, portanto, os dois autores podem ser relacionados à Teoria da Modernização.

1.2. Uma Passagem por Parsons

Talcott Parsons em seu livro *A Estrutura da Ação Social* (2010) deixava claro o resultado mais imediato dos seus estudos na Europa: a difusão da sociologia europeia nos Estados Unidos. Uma das principais questões que perpassa toda a sua obra é elucidada neste livro: o que garante a ordem social em um determinado sistema social, levando-se em conta que os indivíduos são livres para fazer escolhas? Neste primeiro momento do seu pensamento, ele já parte de questões inseridas na sociedade moderna considerada individualista. É perceptível que apesar de manter como centro a questão funcionalista da ordem, Parsons realiza uma ruptura quando assume a liberdade dos indivíduos para realizar escolhas.

Ao buscar construir uma perspectiva crítica com relação tanto ao positivismo quanto ao sistema utilitarista como explicação do comportamento humano, Parsons elabora a “teoria voluntarista da ação”. Segundo o autor, as críticas ao utilitarismo e ao positivismo se mostram necessárias uma vez que ambas correntes marcaram a teoria da ação durante o século XIX.

O ramo utilitário do pensamento positivista é o alvo das críticas parsonianas. Tal pensamento é caracterizado pelo atomismo (parte da noção de indivíduo isolado para compreender os sistemas de ação), pela centralidade do conhecimento científico como forma de racionalidade, pelo empirismo (considera-se como uma teoria descritiva da realidade concreta) e pela observação das relações meios e fins estabelecidas por uma suposta ação racional.

No que diz respeito ao atomismo na teoria social do século XIX, a crítica parsoniana é direcionada à concentração no ato-unidade. Segundo Parsons, ao concentrarem suas análises nas ações dos indivíduos, em suas buscas por metas particulares, os utilitaristas não conseguem explicar uma das grandes questões da teoria social: a questão da ordem. A consequência de indivíduos se relacionando sem seus vínculos com as normas coletivas seria, provavelmente, o caos e não a ordem.

A segunda crítica de Parsons é: a interpretação utilitarista sobre a racionalidade da ação. O conhecimento científico ou aquele aceito pela ciência como válido era considerado o

determinante da ação racional. A limitação desta perspectiva, segundo Parsons, é que a teoria não consegue medir os desvios quando os indivíduos não possuem o conhecimento adequado cientificamente para alcançar seus objetivos. Tal situação é explicada negativamente, isto é, os utilitaristas dizem que a conduta deste indivíduo é irracional. Neste sentido, o utilitarismo fica restrito a enxergar o conhecimento científico como única forma, do ponto de vista cognitivo, de estabelecer uma relação forte entre o agente e a realidade externa.

Com relação ao empirismo na teoria utilitarista, Parsons diz que tal esquema conceitual pretende incluir todos os fatos e suas relações se constituindo, conseqüentemente, como um sistema fechado na empiria resultando em um determinismo empírico.

Por fim, sobre a última característica da teoria utilitarista, a abordagem utilitária da ação meio-fim, Parsons afirma que tal teoria não consegue explicar os fins. Neste sentido, o autor expõe o paradoxo da vertente positivista do utilitarismo, chamando de “o dilema utilitário” com relação ao estatuto dos fins:

Ou seja, ou a ação ativa do ator na escolha dos fins é um fator independente na ação e, neste caso, o elemento fim deve ser aleatório; ou a objetável implicação da aleatoriedade dos fins é negada, mas então sua independência desaparece e eles são assimilados às condições da situação, isto é, aos elementos analisáveis em termos de categorias não subjetivas, principalmente hereditariedade e meio, no sentido analítico da teoria biológica. (PARSONS, 2010: 102)

Portanto, o utilitarismo seria uma das traduções do positivismo, tradução esta que por um lado concentra suas atenções nos elementos cognitivos da ação focando nos meios para alcançar um fim e, por outro, desconsiderando a explicação dos próprios fins. Parsons ainda descreve outras duas versões possíveis do positivismo, mas não vamos nos ater a elas. O mais importante que podemos concluir da crítica de Parsons ao positivismo diz respeito ao abandono do ponto de vista subjetivo do ator. (DOMINGUES, 2001)

Ao se confrontar com o positivismo Parsons entra em atrito com o pensamento de Durkheim. Durkheim é criticado por sua concepção externa da moral, das regras sociais. Ao contrário do pressuposto durkheimiano de que a moral poderia ser apreendida na realidade objetiva, Parsons busca compreender o processo psicológico de internalização das normas, isto é, o caráter interno e subjetivo destas.

Neste sentido, a Teoria Voluntarista da Ação trabalha para a tarefa de encontrar as formas de interpenetração entre princípios normativos gerais e individuais. As definições de Parsons partem da concepção de que as normas ao mesmo tempo limitam as ações dos indivíduos e permitem aos indivíduos atribuir significados a elas. Tais normas estariam dentro do indivíduo concreto, existindo não somente como coerção, mas também como liberdade.

Levando-se em conta tais concepções, podemos sintetizar a Teoria Voluntarista da Ação de Parsons como aquela em que os indivíduos atuam de maneira limitada, isto é, suas ações são condicionadas pelas normas do mundo social e estas dariam sentido aos fins buscados pelos

atores. As normas romperiam com o caráter arbitrário destes fins permitindo uma realidade orgânica que não poderia ser reduzida à suas partes. Desta forma, o tema do individualismo e suas consequências e o tema da ordem são centrais para a teoria da ação.

A Teoria Voluntarista da Ação, elaborada por Parsons, buscou justamente romper com a ideia de que a unidade seria mantida somente através da coerção, como formulou Durkheim. Neste sentido, Parsons procura sintetizar aquilo que considerava mais interessante nos seus autores referência, construindo uma “abordagem multidimensional da ação”. O objetivo desta teoria geral é levar em conta tanto a subjetividade do ator quanto o meio em que este atua. Portanto, “seria o esforço do ator para atingir seus meios e objetivos que implicaria no fator ‘voluntarista’ da teoria.” (DOMINGUES, 2001: 29)

A ação é o ato-unidade na teoria de Parsons, ela pressupõe um agente dotado de orientações (valorativas ou motivacionais) que deve escolher entre meios alternativos para alcançar um determinado fim socialmente significado, levando-se em conta que tal agente está inserido em uma condição que é contingente e imprevisível, mas, apesar desta, a ação do agente comporta escolhas. Entretanto, o leque de escolhas é socialmente dado a partir dos sistemas de papéis.

Um sistema social pode ser constituído a partir de dois indivíduos que interajam através de um modelo de cultura normativa compartilhado. Em tal interação os indivíduos agem e são objeto da ação segundo os seus respectivos papéis. Quanto maior e mais articulados forem os sistemas de papéis, maior deve ser o nível de diferenciação interna dos sistemas sociais.

em níveis mais altos de complexidade, sistemas sociais podem incluir uma pluralidade de agentes individuais e coletivos que contribuem, cada qual de acordo com os papéis que lhes são atribuídos, para o funcionamento adequado de tais sistemas.” (QUINTANEIRO E OLIVEIRA, 2002:126).

A manutenção do sistema social demanda a coordenação de papéis com o objetivo de satisfazer as expectativas dos seus membros e evitar conflitos. Empiricamente, os sistemas sociais constituem-se como coletividade. Tal coletividade deve ser considerada em três ambientes – personalidade, sistema cultural e organismo comportamental. Do ponto de vista estrutural, os sistemas podem ser analisados segundo quatro categorias: valores, normas, coletividade e papéis. Do ponto de vista dinâmico (funcional) o sistema social possui quatro imperativos conhecidos como o esquema AGIL: Adaptation, Goal Attainment, Integration e Latency.

Cada um desses quatro imperativos é muito importante para a compreensão da posterior teoria comparativa da evolução social desenvolvida por Parsons. A adaptação às condições do ambiente, a utilização de recursos escassos necessários aos membros do sistema social, a busca de maior eficiência para alcançar tais recursos compatibilizados com os valores prioritários estabelecidos pela comunidade. Desta forma, à primeira função A (adaptation) cabe

propor a primazia de alguns fins e o abandono de outros de acordo com que é prioritário para a coletividade e em função da escassez dos recursos. A realização dos fins - função G (goal Attainment) - está ligada aos conceitos de “insumos” (inputs) e “produtos” (outputs). Ela representa movimentos em direção aos alvos que são hierarquizados. Resumindo: a função de realização de fins define metas a atingir. No âmbito interno da sociedade esta função é exercida pela organização política. Tal função também se relacionada às personalidades dos indivíduos que devem ser motivados, por meio da socialização, de modo a contribuir com seus esforços para alcançar estes fins garantindo o funcionamento do sistema social.

A função de integração do esquema parsoniano é responsável pela coordenação e articulação das partes. É esta função que deve agir em caso de mudanças no ambiente ou de diferenciação interna na busca de um equilíbrio de modo a evitar desestruturação e dissolução social. Tal integração remete aos valores comuns devendo ocorrer nos três sistemas sociais (cultural, social e de personalidade). (ibidem).

A última função do esquema AGIL, lembrando que tal sequência é ideal, é a latência (função L). Ela é realizada pelo sistema cultural responsável pela manutenção dos padrões motivacionais e culturais. O sistema cultural responde à legitimação da ordem normativa, da base consensual de uma comunidade societária. Nesta fase os objetos são vistos como universalistas sendo exigida uma atitude de neutralidade do indivíduo de modo que a energia motivacional deste seja mantida.

Do plano ideal, Parsons passa a considerar tal modelo empiricamente como descritivo de sequências de fases dos sistemas sociais. A tendência é que os sistemas comecem e terminem com a fase da Latência (L), sigam para a realização de suas metas (G), passando pela fase da adaptação (A) ou integração (I). (DOMINGUES,2001)

Incorporando a visão normativa de Kant e Durkheim, Parsons desenharia a interação das unidades de um sistema social como respondendo a um conjunto de “regras” ou “códigos” que ordenariam as estruturas de orientação daquelas unidades e da interação que tem lugar entre elas, com a ocorrência de processos de intercâmbio entre o sistema e seu meio. (ibidem: 65)

O ápice do projeto parsoniano é a sua Teoria da Evolução. A apropriação realizada por Parsons com conceitos da biologia fica muito clara no esquema AGIL. Os conceitos de variação, seleção, adaptação, diferenciação e integração são todos conceitos retirados da biologia (ibidem). Tal apropriação fica ainda mais clara quando nos voltamos para a abordagem evolucionista de Parsons. O autor pressupõe a sociedade como um organismo vivo que evolui de suas formas mais simples para as mais complexas.

Por meio da comparação, Parsons definiu uma tendência geral na evolução. Negando o relativismo, o autor afirma que a sua teoria depende de juízos evolutivos, isto é, considerar que uma sociedade intermediária é mais adiantada que as sociedades primitivas, e que as sociedades modernas são mais adiantadas do que as intermediárias. Segundo Parsons a sua busca foi por

um critério coerente de avaliação das sociedades, tal foi apropriado da teoria biológica: as sociedades mais adiantadas são aquelas que apresentam maior capacidade adaptativa. (PARSONS, 1969)

O desfecho da teoria parsoniana da unidade a partir da noção de sociedade total foi a construção de um contínuo de sociedades, em que cada sociedade se encontraria em uma estágio de evolução. O critério de posição neste contínuo seria a capacidade adaptativa da sociedade e, portanto, a capacidade dela de manter a estabilidade e a ordem. O objetivo último das sociedades em desenvolvimento deveria ser, conseqüentemente, tomar a imagem da Europa e Estados Unidos como ideal a ser alcançado.

2. Teoria da Modernização: desenvolvimento e limitações

É marcante nas décadas de 1950 a 1970 nas ciências sociais de influência norte americana, mais especificamente parsoniana, uma abordagem teórica voltada para o tema do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. A Teoria da Modernização surgiu, portanto, neste contexto e engloba um conjunto de teorias cujo enfoque são os países em desenvolvimento.

Nesta parte do trabalho vamos considerar a Teoria da Modernização de caráter estrutural- funcionalista que analisam a questão da instabilidade, do desvio, dos valores e das instituições da modernidade e dos processos de modernização. Teorias que abordam com um mínimo de complexidade o tema, deixando de lado aquelas que relacionam de maneira mais automática o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento social da modernidade.

As perguntas principais para a Teoria da Modernização são: O desenvolvimento é uma certeza, um processo natural, evolutivo? Se sim, como este processo pode ser acelerado e o que o prejudica? Algumas sociedades possuem características intrínsecas que as adianta no processo de desenvolvimento enquanto outras possuem características que as atrasa? Caso sim, quais seriam estas características? Para responder a essas questões as pesquisas ressaltam as diferenças no processo de transição dos países de industrialização precoce comparativamente aos países em desenvolvimento industrial.

Outras questões também orientam os teóricos da modernização, tais como: “a emergência da democracia é consequência do desenvolvimento econômico? O rápido crescimento econômico desestabiliza a democracia? Há um nível de desenvolvimento ótimo, para além do qual as democracias estariam em perigo? A história da Europa é única ou é repetida contemporaneamente pelos países menos desenvolvidos?” (PRZEWORSKI; LIMONGI, 1997).

Samuel Huntington (1975), economista americano, afirma que para além da condição econômica de uma determinada sociedade, a modernidade demandaria um aparato institucional possivelmente incompatível com as instituições tradicionais. Tal processo de surgimento de instituições, de consolidação de novos valores será analisado por diversas teorias.

A modernização remeteria a um processo de urbanização, industrialização, secularização, democratização e aumento do acesso à educação, resultando numa sociedade mais heterogênea e complexa. Sob essa ótica, quanto mais complexa é uma sociedade mais se faz necessário para a manutenção da comunidade política o bom funcionamento de suas instituições, de modo a evitar, como afirmava Durkheim, a submissão pela força. São estas as responsáveis por manter a ordem, resolver disputas, além de reunir em comunidade as diversas forças sociais. Logo, o nível de comunidade alcançado por uma sociedade seria o reflexo da relação entre instituições políticas e forças sociais que a compõem.

Numa sociedade de alguma complexidade, o poder relativo dos grupos muda, mas para que a sociedade se torne uma comunidade, o poder de cada grupo é exercido por intermédio de instituições políticas que refreiam, moderam e dão novo rumo a esse poder a fim de tornar o domínio de uma força social compatível com a comunidade de muitas. (ibidem: 21)

Segundo esta interpretação, as instituições modernas traduzem princípios gerais que unem os diversos grupos e que caracterizam a comunidade política. Esta, numa sociedade complexa, não é apenas uma “associação” qualquer, mas uma associação institucionalizada - regularizada, estável e com algum grau de previsibilidade. Ou seja, nela há regras e normas acima dos indivíduos.

As instituições seriam de suma importância na medida em que construiriam uma moralidade, uma ponte entre a consciência coletiva e as consciências individuais. Essa moralidade seria fonte de um sentimento de dever, compartilhado pelos membros da sociedade capaz de impô-los sanções. De acordo com o funcionalismo durkheimiano toda instituição exerce função específica na sociedade e é indispensável para o funcionamento normal desta. Por outro lado, havendo um funcionamento institucional inadequado, há grande risco de uma desregulamentação da sociedade e, conseqüentemente, um estado de anomia e de insegurança.

Portanto, para Huntington, a distinção política mais importante entre os países é referente ao grau de governo e não à forma de governo. Países com sistemas políticos efetivos, consenso, comunidade política, legitimidade, organização, eficiência e estabilidade, têm alto grau de governo. Por outro lado, países com sistemas políticos fracos, são instáveis, corruptos, ineficientes, possuindo baixo grau de governo. É comum em países com baixo grau de governo a existência de uma comunidade política fragmentada, onde as instituições políticas têm pouco poder.

Nesta perspectiva, o *locus* principal do subdesenvolvimento político e econômico seria os países em modernização. O pressuposto é o de que uma rápida mudança social, com uma acelerada mobilização dos grupos sociais, somada a um lento desenvolvimento de instituições resulta em instabilidade política e social. Isto porque nestes contextos, a igualdade de participação cresce mais rapidamente do que a “arte da associação”.

A modernização implicaria mudança nos valores básicos da sociedade, tais como: aceitação de normas universalistas no lugar de normas particularistas, transferência de lealdades locais para o estado-nação, disseminação da ideia de que os indivíduos possuem direitos e deveres iguais perante o Estado. O ponto de vista através do qual os comportamentos são julgados mudaria a partir do momento em que as normas tradicionais deixassem de ser legítimas e a perspectiva moderna passaria a ser a nova forma de julgar as ações sociais. Isto significaria o surgimento de novos critérios de certo e errado e a condenação de alguns padrões tradicionais, considerados pela visão moderna como inaceitáveis e corruptos. O que poderia advir disto é o questionamento dos velhos padrões solapar a legitimidade de todos os padrões, podendo estimular os indivíduos à ação imprevisível, não justificada nem pelos padrões tradicionais, nem pelos padrões modernos. (HUNTINGTON,1975) Seria instalada neste momento uma situação anômica.

Dessa maneira, a instabilidade política é relacionada com os contextos de modernização, tendo em vista que estes se caracterizam pela fraqueza de suas comunidades políticas.

Para compreendermos a noção de comunidade política é necessário relembrarmos os conceitos de solidariedade de Durkheim já explicado acima. Para a Teoria da Modernização e também para Durkheim durante a transição das sociedades tradicionais para as modernas o papel das instituições são de extrema importância, tal papel continua sendo imprescindível para manter a ordem e a estabilidade das sociedades modernas, levando em conta a redução da esfera de interferência de uma consciência coletiva homogênea nestas sociedades e a passagem da solidariedade mecânica para orgânica.

A relação entre a mobilização social e a instabilidade política parece ser razoavelmente direta. A urbanização e os aumentos nos índices de alfabetização, educação e exposição aos meios de massa provocam um incremento das aspirações e expectativas, as quais se não satisfeitas, galvanizam os indivíduos e grupos para a política. Na ausência de instituições políticas fortes e adaptáveis tais acréscimos de participação redundam em instabilidade e violência. (ibidem: 60)

Produto de uma rápida mudança social que solapa a autoridade das instituições tradicionais, o processo de modernização exige a mobilização social e o desenvolvimento econômico. Como já foi dito, a mobilização social é considerada um processo que envolve mudanças nas aspirações do povo. É quando a sociedade se abre para novos padrões de socialização, de valores e de comportamento.

Sob esta ótica, os países subdesenvolvidos caracterizavam-se pela falta de sincronia entre mobilização e o surgimento de mecanismos de integração (sindicatos, partidos políticos, legislação social) capazes de absorver os novos grupos mobilizados. Nestes países, subsiste uma porção muito elevada da população que se encontra à margem da comunidade nacional. O desenvolvimento econômico e a estabilidade política seriam, portanto, dois processos independentes. O progresso em direção a um deles não leva necessariamente ao progresso em

direção ao outro. (ibidem) Neste ponto, podemos ver afinidade com a afirmação de Durkheim de que o progresso humano poderia ser uma certeza, mas a manutenção da ordem e da estabilidade em contexto de complexificação social não era algo dado, nem apareceria naturalmente, seria necessário criar novas normas sociais.

O problema de uma sociedade cuja comunidade política é fraca se relaciona à carência de confiança mútua entre os cidadãos, à falta de capacidade de organização e de lealdade nacional e pública. A tendência nesta situação é uma maior lealdade aos agrupamentos mais elementares, tais como a família, o clã, a religião, que acabam por superar a lealdade às instituições governamentais.

Pouco se vê na teoria desenvolvida por Huntington e por outros teóricos desta corrente o questionamento da desigualdade dentro das sociedades em modernização, da relação destas com os países desenvolvidos e com o passado colonial e a função do conflito na superação destas desigualdades. A preocupação é com a manutenção da ordem, entretanto a ordem e a estabilidade em contexto de grande desigualdade não devem ser consideradas, *a priori*, características positivas.

A modernização modificaria os padrões de julgamento do que é certo ou errado, além de gerar mudanças nos padrões de comportamento dos indivíduos. Como consequência disto, alguns padrões tradicionais de comportamento passam a ser condenados, julgados como corruptos. Um exemplo importante de mudança, que se reflete no padrão de julgamento, se refere ao reconhecimento da diferença entre a esfera pública e o interesse particular. Nas sociedades tradicionais não havia distinção rigorosa entre o dever para com o estado e o dever para com a família. Somente quando tal distinção é aceita pelos grupos dominantes da sociedade é que se torna possível definir certos comportamentos, até então aceitos pelos padrões tradicionais, como corruptos. É interessante ressaltar que a noção de corrupção, no sentido atribuído por Huntington, exige um mínimo de distinção entre o público e o privado, entre o Estado e a família.

Interessante refletirmos que sem a distribuição dos poderes, a redução da desigualdade e o reconhecimento de diferenças regionais, há grandes chances do estado torna-se o lócus de instituições políticas do poder de algumas famílias e de alguns setores econômicos, questão também pouco discutida por estas correntes da Teoria da Modernização.

Mas como o processo de modernização se daria, o que definiria este processo? Por que ocorreria um rápido processo de modernização mesmo em sociedades não preparadas pra isto? Para W. Bazzanella (1963) a modernização deve ser entendida como

o processo pelo qual são introduzidos numa sociedade os produtos, quer materiais (bens e mercadorias) quer sociais (hábitos, valores, formas características de comportamento, enfim modos de pensar, sentir e agir) da Revolução Industrial ocorrida noutros países ou regiões, sem que esses produtos resultem de um processo interno de desenvolvimento da sociedade em questão. (BANAZZLA Apud WOORTMAN, 1992).

Nesta definição há uma visão claramente difusionista e imperialista do processo de modernização. Mais uma vez não há problematização sobre a difusão e as relações de poder entre os países desenvolvidos e os chamados subdesenvolvidos. A pressão dos países industrializados por ampliar os seus mercados consumidores e os seus fornecedores de produtos/matérias primas e as consequências no processo de modernização são quase ignoradas.

L.P.Machado (1970) questiona os pressupostos da Teoria da Modernização: “Porque não se pode conceber ou tomar por hipóteses que um mesmo processo histórico foi responsável por duas resultantes em sentido oposto: o desenvolvimento e o subdesenvolvimento?”(MACHADO, 1970)

Outra temática mobiliza muitos dos trabalhos deste período: como a modernização vai se assentar nas sociedades em vias de modernização? Quais são os processo psicossociológicos, motivacionais, necessários para isso. Questões que remetem à teoria parsoniana e o esquema AGIL.

A vertente da Teoria da Modernização que parte do plano da cultura acredita que existem atitudes, crenças e valores que determinam o “progresso humano”. Partindo desta ótica, os diferentes níveis de desenvolvimento e as diferenças no grau de corrupção entre os países estariam relacionadas ao plano dos valores. Tal grupo de pesquisadores realiza análises psicossociológicas para explicar a passagem de um modelo “tradicional” para um modelo “moderno”. A equação é a seguinte: quanto maior o número de sistemas de valores concorrentes em uma dada sociedade tradicional, maior será a chance de corrupção durante o processo de modernização. Isto se deve ao fato de que a força das normas na sociedade onde há homogeneidade cultural é maior, mais coercitiva, do que naquela sociedade constituída por culturas concorrentes.

Merton, conhecido funcionalista, trouxe novidades à Teoria da Modernização ao afirmar que alguns elementos tradicionais poderiam ser funcionais na modernidade ou mesmo que alguns elementos poderiam ser funcionais para alguns grupos ou sob uma ótica mais local e poderiam, ao mesmo tempo, ser disfuncionais para outros grupos. Assim, se não seria possível encontrar esta unidade de funções de um determinado elemento, também não poderíamos afirmar que este elemento é tradicional ou moderno essencialmente. Na verdade, Merton pesquisou algumas instituições informais (como o caciquismo) afirmando que a manutenção dessas em sociedades modernas sinalizava para a sua funcionalidade. Assim, tais instituições não deveriam ser desprezadas como um resquício do tradicional, fora de lugar.

Neste sentido, Merton lança mão dos conceitos de função latente e função manifesta para explicar como a corrupção sistêmica pode exercer uma função nas sociedades modernas. As funções manifestas são as funções conscientes e deliberadas do processo social. Já as funções latentes são inconscientes, se referem às consequências não intencionadas e não reconhecidas do deste processo.

Merton (1970, p.132) afirma que

mediante a aplicação sistemática da função latente, pode descobrir-se, às vezes, que a conduta *aparentemente* irracional é positivamente funcional para o grupo. (...) Posto que as avaliações morais numa sociedade tendem a ser feitas, em grande parte, pelas conseqüências manifestas de uma prática ou de um código, devemos estar preparados para constatar que a análise por funções latentes certas vezes vai contra as avaliações morais predominantes.

Como exemplo de estruturas tradicionais que permaneceram na modernidade, Merton analisa a “máquina política” e o “caciquismo” enquanto estruturas presentes na vida política norte americana. A máquina política a partir da lógica de favoritismo político transgride o código moral referente à seleção impessoal de candidatos a cargos políticos. Já o caciquismo caracterizado pela obtenção de votos a um cargo público através de coerção, relaciona-se à lealdade a um chefe, ferindo o princípio de que os votos devem basear-se em escolhas individuais livres.

Não é difícil aceitar a idéia de que as máquinas políticas e o caciquismo infringem os “bons costumes” da modernidade e, em algumas ocasiões, até mesmo a própria lei. Se somente a função manifesta fosse observada, essas estruturas seriam avaliadas como descabidas, atrasadas, inúteis e altamente prejudiciais ao sistema político. Entretanto, partindo de um ponto de vista funcional, ao atentarmos para a questão de que estruturas sociais persistentes, mesmo que publicamente difamadas, provavelmente exerçam funções úteis que, muitas vezes, não são realizadas pelas normas e estruturas sociais formais, o conceito de função latente torna-se imprescindível para se entender a persistência de algumas estruturas.

Merton diz que , no caso da máquina política e do caciquismo, tanto o contexto estrutural quanto os subgrupos envolvidos nestas estruturas devem ser observados. O cacique (chefe político) exerce a função latente de manter o sistema político funcionando ao centralizar o poder e mediar conflitos. Este papel seria importante em um contexto estrutural como o norte americano que prega “a dispersão constitucional do poder”.

Já a máquina política, por sua vez, funciona como uma ponte entre os grandes interesses públicos e os interesses locais. Ela transforma uma política distante e impessoal em uma política pessoal, próxima dos homens e mulheres comuns. O funcionamento da máquina está ligado à relação pessoal entre os representantes locais da máquina e os eleitores da sua região.

Para o subgrupo das classes necessitadas, a máquina política pode ser um instrumento de diálogo com o governo que não envolve assistencialismo. O líder local é visto como alguém que entende as demandas do grupo que representa e do qual ele também faz parte. Para o subgrupos dos empresários, dos homens de negócios, a máquina oferece privilégios políticos que resultam em benefícios econômicos imediatos. Portanto, “em termos mais genéricos, as

deficiências funcionais da estrutura oficial dão origem a outra estrutura (não oficial) para satisfazer, de modo um tanto mais eficiente, certas necessidades existentes.” (ibidem, p.140)

Desta forma, para Merton a noção de comportamento desviado varia segundo a diferença nas estruturas sociais, além de haver diferentes formas de desvios em cada estrutura. Esta hipótese é baseada na noção de que há processos dentro das estruturas sociais que criam estímulos para a transgressão dos códigos sociais. O primeiro elemento refere-se aos objetivos culturalmente definidos que são considerados legítimos para todos. O segundo elemento é aquele que define e regula os modos aceitáveis de alcançar tais objetivos.

O desvio é estimulado em sociedades com estruturas caracterizadas por uma tensão entre o primeiro e o segundo elemento. Isto é, em sociedades que valorizam os objetivos culturalmente definidos, mas não enfatizam na mesma proporção os meios institucionalmente prescritos para alcançar tais objetivos. Normalmente um equilíbrio efetivo entre esses dois elementos da estrutura existe quando há um equilíbrio entre a satisfação de alcançar os objetivos considerados legítimos e a satisfação proveniente do esforço para alcançá-lo.

Além da relação com os valores, a instabilidade que leva à corrupção também poderia ser explicada por outros dois fatores. Um deles remete à ideia de Merton, adaptada da obra de Parsons, já desenvolvida anteriormente, sobre um desequilíbrio entre o estímulo à busca de fins e a coerção para o uso dos meios institucionalizados. O outro fator está relacionado ao particularismo, ao Familismo Amoral, isto é, a uma maior lealdade à família do que à comunidade política nacional. Mesmo argumento utilizado por Lipset e Lenz (2002) para explicar a corrupção. Essa lealdade familiar estimula a desobediência de regras universais em nome de um favorecimento a grupos particulares. Portanto, nas sociedades que oferecem múltiplas oportunidades de enriquecimento, mas as posições de poder político são escassas, há grandes possibilidades do primeiro ser trocado pelo segundo. Da mesma forma, o poder político pode ser usado para o enriquecimento privado se as oportunidades de riqueza forem limitadas, esse seria o caso dos países em modernização nos quais o enriquecimento privado estaria limitado pelas normas e monopólios tradicionais.

Lipset e Lenz concluem nas suas pesquisas que a corrupção está relacionada a valores. Por exemplo, um baixo grau de corrupção é relacionado aos países de tradição protestante, ao contrário dos países católicos que tendem a ser mais corruptos. A Ética Protestante de Weber parece ter sido apropriada aqui, mas sem nenhuma referência a um contexto específico, isto é, totalmente desistoricizada. É provável que tenha sido um uso da obra de Weber através da interpretação de Parsons.

Se Parsons é considerado um atualizador de Weber, existem, no entanto, profundas diferenças separando os dois pensamentos. Enquanto Weber, não obstante lida heurísticamente com os tipos ideais, retém em sua análise a historicidade do fato, Parsons é basicamente a-histórico e formalista, e aproxima-se perigosamente da reificação do tipo ideal, armadilha em que caíram também alguns de seus discípulos. (WOORTMANN, 1992: 7)

Portanto, o que demonstramos acima é que alguns estudiosos interessados em analisar os processos de mudanças nos países em desenvolvimento, por volta da década de 50, adotaram conceitos e formas de formular problemas que foram cunhados pela vertente estrutural-funcionalista de viés norte-americano, corrente hegemônica na sociologia deste período. Sendo que esta influência se estende desde o funcionalismo mais simples de Durkheim até o estrutural-funcionalismo de Merton e Parsons.

Sabemos que a sociologia clássica é uma realização europeia e norte-americana que surge com o intuito de analisar as mudanças de largo alcance que se passavam no mundo ocidental (no final do século XIX e início do XX). Por conseguinte, apesar das suas contribuições com um aparato conceitual amplo e com questões gerais, a sociologia clássica - ou pelo menos os intelectuais que a compõem - está vinculada às regiões onde se originou. O interessante é considerarmos que as questões propostas por essa sociologia, questões estas que surgiram em um determinado contexto, foram muitas vezes adotadas nos estudos voltados para os países ditos “subdesenvolvidos” sem uma maior reflexão. (DOMINGUES, 2002)

As influências gerais do estrutural-funcionalismo para a interpretação da modernidade e do desenvolvimento não só influenciaram os intelectuais europeus e norte americanos, como exemplificamos acima, como também a formação do pensamento social nos países subdesenvolvidos, a exemplo de Gino Germani, intelectual Argentino.

No caso de Gino Germani é mais do que reconhecido o papel do funcionalismo no curso do seu desenvolvimento intelectual. A partir da influência do funcionalismo mais elementar de Durkheim, Germani realiza uma interpretação do estado de anomia presente na Argentina em meados do séc.XX, momento em que surge o peronismo. Este teórico está preocupado em explicar e descrever o processo de modernização nos países de desenvolvimento tardio. Se a influência de Parsons na obra de Germani através do olhar normativo para ação é muito grande, também há espaço para a inovação na sua teoria. Sua maior contribuição é o conceito de “ação eletiva” em oposição à “ação prescritiva”. (DOMINGUES; MANEIRO, 2004)

Nosso objetivo não é desenvolver o argumento de Gino Germani e sim lembrar que a inovação pode se fazer presente mesmo quando o autor está inserido em um marco analítico como o funcionalismo. Sem dúvida o fato de Germani considerar as especificidades da história da Argentina é um fator chave da criatividade na sua obra, contudo, ainda limitada pelos seus pressupostos.

Fica a questão: é possível fazer teoria sociológica regional? Alguns teóricos atuais acreditam não existir uma sociologia especificamente regional, como afirma Domingues e Maneiro, o que o pensamento social dos países subdesenvolvidos teriam feito são adaptações conceituais e considerações dos acontecimentos concretos sob o olhar das teorias sociológicas clássicas. A Teoria da Dependência propostas por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) busca demonstrar, sob influência de Florestan Fernandes, que todo desenvolvimento pressupõe um subdesenvolvimento que inclusive deve ser mantido para a sobrevivência dos países desenvolvidos, tal interpretação rompe claramente com os pressupostos da Teoria da

Modernização. Entretanto, para desenvolver tal discussão se faria necessário analisarmos a formação da *intelligentsia* nos países de desenvolvimento tardio, estudo muito rico, mas além dos objetivos desse trabalho.

Conclusão

Podemos concluir que a Teoria da Modernização marca uma época cujas teorias impactaram o olhar sob os países em desenvolvimento. A consequência deste olhar está relacionada a uma interpretação dos países da América Latina, África, dentre outros, como o lugar da falta, isto é, aqueles que não possuem os valores, os comportamentos, as instituições necessárias para a modernização. Essa, levada como fim último e pouco questionado, justificou ações higienistas e de extermínio a tudo que remetia ao atraso. Tradições, grupos étnicos e práticas foram perseguidas por elites estrangeiras e nacionais respaldadas por um tipo de ciência essencializante. A defesa da estabilidade e da ordem sem o pano de fundo da igualdade e da justiça podem alimentar um discurso extremamente conservador, de manutenção de poderes desiguais. Além disso, a ideia de funcionalidade e modernidade institucional como elementos últimos e mais importantes para a observação científica de sociedades modernas em pleno funcionamento, esconde o fato de como a modernidade se fez enraizada em velhas estruturas de desigualdade de poder.

A partir dos exemplos apresentados acima podemos chegar a algumas conclusões. Primeira, há uma idealização por parte da Teoria da Modernização de um tipo de desenvolvimento, cujo modelo são os países de industrialização precoce. Segunda, as ideias de modernidade e tradição são avaliadas como características intrínsecas as sociedades estudadas, sendo que a própria definição de moderno e atraso não foge do olhar do senso comum disseminado nos países desenvolvidos. Terceira, não há problematização sobre a questão da colonização e do imperialismo e da relação de poder entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos.

Cabe aqui um apontamento: o pressuposto do desenvolvimento, de um tipo de progresso, enfim, da chamada modernização, diz muito sobre o lugar de fala dos intelectuais desta corrente. A influência de Parsons e da corrente evolucionista é explícita. E se, por um lado, pode não surpreender a posição dos intelectuais dos países desenvolvidos desta época, por outro, os impactos destas interpretações são grandes tanto na formação de uma *intelligentsia* nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, como na construção de estereótipos e preconceitos que perduram até os dias atuais, que foram respaldados em algum momento pelo discurso científico.

Desta forma, fica explícito que todas as teorias, inclusive aquelas que se escondem por trás de um discurso científico e universalista, partem de valores específicos, pressupostos, que se vinculam com formas de pensar e enxergar problemas, determinadas no tempo e no espaço. Nesse sentido, acreditamos que a discussão, mesmo que breve, de alguns pressupostos da Teoria da Modernização, permitiu que fossem elucidadas quais questões estas teorias se propõem a

responder no que concerne ao tema da modernização/ do desenvolvimento e ao mesmo tempo quais questões deixam de responder e de problematizar. Sem dúvida a transposição irrefletida de uma teoria, surgida em um determinado tempo e espaço, para outra realidade pode ter um alcance analítico limitado. Isto sinaliza para a possibilidade de questões serem deixadas de lado e de que algumas especificidades passem despercebidas.

Não temos a intenção de menosprezar a importância desta vertente para a inserção do tema da ordem nas discussões das democracias modernas. Entretanto, quando analisamos a influência destas interpretações na análise da democracia nos países periféricos, podemos perceber que elas estão carregadas de adjetivos, de noções tais como: atraso, falta, instabilidade, como características quase intrínsecas a estes países. Devemos lembrar que tal noção e adjetivos só podem ser pensados em relação a alguma coisa. A comparação feita é entre os países periféricos e os países centrais, sendo estes últimos o “ideal” a se buscar.

Acreditamos que ambas as interpretações atribuem um sentido universal ao conceito de desenvolvimento e de democracia e acabam por fortalecer um tipo de teoria evolucionista na qual um fenômeno como a corrupção só pode ser controlado dentro da modernidade capitalista, com o fortalecimento do mercado (FILGUEIRAS, 2006).

Desta forma, poderia parecer sem a razão a discussão de teorias e argumentos que em um primeiro momento são dados como ultrapassados pela maior parte da sociologia hegemônica atual, entretanto, a discussão sobre a ordem, a corrupção e o fortalecimento do mercado, voltaram com força no Brasil. O retorno desta discussão por si só não seria estranho ou negativo, entretanto, tais temáticas estão sendo analisadas sob uma ótica que rememora a Teoria da Modernização de caráter funcionalista e acaba por justificar o fortalecimento de movimentos conservadores na política. 🌀

* A autora, à época da submissão, cursava o 10º período do Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: sheilagomes25@yahoo.com.br

Referências

CARDOSO, Fernando H. e FALETTO, Enzo. (1970), **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar.

DOMINGUES, J. Maurício; MANEIRO, María. Revisitando Germani: **a interpretação da Modernidade e a Teoria da Ação**. Revista Dados. Rio de Janeiro, Vol. 47, nº 4, 2004.

DOMINGUES, J.Maurício. **A Sociologia de Talcott Parsons**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2001.

_____. **Interpretando a Modernidade: Imaginário e Instituições**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FILGUEIRAS, Fernando. **A corrupção na Política: Perspectivas Teóricas e Metodológicas**. Juiz de Fora, 2006.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e Moderna Teoria Social**. Lisboa: Editora Presença, 2005.

HUNTINGTON, Samuel. **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: Editora Forense-Universitária, 1975.

LIPSET, Seymour Martin; LENZ, Salman Gabriel. **Corrupção, cultura e mercados**. In Cultura Importa: os valores que definem o progresso humano.

MACHADO, Lia Pinheiro. **Alcance e Limites das Teorias da Modernização**. RAE-Revista de Administração de Empresas, vol. 10, n. 3, jul-set 1970.

MERTON, Robert King. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social: um estudo de teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

_____. **Sociedade: perspectivas evolutivas e comparativas**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1969.

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. **Modernization: Theories and Facts**. World Politics, n° 49, p.155 a 183. 1997.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia.; OLIVEIRA, Márcia Gardênia. **Um toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

QUINTANEIRO, Tânia; OLIVEIRA, Márcia Gardênia. **Labirintos Simétricos: Introdução à Sociologia de Talcott Parsons**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

WOORTMANN, Klass Axel A.W. **Modernização e Desenvolvimento**. Série Antropológica. Brasília: 1992.

SOUZA, Renato Santos de. **O Funcionalismo sistêmico nas Teorias Social e Organizacional: Evolução e Crítica**. Revista Read. Edição 19, Vol.7, n°1. 2001.

Recebido em 19/04/2015
Aprovado em 03/04/2016

A FELICIDADE DAS PEQUENAS AVENTURAS [1]: O APELO EMOCIONAL POSITIVO NA PUBLICIDADE CONTEMPORÂNEA

THE HAPPINESS OF LITTLE ADVENTURES: THE POSITIVE EMOTIONAL APPEAL IN THE CONTEMPORARY PUBLICITY

*Bárbara Maria Farias Mota**

*Mikhaella de Paiva Costa Wanderley Feitosa***

Cite este artigo: FEITOSA, Mikhaella de Paiva Costa Wanderley; MOTA, Bárbara Maria Farias. A felicidade das pequenas aventuras: o apelo emocional positivo na publicidade contemporânea. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 29-38, 10 de nov. 2016. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 10 de nov. 2016.

Resumo: Esse artigo analisa como a relação entre publicidade e o apelo a sentimentos afetivos positivos (felicidade, liberdade, otimismo, gratidão e qualidade de vida) são representados nas ações de marketing de marcas e de produtos. Para tanto, o texto recorre a uma revisão bibliográfica, contextualizando sociologicamente a emergência da sociedade de consumo e a formação do gosto cultural. Após discorrer sobre a tensão entre o excesso das possibilidades de escolha e o processo de autoconstrução dos indivíduos que é incitado através consumo imagístico das propagandas veiculadas, concluímos que a felicidade é vista nesse mercado simbólico como um recurso estratégico para ampliação da produtividade dos indivíduos, unindo o ideário de bem estar individual ao de progresso socioeconômico.

Palavras-chave: Consumo, Emoções, Publicidade, Felicidade.

Abstract: This paper analyses how the relationship between advertising and the appeal for positive emotional feelings (happiness, freedom, optimism, gratitude and quality of life) are represented in marketing campaigns for brands and products. For such, a bibliographic review was carried out, in order to contextualize sociologically the rise of the consumer society versus the formation of cultural taste. After problematizing the tension between the great number of choices available to the individuals and how their process of self construction is encouraged through a imagetice consumption in advertising or promotional programs, we concluded that happiness has been used as a strategic resource for expanding the productivity of individuals, uniting the thinking of individual welfare with socio-economic progress.

Keywords: Consumption, Emotions, Advertising, Happiness.

[...] o hiperconsumidor busca menos a posse das coisas por si mesmas que a multiplicação das experiências, o prazer da experiência pela experiência, a embriaguez das sensações e das emoções novas: a felicidade das pequenas aventuras previamente estipuladas, sem risco nem inconveniente.

Gilles Lipovetsky

O apelo emocional e os estímulos multissensoriais são indispensáveis para se compreender a construção retórica da publicidade contemporânea (ROCHA, 2011; LIPOVETSKY, 2007; CARRASCOZA, CASAQUI e HOFF, 2008). Nessa perspectiva, a felicidade se desvela como um valor central no conteúdo das ações de comunicação que agrega, buscando levar ao consumidor experiências que extrapolam as condições utilitárias dos produtos. Sendo assim, as campanhas empreendidas pelas marcas apelam para questões sensíveis: qualidade de vida, liberdade e juventude, estimulando desse modo não só o consumo de produtos e serviços, como também a incitação ao hedonismo imaginativo característico da modernidade (CARDOSO, 2005; CARDOZO, 2010; PEREIRA, 2010).

Neste trabalho, apresentamos uma reflexão sobre a publicidade contemporânea e as práticas de consumo, buscando compreender de que modo são representados os sentimentos e as emoções no interior das ações de marketing, concedendo especial atenção ao papel da felicidade. Para tanto, o texto recorre a uma revisão bibliográfica a partir das discussões de Bourdieu (2011) sobre a passagem dos códigos simbólicos e a construção do gosto cultural e a abordagem de Lipovetsky (2007) sobre a formação do mercado consumidor. Em seguida, pelas abordagens de Salecl (2005) e Sennett (2006), discutiremos sobre a tensão entre o excesso das possibilidades de escolha e o processo de autoconstrução dos indivíduos que é incitado através do consumo imagético das propagandas veiculadas na mídia.

1. Gosto se discute?

A formação do mercado consumidor e conseqüentemente do mercado publicitário perpassa diversas abordagens; focando aqui especialmente nas questões que levam as pessoas a terem determinados comportamentos ou a fazerem escolhas a partir das suas vivências em sociedade, trazemos a contribuição de Bourdieu (2011) no que se refere ao *habitus* (cultural, econômico, social) moldando as escolhas de vida dos indivíduos. O *habitus* - estruturas moldadas pelos indivíduos e, ao mesmo tempo por eles moldadas, e guiadas por uma sociedade de classes composta por *campos* (culturais, econômicos e simbólicos) - seriam adquiridos pelos indivíduos em seus processos de socialização; se o indivíduo teve acesso a um campo escolar ou cultural privilegiado, seus gostos expressarão as qualidades daquele campo específico. Dado que nos campos há constantes disputas pelo poder, sendo este proporcionado àqueles que possuem maior capital para legitimar-se acima dos outros, as escolhas de consumo dos indivíduos seriam

moldadas por estes campos sociais legítimos e as mensagens transmitidas por grandes empresas são as que ditam tendências, padrões de felicidade, sendo os consumidores, responsáveis por legitimar ainda mais os códigos que determinados estratos sociais consideram de “bom gosto”.

Entende-se assim que o gosto veiculado nas propagandas seriam aqueles legitimados em sociedade, e a publicidade reproduziria, portanto, vozes ou códigos de determinado campo ou classe, e muitos (a depender das suas experiências e do repertório simbólico adquirido durante a socialização) seguiriam as indicações feitas por aquelas mensagens a fim de galgar determinado status. Essa passagem legitimada de códigos pode ser ilustrada, por exemplo, no trabalho publicitário das blogueiras nas redes sociais: com postagens pagas ou até mesmo quando falam informalmente sobre os produtos que usam no seu dia a dia, estas pessoas que têm legitimidade para falar (não só porque, muitas vezes, convivem em um ambiente com capital cultural alto mas também porque são reconhecidas na mídia online e tradicional) apresentam aos leitores determinados produtos e estes se apropriam daquilo que está sendo veiculado - não somente por causa da legitimidade de quem fala mas também por, ao utilizar produtos e serviços indicados pela blogueira, buscarem galgar algumas características que elas supostamente possuem (felicidade, vida saudável, beleza, riqueza etc).

2. O consumidor como arquiteto de si mesmo

Com a mudança das formas de comunicação, mudam-se também as estratégias de conquista do mercado consumidor. Salecl (2005), ao descrever o universo das escolhas dos indivíduos na era hipercapitalista, evidencia que as pessoas são influenciadas a elegerem o melhor estilo de vida para si e a buscarem a sua essência a partir das inúmeras opções oferecidas pelo mercado publicitário. No entanto, a autora destaca que:

Embora as pessoas sejam constantemente lembradas a fazer de si mesmas o que querem, estão na verdade seguindo os ideais de padronização. Basta olhar os resultados da remodelação do corpo na TV e ter a confirmação de que, pelo preço pago pelo novo corpo, alguém está comprando a imagem corporal a que todos aderem (SALECL, 2005: 13).

Ou seja, por um lado, as opções ilimitadas oferecidas ao mercado consumidor incentivam o capitalismo das possibilidades, que ao final canaliza para as “possibilidades” hegemônicas presentes na sociedade. Além disso, as incalculáveis alternativas disponíveis para o consumo causam também uma série de insatisfações aos indivíduos, como, por exemplo, a ansiedade de ter que tomar decisões constantemente, culminando no que autora classifica como tirania da escolha e abundância de liberdade (SALECL, 2005: 15). Essas insatisfações se referem também a problemas relacionados - de acordo com a teoria lacaniana - a uma ordem simbólica formada principalmente pela linguagem, que molda a esfera social e é chamada de O Grande Outro. Ainda que essa ordem de fato não exista – apenas os indivíduos creem na sua existência

–, ela desempenha um importante papel na sociedade no sentido de castrar o consumidor da autonomia de poder realizar o que ele quiser. Isso porque é partir daí que o sujeito sente falta de algo que lhe foi tirado e vai em busca de sua satisfação. Ela será alcançada, portanto, por meio de escolhas fornecidas pela liberdade sem limites que levará a realização do seu projeto individual. Um exemplo notório disso se traduz no slogan *Just do it* da marca mundialmente conhecida Nike (tradução literal do inglês: Apenas Faça). Com essa pequena sentença, a marca sugere que todos os indivíduos possuem dentro si as condições necessárias para maximização do seu bem estar subjetivo- basta apenas força de vontade e iniciativa. Ou seja, o indivíduo pode ser, ter e fazer o que ele quiser aqui e agora, desde que assuma a condição de arquiteto de si mesmo, no qual o processo de autoconstrução, se bem orientado, levará inevitavelmente ao alcance de recompensas (aumento da qualidade de vida, do bem estar, prazer, entre outros) que culminarão, por conseguinte, no aumento da felicidade privada. É importante ressaltar como essa ideia se articula ideologicamente com o princípio do *self made man*, o indivíduo que alcança seus objetivos através da racionalização constante da sua vida - tal como um modelo comercial - com metas e objetivos bem definidos. O que impera, portanto, é a satisfação das necessidades individuais. A figura I ilustra como essa ideia está presente nas campanhas da Nike:

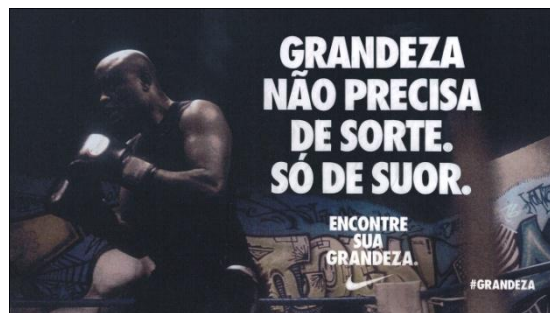


Figura 1: Campanha da Nike. Fonte: www.nike.com

3. A cultura-mundo das marcas e do consumo

Mas, como os indivíduos se apropriam e ressignificam as mensagens publicitárias? Para entender o papel do receptor dessas mensagens nesse processo de consumo e de presença- ou não - de escolhas, Lipovetsky (2007) descreve o desenvolvimento do mercado consumidor e sua educação a partir de princípios da coerção de uma publicidade apelativa e transmissora de princípios de classe. Contudo, ele aponta também que os consumidores podem ser atores nestes processos; trazendo o papel da felicidade nas propagandas, ao mesmo tempo em que os indivíduos seriam convencidos pelos apelos às emoções positivas, eles também - através do consumo - buscariam saciar suas ânsias, dores, angústias e associariam às marcas a qualidade de suas vidas e do seu bem estar.

É importante contextualizar também o processo de surgimento deste mercado consumidor, que será dividido pelo autor francês em três fases. A primeira fase, 1880 até 1945 (fim da IIª guerra mundial), compreende o início deste mercado e da educação dos consumidores pelas grandes empresas que cresciam à época: o mundo passava por um intenso desenvolvimento tecnológico e as novas infraestruturas modernas como telégrafos, telefones, expansões de linhas férreas, entre outros, transformaram o comércio local em nacional e possibilitaram uma maior produção em menos tempo e com menos custos – a produção em massa. Com essa produção, o marketing de massa inseria no vocabulário das pessoas as grandes marcas, focava nos preços baixos e através das propagandas incentivava o consumidor a procurar mais os signos incorporados nas peças publicitárias do que os produtos:

A fase I transformou o cliente tradicional em consumidor moderno, em consumidor de marcas a ser educado e seduzido especialmente pela publicidade. Com a tripla invenção da marca, do acondicionamento e da publicidade, apareceu o consumidor dos tempos modernos comprando o produto sem a intermediação obrigatória do comerciante, julgando produtos a partir de seu nome mais que a partir de sua composição, comprando uma assinatura no lugar de uma coisa (LIPOVETSKY, 2007: 30).

Neste momento, é possível perceber um estímulo à necessidade de consumir, a busca incessante de novidades e a incitação da imaginação e dos desejos; os grandes magazines seriam exemplos deste processo, já que estes são lugares que dariam as pessoas a possibilidade de enxergar tudo o que desejassem em um só espaço e de forma rápida e barata.

Numa explicação evolutiva deste processo, o autor passa para a fase II, Pós-Segunda Guerra Mundial; com melhores salários, a busca de um cotidiano confortável trouxe a sociedade hedonista: aquela que vive uma cultura de imediatismo, presente perpetuo e sempre na busca de saciar seus desejos o mais rápido possível. A ideia de uma vida melhor através da realização dos desejos e a felicidade instantânea foram os motes de sedução utilizados pela publicidade, esta que apela, em seus discursos, à juventude, à qualidade de vida, entre outros. É possível perceber que este é um processo de mudança cultural (LIPOVETSKY, 2007) haja vista que dentro do mundo do consumo ou da publicidade se inserem um novo tipo da sociedade: aquela que é jovem, que busca a manutenção da saúde através dos produtos que consome em seu dia a dia, que cuida da alimentação e que quer a felicidade através de elementos que insere em seus hábitos de vida. A construção de um eu mais individualizado e menos sujeito as pressões externas, ou seja, que busca investir mais em si mostra uma transição do consumo ostentatório para um consumo experiencial: a necessidade de mostrar o capital cultural ou econômico é substituída pelo consumo emocional – aquele que, através do consumo, traz leveza, juventude e qualidade a vida. Este mesmo consumo, segundo o autor (idem, 2007) começou a mostrar que o poder de compra estava cada vez mais espalhado em camadas sociais distintas e que muito do que antes era apenas consumido pelas elites, passou a ser desejado e consumido pelas massas:

[...] os referenciais do conforto, do prazer e dos lazeres começavam a impor-se como objetivos capazes de orientar os comportamentos da maioria. Já em 1964, E. Dichter observava que o status se tornara uma motivação secundária na aquisição de um carro. De fato, o mesmo acontecia com a televisão, os aparelhos domésticos, as férias, a praia, cuja sedução não pode ser explicada a partir apenas do modelo da distinção. A verdade é que a partir dos anos 1950-60, ter acesso a um modo de vida mais fácil e mais confortável, mais livre e mais hedonista constituía já uma motivação muito importante dos consumidores (LIPOVETSKY, 2007: 39).

Após a década de 1970, estaríamos então inseridos na fase III que engloba uma maior individualização das expectativas, dos gostos e dos comportamentos. Numa época em que as tradições não conseguem mais explicar quem é este indivíduo contemporâneo, ele busca a si mesmo através do que consome no seu dia a dia e se diferencia dos outros através daquilo que experiência individualmente. Seria esse indivíduo o hiperconsumidor, aquele que busca o máximo de liberdade e de individualização nas escolhas da sua vida, que se apropria do cotidiano e busca através do consumo, a correção de sua vida material e psicológica. As empresas, por sua vez, trazem em suas propagandas a venda não mais apenas dos seus serviços, mas especialmente de conceitos de vida associados à marca, atrelado ao que se pode ser experienciado a partir daquele consumo, este que pode trazer emoções e despertar afetos.

A tabela 1 apresenta as principais características do mercado consumidor ao longo do tempo:

FASE I (1880-1945)	FASE II (Pós-Segunda Guerra)	FASE III (1970-hoje)
Nascimento dos Mercados de Massa - Democratização dos bens duráveis	O milagre do consumo ou a Sociedade da Abundância: a lógica da quantidade e a edificação do mercado consumidor de massa	Hiperconsumo: o consumo intimizado e experiencial; a aventura individualista e emocional

Tabela 1: Fases do mercado consumidor. Fonte: Lipovetsky (2007)

Ao mesmo tempo em que há esta exaltação da liberdade e contemplação dos desejos, esses indivíduos vão perdendo esta autonomia e individualidade na medida em que ficam reféns da dimensão imaginária da marca, do uso de determinadas tecnologias ou de medicamentos, numa busca incessante pela felicidade, o que os torna dependentes de almejar sempre algo que

desperte as sensações positivas, que traga novidades e que os instigue a aventurar-se naquilo que é novo. Isso, conforme exposto por Sennett (2006), caracteriza as práticas de consumo condizentes com a cultura do capitalismo contemporâneo. Elas se movimentam sob o que o autor nomeia de paixão autoconsumptiva (que se extingue com a sua própria intensidade). De modo que o nosso desejo inicial por determinado produto pode até ser incontrolável, mas após alguns dias da sua aquisição, o mesmo já não nos entusiasma tanto quanto antes. Assim, a imaginação é mais forte na expectativa de almejar determinada coisa do que na posse em si daquilo que é desejado. O que o consumidor busca ao final é a incitação da sua imaginação, a viagem no mercado simbólico.

No século XX duas explicações tentaram definir o que seria a mola propulsora dessa paixão: a moda e a obsolescência planejada. No primeiro caso, com o auxílio do discurso publicitário, os produtos logo após adquiridos, caíam em desuso, já que logo perderiam seu brilho e poder de sedução para serem substituídos por outros alvos, designados a sofrer destino semelhante (BAUMAN, 2008).

Na segunda explicação, parte-se do pressuposto de que o consumo é movido pela necessidade de adquirir novos produtos na medida em que os que estão sendo produzidos têm uma durabilidade cada vez menor, ou seja, o tempo de vida útil cada vez mais suprimido dos objetos se torna quase que um imperativo para aquisição de novos objetos. Ambas as concepções, embora expliquem em parte a “paixão autoconsumptiva”, pressupõem um consumidor passivo, facilmente manipulável no jogo publicitário. Não é, no entanto, o que observamos nas práticas de consumo contemporâneo, caracterizado por dois indícios principais: a produção de marcas e a produção de potências. Consumir uma marca implica na ideia de que os produtos são construídos sobre uma mesma base, mas que as pequenas nuances de estilo ou desempenho é que os diferenciarão: “para vender algo essencialmente padronizado, o comerciante exalta o valor de pequenas diferenciações concebidas e exaltadas de maneira rápida e fácil, de tal maneira que é a superfície que importa. Para o consumidor, a marca deve ter mais relevância que a coisa em si (SENNETT, 2006: 134).

Desse modo, o foco de determinada marca não se dará na utilidade de determinado objeto ou da sua posse, mas na diferenciação criada em meio a produtos cada vez mais homogeneizados. O consumidor busca, portanto, o estímulo da diferença e tal incentivo se encontra no processo do movimento da esfera do imaginário. Nas palavras do autor: “Não tem importância que as coisas compradas sejam sempre as mesmas, desde que possamos sentir nossos desejos em movimento” (SENNETT, 2006: 137).

Isso porque o suporte material, por vezes, é apenas a base para algo intangível uma vez que na sociedade contemporânea a fonte da produtividade se encontra nas tecnologias de

processamento das informações e as tecnologias mais valiosas, portanto, são aquelas utilizadas para a manipulação de dados e voltadas à produção de conhecimentos (CASTELLS, 2001; SILVEIRA, 2012). A Nike, como já sugerida anteriormente, é um exemplo disso: “O custo de produção de seus sapatos esportivos é estimado em não mais de 4% do preço de venda total; o resto é remuneração dos ativos imateriais (marca, pesquisa, patentes e o know how da empresa)” (COCCO, 2012: 12). Outro exemplo notório da importância da dimensão imaterial pode ser observado na propaganda da água mineral francesa *Wattwiller*. Na peça em questão, uma necessidade básica (água) é apresentada como um produto a ser desejado como qualquer outro. Através de elementos persuasivos da propaganda (oriunda do Parque Natural *Ballons des Vosges*, água incrivelmente pura e preservada, valor puro e recomendada para alimentação de bebês), o comercial enfatiza benefícios que vão muito além da simples satisfação da sede humana.

Por sua vez, o consumo de potências enunciado pelo autor é traduzido pela aquisição de objetos que têm como apelo a ligação entre a potência material e a aptidão potencial de uma pessoa. Dito de outro modo é o mesmo que adquirirmos um produto que jamais será utilizado em sua totalidade, mas que incita o desejo justamente por ser divorciado da realidade: queremos ou somos incitados a querer mais do que aquilo que podemos utilizar ou fazer. Os produtos da indústria eletrônica talvez sejam os mais ilustrativos desse tipo de consumo. Em geral, os consumidores comuns compram equipamentos com possibilidades que jamais utilizarão: discos de memórias capazes de armazenar mais de 400 livros, programas de informática que nunca serão utilizados no computador, mp3 com capacidade para armazenar mais de 3 mil músicas, sendo que ao final, provavelmente não utilizarão nem um terço da capacidade de tais objetos. O mesmo exemplo vale para os proprietários de carros super velozes: embora nas peças publicitárias tais proprietários apareçam em paisagens deslumbrantes e convidativas para o usufruto potencial do carro, o uso cotidiano é predominantemente transitar no tráfego arrastado das grandes cidades (SENNETT, 2006).

Logo, as pessoas buscam nos objetos a supressão de seus desejos imediatos e o alcance dos prazeres e dos potenciais humanos que podem ser obtidos por meio do consumo dos produtos veiculados.

Considerações finais

Há uma dupla dimensão de análise da publicidade: se por um lado, ela insere elementos de diferenciação e distinção dos indivíduos e reproduz elementos legítimos em seus discursos, por outro lado, os elementos transmitidos pelas campanhas estimulando o consumo buscam responder as expectativas dos indivíduos e se moldam a partir de suas particularidades – suas emoções e desejos.

Sendo assim, o discurso do capitalismo contemporâneo é baseado na ideia de que o indivíduo tem dentro de si todas as ferramentas necessárias para elevar as suas potencialidades; estas são filtradas pelos princípios do próprio indivíduo e nesta perspectiva, o consumo se porta como um estímulo para o alcance de uma liberdade individual a partir das escolhas que ele faz para sua vida. No entanto, essa suposta liberdade na verdade pode implicar no aprisionamento do indivíduo na medida em que este delega a sua liberdade a novas autoridades, estas que são as principais responsáveis pelo marketing contemporâneo.

A felicidade é vista nesse mercado simbólico, portanto, como um recurso estratégico para ampliação da saúde e da produtividade dos indivíduos, unindo bem estar individual ao progresso socioeconômico. Um bem subjetivo imperioso nas sociedades liberais e competitivas. Trata-se, portanto, de um discurso alinhado com a perspectiva liberal de que os indivíduos devem assumir a empreitada de se autogovernarem, sendo o ideal de felicidade, por sua vez, a força motriz para abastecer a ideia de progresso social. 🚫

Lista de Figuras

Página

Figura 1: Campanha da Nike. 4

NOTAS

* À época do envio do artigo para publicação, a autora Bárbara Maria Farias Mota era estudante do bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, é Mestranda em Sociologia pela mesma instituição e integra o Grupo Métodos de Pesquisa em Ciência Política (DCP/UFPE). E-mail: barbarafmota@gmail.com

** À época do envio do artigo para publicação, a autora Mikhaella de Paiva Costa Wanderley Feitosa era estudante do bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, é Mestranda em Sociologia pela mesma instituição. E-mail: mikhapaivacosta@gmail.com

[1] Lipovetsky, 2007 p. 63

REFERÊNCIAS

BAUMAN, S. **A arte da vida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BOURDIEU, P. **A distinção: Crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2011.

CARRASCOZA, J.; CASAQUI, V.; HOFF, T. A publicidade da Coca-Cola “Happiness Factory” e o imaginário do sistema produtivo na sociedade de consumo. **Comunicação, mídia e consumo** 4.11 (2008): 65-77.

CARDOSO, P. R. Os apelos racionais e emocionais na publicidade – uma análise conceptual. **Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO**, v. 2, 2005.

CARDOZO, M. L. A construção emocional das marcas: o uso de arquétipos e estereótipos. **Comunicação & Inovação**, v. 5, n. 9, 2010.

CASTELLS, M. O informacionalismo e a sociedade em rede. In: HIMANEM, Pekka. (Org.). **A ética dos hackers e o espírito da era da informação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

COCCO, G. Trabalho sem obra, obra sem autor: a constituição do comum. In: BELISÁRIO, A.; TARIN, B. (Org.). **Copyfight: Pirataria e cultura livre**. Rio de Janeiro: Azougue, 2012.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal: Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2007.

_____. **O império do efêmero: A moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1989.

DA SILVA PEREIRA, C. Juventude como conceito estratégico para a publicidade. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 7, n. 18, p. 37-54, 2010.

SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio De Janeiro: Record, 2006.

SALECL, R. **Sobre a felicidade: Ansiedade e consumo na era do hipercapitalismo**. São Paulo: Alameda, 2005.

ROCHA, M. **Consumo traz felicidade? A publicidade no centro da cultura**. São Paulo, 2011.

Recebido em 19/04/2015
Aprovado em 24/06/2016

O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA IMPRENSA BRASILEIRA: O CASO DO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO

THE SOCIOLOGY OF EDUCATION IN THE BRAZILIAN MEDIA: THE CASE OF THE
NEWSPAPER O ESTADO DE SÃO PAULO

*Jessica Costa de Araujo**

Cite este artigo: ARAUJO, Jessica Costa. O Ensino de Sociologia na Imprensa Brasileira: O caso do Jornal O Estado de São Paulo. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 39-54, 10 de nov. 2016. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 10 de nov. 2016.

Resumo: Os estudos sobre a história do ensino de sociologia na educação básica brasileira vêm sendo desenvolvidos a partir de variados enfoques, com destaque para as reformas educacionais e seus impactos sobre o *status* da sociologia no currículo escolar. Contudo, é notória a carência de pesquisas de cunho histórico-social que relacionem este percurso com a imprensa. Entendendo ser este um veículo portador de grande potencial para a compreensão de fatos históricos de relevância, o objetivo deste artigo é acompanhar a trajetória da sociologia no ensino secundário por meio de notícias sobre este tema veiculadas na imprensa escrita. Para atingir este objetivo foram analisadas as notícias do jornal *O Estado de São Paulo*, no período dos anos 1920 aos anos 2000. O levantamento e a análise do material possibilitaram identificar que este longo período guarda muitas semelhanças no tocante aos argumentos sobre a relevância de se manter a disciplina no currículo escolar. As décadas de 1950 e de 2000 apresentaram maior frequência sobre a temática do ensino de sociologia do que outras.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia, Currículo Escolar; Educação Básica, Jornal O Estado de São Paulo, Imprensa.

Abstract: The studies on the history of teaching sociology at the Brazilian basic education have been developed from a variety of approaches, with an emphasis on educational reforms and their impact on the status of sociology in the school curriculum. However, it is notorious the lack of historical-oriented social research linking this route with the press. Considering this a vehicle carrying great potential for understanding historical facts of relevance, the purpose of this article is to follow the trajectory of sociology in secondary education through news on this topic published in the written press. To achieve this goal were analyzed the news of the newspaper *O Estado de São Paulo* in the period of the years 1920 to 2000. The survey and analysis of the material made it possible to identify that this extended period holds many similarities with regard to the arguments about the importance of maintaining

discipline in the school curriculum. The decades of 1950 and 2000 showed more frequently on the subject of teaching sociology than others.

Keywords: Teaching Sociology, School Curriculum, Basic Education, *O Estado de São Paulo* newspaper, Press.

O percurso histórico da sociologia como disciplina escolar no Brasil é caracterizado pela intermitência, pois, em determinados contextos ela esteve presente no currículo de forma obrigatória, em outros seu *status* foi opcional e também chegou a ser excluída. Algumas pesquisas traçaram a trajetória da disciplina no ensino secundário, tomando as reformas educacionais como referências (OLIVEIRA e JARDIM, 2009; MEUCCI, 2000; MORAES, 2003). A primeira proposta de sua inclusão no currículo se deu no ano de 1870, quando Rui Barbosa propôs para as faculdades de direito a substituição da disciplina Direito Natural pela sociologia, contudo, sua proposta não foi votada (OCN, 2006). Em 1890, durante o primeiro governo republicano, surgiu uma nova proposta para o ensino secundário e normal, que partiu do ministro da instrução pública Benjamim Constant. Porém, com seu falecimento a proposta foi deixada de lado, retirando a possibilidade de a sociologia integrar o currículo. Diferentemente dos movimentos anteriores, a reforma Rocha Vaz de 1925 a tornou disciplina obrigatória e seus conteúdos passaram a ser cobrados nas provas de seleção para o acesso ao ensino superior. Reforçando a reforma Rocha Vaz, a reforma Francisco Campos de 1931, inicialmente, garantiu a obrigatoriedade da disciplina no currículo, mas essa situação não durou muito tempo, uma vez que entre os anos de 1942-1961 a sociologia foi convertida em disciplina não obrigatória. Nos cursos normais, porém, ela continuou sendo lecionada, intitulada como “sociologia educacional”. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 categorizou a sociologia e uma série de disciplinas do curso colegial como optativas. Na prática, entre os anos de 1971-1982, mesmo tendo caráter optativo, a disciplina não foi incluída nos currículos (GESTEIRA e SILVA, 2012).

Nos anos de 1980, período caracterizado pela abertura política, iniciou-se uma nova fase de reinserção gradativa da sociologia nos currículos escolares em diferentes estados do País. Em meio ao movimento de luta pela profissionalização do sociólogo, os cientistas sociais organizaram inúmeros encontros, debates e reuniões em que a situação do ensino de sociologia na educação básica foi discutida. Neste contexto, alguns estados brasileiros começaram a incluí-la no rol das disciplinas do ensino médio como disciplina obrigatória. Contudo, foi somente com a Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008, que a sociologia alcançou a condição de disciplina obrigatória em âmbito nacional. Esta lei alterou o art. 36 da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) configurando a sociologia, assim como a filosofia, disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio (GESTEIRA e SILVA, 2012).

A trajetória intermitente da sociologia na educação básica tem sido tema de muitos estudos. A literatura sobre o tema utiliza predominantemente a legislação educacional para recuperar a história

da disciplina (MORAES, 2003; MACHADO, 1987). A pesquisa bibliográfica evidencia a inexistência de estudos fundamentados na imprensa escrita como fonte histórica. Por esse motivo, para este estudo foi realizado um levantamento sobre as reportagens e matérias que a imprensa escrita publicou sobre a temática do ensino de sociologia, tendo como foco o *jornal O Estado de São Paulo* [1], veículo de relevância histórica que disponibiliza seu acervo na internet [2]. O recorte cronológico adotado se inicia nos anos de 1920 e se estende aos anos 2000 e muito embora possamos demarcar contextos históricos diferenciados, foi nesse período que se identificou maior incidência de notícias sobre ensino de sociologia.

1. Considerações sobre a imprensa

Ah! A imprensa! Como sua importância está longe de ser compreendida! [3]

Em meados dos anos de 1932, Fernando de Azevedo [4] caracterizava os meios de comunicação de massa como formidáveis. Este autor foi responsável, juntamente com seu grupo, pelos momentos decisivos da história da educação brasileira, principalmente no que se refere à publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* [5]. Inicialmente, tal Manifesto foi publicado em jornais, contudo, alcançou reconhecimento tão grande que, posteriormente, foi transformado em livro. Segundo Fernando de Azevedo, imprensa e escola deveriam ter como objetivo a construção de uma obra partilhada: a educação renovada do cidadão brasileiro dentro de um ambiente escolar pulsante, traduzido em salas de aula, materiais pedagógicos, currículos e laboratórios revigorados, conforme pregava a ideologia modernizante em curso. Mas a obra partilhada também deveria realizar-se em qualquer outro espaço social, onde fosse possível circular um jornal que disseminasse concomitantemente os conhecimentos científicos produzidos pelos especialistas e os valores morais tidos como desejáveis naquele momento: apreço pela democracia, pelo liberalismo e pela meritocracia, dentre outros (CAMPOS, 2012).

Nesse sentido, muitos historiadores sociais da imprensa são categóricos em afirmar que tais veículos são inegavelmente também sujeitos da história, que se incumbem de registrar, explicar, discutir e comentar as coisas do mundo (CRUZ, 2000; DARNTON; LUCA, 2006; ROCHE, 1996, apud CAMPOS, 2012). Desse modo é importante denotar que os impressos tiveram papel singular no processo de cunho civilizatório pelo qual o Brasil passou durante os séculos XIX e XX, que tinha como intuito padronizar o indivíduo que aqui habitava, a partir de seus comportamentos, gostos e valores.

Inicialmente, no Brasil a imprensa se constituiu de forma bastante restrita: até 1950 a imprensa brasileira se apresentava através de empresas com capitais limitados, o que se chamava de *Imprensa de Opinião* [6]. A partir de 1950 a *Imprensa de Opinião* vai cedendo lugar para a chamada *Imprensa de Informação* [7], sendo esta, marcada pela objetividade. Mais recentemente a estes movimentos, outro tem ganhado destaque, o chamado *Jornalismo de Interpretação* [8], mas tal formato ainda é pequeno.

O número de estudos históricos que se valiam da imprensa periódica como fonte, especificamente, jornais e revistas, eram escassos até a década de 1970 (TOLEDO e SKALINSKI,

2012). A ideia em voga era a de que havia interesses e compromissos neste meio de comunicação e isto poderia implicar na composição de uma realidade deturpada. Assim sendo, apenas a partir dos anos de 1970 que a imprensa passaria, aos poucos, a ser considerada uma fonte histórica legítima. Em dissertação de mestrado defendida na USP em 1974, Maria Capelato, teve como objeto de estudo o jornal *O Estado de São Paulo* e, a autora afirmava que a imprensa precisava ser entendida como “[...] instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere” (CAPELATO, 1980: 19).

Desse modo, a imprensa constitui-se de forma e de um modo de escrita próprios, a partir de artigos, títulos e manchetes. Ela é detentora de uma linguagem específica que corresponde ao jornalismo, tendo em vista que cada jornal tem seu próprio modo de organização, uma vez que seus acontecimentos diários são colocados de acordo com sua política institucional.

2. Considerações sobre o jornal o Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo é caracterizado como um jornal que busca a informação precisa e que procura oferecer ao leitor informações amplas acerca dos temas que aborda. (LEAL e SOUZA, 2000). Além disso, é um dos jornais mais antigos que circula na cidade de São Paulo e atualmente no País. Seu surgimento se deu no período imperial, no dia 4 de janeiro de 1875, quando pela primeira vez circulou *A Província de São Paulo* [9]. Foi contemporâneo de outros jornais, como: Jornal do Comércio (criado em 1827), Correio Mercantil (1850-68), Diário do Rio de Janeiro (1850-77), Gazeta de Notícias (criado em 1875), O País (criado em 1884), Diário de Pernambuco (criado em 1825), Correio Paulistano (criado em 1854) e o Diário da Bahia (criado em 1877). Somente em janeiro de 1890, após a ruptura com o regime monárquico e instauração da República, que o jornal *A Província de S. Paulo* começou a circular com a atual designação. Neste momento, o jornalista, fundador e redator-chefe Francisco Rangel Pestana se afastou do jornal, e sua direção passou para o jovem redator Júlio Mesquita [10], que deu início a uma série de inovações. Pode-se dizer que a modernização do jornal ia de encontro ao crescimento da cidade de São Paulo, uma vez que, ao final do século XIX *Estado de S. Paulo* já era o de maior circulação, superando o *Correio Paulistano* [11]. A partir de 1902, o jornal passou a ser de propriedade exclusiva da família Mesquita.

O jornal *O Estado de São Paulo* desde sua criação buscou demarcar sua posição quanto às questões políticas. Em 1930, por exemplo, estava ligado ao Partido Democrático [12] e apoiou abertamente a candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Vargas foi derrotado nas eleições, porém assumiu o poder com a Revolução de 1930 [13] – notícia abordada pelo jornal como um marco do fim do sistema oligárquico. Dois anos depois, o *Estadão*, nome dado ao jornal *O Estado de São Paulo*, e o Partido Democrático, inconformados com o governo de Getúlio Vargas, juntamente com setores do Partido Republicano Paulista [14] articularam a Revolução Constitucionalista de 1932, que reivindicava eleições livres e uma Constituição. Com a derrota dos revolucionários, Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita foram presos e enviados para Portugal. No ano seguinte, um acordo entre

Getúlio Vargas e o político Armando de Salles Oliveira [15] permitiu que Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita retornassem ao país junto com outros expatriados.

Durante o *Estado Novo* (1937-1945), e a *República Nova* (1946-1964) [16], o jornal fez oposição a todos os governos, tanto que, em março de 1940, sua sede foi invadida pelos agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão do governo brasileiro criado durante o Estado Novo, cujo objetivo era controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime no poder. O jornal foi inicialmente fechado e logo depois confiscado pela Ditadura Vargas, sendo administrado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) até 1945, quando foi devolvido pelo Supremo Tribunal Federal a seus legítimos proprietários.

Em 1964, *O Estado de S. Paulo*, apoiou o movimento militar que depôs o presidente João Goulart e a eleição indireta do general Castello Branco [17]. No entanto, para os diretores do jornal, a intervenção militar deveria ser transitória. Quando os diretores do periódico perceberam que os militares queriam se perpetuar no poder, o jornal retirou seu apoio logo após a decretação do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que dissolveu os partidos políticos, fazendo com que o Estadão rompesse com o regime. Em 1966, o Grupo Estado lançou o *Jornal da Tarde* [18], um diário com um acompanhamento especial dos problemas urbanos. Em 1968, os dois jornais que continuavam se opondo ao regime passaram a ter suas redações censuradas por agentes da Polícia Federal, ao contrário dos outros grandes jornais brasileiros, que aceitaram se autocensurar. Entre 1968 e 1975, mais de 1.000 páginas dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* foram censuradas. Em 1969, com a morte de Mesquita Filho, o jornal passou a ser dirigido por Júlio de Mesquita Neto.

Nos anos 1980 houve uma reformulação no jornal *O Estado de S. Paulo*. Em 1986, com o jornalista Augusto Nunes no posto de diretor de redação, o noticiário do jornal começou a ser renovado. As novidades passaram também pelo processo gráfico e que culminaram em 1991, quando foram introduzidas cores no jornal. *O Estadão* também passou a ter edições diárias – até então o jornal não circulava as segundas-feiras e dias seguintes a feriados. Em 1992, a *Agência Estado* (AE) adquiriu a *Broadcast*, incorporada oficialmente em 6 de janeiro de 1992. Em 1996, Julio de Mesquita Neto morreu, e o jornal passou a ser dirigido por seu irmão, Ruy Mesquita, até então diretor do *Jornal da Tarde*, pertencente ao Grupo Estado.

Com base nisso, podemos perceber que este jornal apresenta grande relevância histórica, sendo de grande importância para a coleta de dados e análise de notícias e reportagens sobre o ensino da sociologia nos anos de 1920 aos anos 2000.

3. Metodologia da pesquisa

Organizar, interpretar e analisar são etapas imprescindíveis ao se realizar uma pesquisa que toma como fontes as notícias de jornais. Após o levantamento das reportagens sobre o ensino de sociologia na educação básica no jornal *O Estado de São Paulo* dentro do recorte cronológico proposto, elas foram agrupadas de acordo com a data da sua publicação. Após a classificação por décadas, foi realizada a análise de conteúdo que segundo Moraes consiste em:

Uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. A matéria-prima da análise de conteúdo pode constituir-se de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos auto-biográficos, discos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos, etc. Contudo os dados advindos dessas diversificadas fontes chegam ao investigador em estado bruto, necessitando, então ser processados para, dessa maneira, facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a que aspira a análise de conteúdo (Moraes, 1999: 09).

Através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifesto, indo além das aparências do que está sendo comunicado (Minayo e Gomes, 2011). A definição de análise de conteúdo surge no final dos anos de 1940-1950 com Berelson, auxiliado por Lazarsfeld, mas somente em 1977 foi publicada uma obra, que ainda hoje é referência, da autoria de Bardin intitulada *Analyse de Contenu*. Para Bardin o termo análise de conteúdo designa um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas destas mensagens (Bardin, 1979). Godoy (1995), afirma que a análise de conteúdo consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte. Nessa análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tornados em consideração. O esforço do analista é de duplo movimento: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira. Bardin (2011) indica que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação.

O levantamento das notícias no jornal *O Estado de São Paulo* foi feito através de pesquisas realizadas no seu acervo *online*, com utilização de filtragens e inserção de palavras-chave para uma busca mais precisa destas notícias. Foram encontradas 310 notícias que versavam sobre o tema sociologia, dentre as quais 134 enfocavam o ensino de sociologia. Essas notícias foram divididas em dois grupos: 1) notícias primárias – reunindo aquelas que tratavam do ensino de sociologia em suas diversas instâncias; e 2) notícias secundárias – reunindo as que remetiam às ciências sociais no Brasil. 41 notícias foram classificadas como primárias e 93 como secundárias. As notícias classificadas como primárias foram submetidas à detalhada análise de conteúdo e foram cotejadas com a literatura especializada e com os contextos históricos da época de suas publicações. Buscou-se, ainda, apreender a forma e o tratamento que tais notícias receberam neste jornal, tendo em vista alguns fatores, como: o que se comenta sobre a temática, a frequência com que as notícias aparecem, assim como o modo e o meio com que são veiculadas as notícias. No que se refere ao recorte cronológico, as escolhas se devem ao fato do acervo *online* desse jornal divulgar as notícias de forma consistente somente a partir dos

anos de 1920 e porque a partir desta data ocorreram eventos que marcam a história da sociologia no ensino secundário brasileiro.

4. Análise das reportagens segundo as décadas de suas publicações

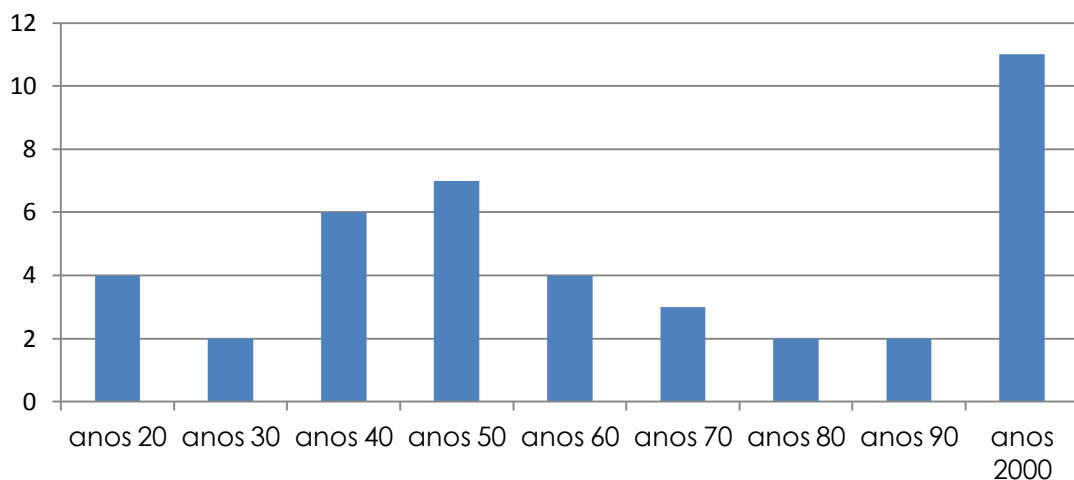
De acordo com Celso Machado (1987) - primeiro autor a apresentar uma periodização sobre as intermitências do ensino de sociologia na escola secundária – pode-se analisar alguns momentos da história da disciplina levando em conta suas entradas e saídas do currículo escolar (GESTEIRA e SILVA, 2012). Como foi explicitado no início deste artigo, o ensino de sociologia foi intermitente, estando em alguns momentos presente de forma obrigatória, em outros como disciplina optativa e em outros fora excluída.

A década de 1980 marcou a luta pela volta da disciplina ao currículo do Segundo Grau (denominação dada ao atual ensino médio na época) e caracterizou-se como um período de inserção gradativa da disciplina em algumas redes de ensino estaduais. No caso do Rio de Janeiro, a disciplina é foi introduzida na Constituição Estadual de 1989, porém, ela só alcançou a obrigatoriedade nacional no ano de 2008, com a Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008.

Na trajetória do ensino da sociologia pode-se notar que eventos políticos que marcaram momentos específicos da história nacional também deixaram os seus traços na história da disciplina no ensino secundário. O objetivo deste estudo foi descrever e interpretar o conteúdo das notícias classificadas como primárias entre 1920 e 2000, levando em conta seu contexto histórico.

No gráfico abaixo, percebemos a incidência com que aparecem as 41 notícias sobre ensino de sociologia no jornal *O Estado de São Paulo*. Pode-se constatar que as décadas de 1940, 1950 e 2000 são as que apresentam maiores números de notícias sobre esta temática.

Gráfico 1 - Notícias sobre o Ensino de Sociologia



Fonte: Jornal o Estado de São Paulo/acessado em fevereiro - 2014

Nos anos de 1920 prevalece nas reportagens o gênero opinativo através de resenhas, comentários, artigos e colunas. No geral, a sociologia aparece nas notícias como uma disciplina capaz de conferir ao cidadão uma formação profunda e como um conhecimento indispensável para a sua formação acadêmica. Percebe-se que a sociologia presente nas reportagens desta década visa a formação humanística dos alunos e a discussão é direcionada para o campo acadêmico, ficando em segundo plano o ensino de sociologia no âmbito da educação básica. Como exemplo disto, pode-se citar a notícia que data de 04/08/1927, intitulada *O Ensino de Sociologia: A opinião do acadêmico Afrânio Peixoto*, que considera a importância da sociologia como um conhecimento indispensável a todos os cidadãos.

Nos anos de 1930 há uma forte presença do gênero informativo nas matérias selecionadas, ou seja, foi encontrado maior número de notícias, reportagens e entrevistas. É a partir desta década que começam a ser mencionadas nas reportagens as casas de ensino de sociologia e política [19] e também as pesquisas relacionadas à sociologia. Nesta década não há discussões expressivas sobre o ensino de sociologia no âmbito da educação básica. As notícias voltam-se predominantemente para o campo da pesquisa empírica, como no caso da notícia do dia 12/11/1938, intitulada *O Ensino de sociologia na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* que explana sobre a sociologia no ensino superior e sobre pesquisas sociológicas brasileiras.

Nos anos de 1940 os gêneros opinativo e informativo estão presentes de forma mais equilibrada no jornal. Assim como nos anos de 1930, nos anos de 1940 as escolas de sociologia e política foram temas de diversas matérias do jornal. É possível verificar também o aumento de abordagens feitas sobre o campo das Ciências Sociais, relacionando-a com a ciência empírica. Vale ressaltar que nesse período as escolas de sociologia e política, e as casas de ensino foram tão relevantes quanto as discussões sobre o ensino de sociologia na educação básica. A notícia do dia 25/01/1947, intitulada *Faculdade de Filosofia e Sociologia em São Paulo* fundamenta essa afirmação. Trata-se de uma notícia de cunho opinativo, escrita pelo professor e sociólogo francês Roger Bastide, que discorre sobre a faculdade de sociologia e sua importância para o ensino secundário e para o progresso da ciência social.

Nos anos de 1950 constata-se a predominância de gêneros informativos nas matérias sobre o ensino de sociologia publicadas no jornal. Excluindo a década de 2000, foi neste período que encontramos o maior número de notícias sobre sociologia, seja sobre seu ensino, pesquisa, atuação e participação no meio acadêmico. No levantamento realizado, constatamos maior concentração de notícias sobre os intelectuais da Universidade de São Paulo e Florestan Fernandes foi um dos nomes mais citados, assim como o I Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em São Paulo em 1954. A notícia publicada em 18/07/1954, cujo título é *O ensino de sociologia na escola média* traz uma nota informativa sobre a participação de Florestan Fernandes no congresso de sociologia e pondera sobre as vantagens que o ensino de sociologia proporcionaria à educação funcionando como instrumento de integração da escola à realidade social.

Nos anos de 1960, observamos a presença predominante do gênero informativo nas matérias publicadas sobre ensino de sociologia. Nesta fase a atuação política de Florestan Fernandes em prol da

inclusão da sociologia no currículo da escola secundarista foi bastante citada bem como a proposta de currículo mínimo [20]. Chama atenção o fato de que a abordagem da sociologia neste período é direcionada para o campo educacional, em especial, no interior das academias universitárias. Muito também se comentou sobre os seminários que ocorreram nesse contexto. É notável a incidência de matérias sobre as casas de ensino de sociologia e política, como, por exemplo, a reportagem publicada em 30/06/1962, intitulada *Sugestão para o currículo do curso de Ciências Sociais* que fala sobre o Encontro Regional de Sociólogos- evento em que se discutiu a organização do currículo das ciências sociais e se propôs um projeto de currículo mínimo.

Nos anos de 1970 constatamos a predominância do gênero informativo. Neste contexto, a profissão de sociólogo passou a ser vista por outro viés e pretendia-se regulamentá-la. Esta década apresenta uma particularidade interessante: com a instauração da *ditadura militar*, a disciplina Educação Moral e Cívica foi incluída no currículo e a sociologia passou a ter conotação negativa. A notícia publicada no dia 19/01/1971 intitulada *Educação Moral e Cívica* informava que a nova disciplina iria suprir as demais disciplinas, dentre elas, Sociologia.

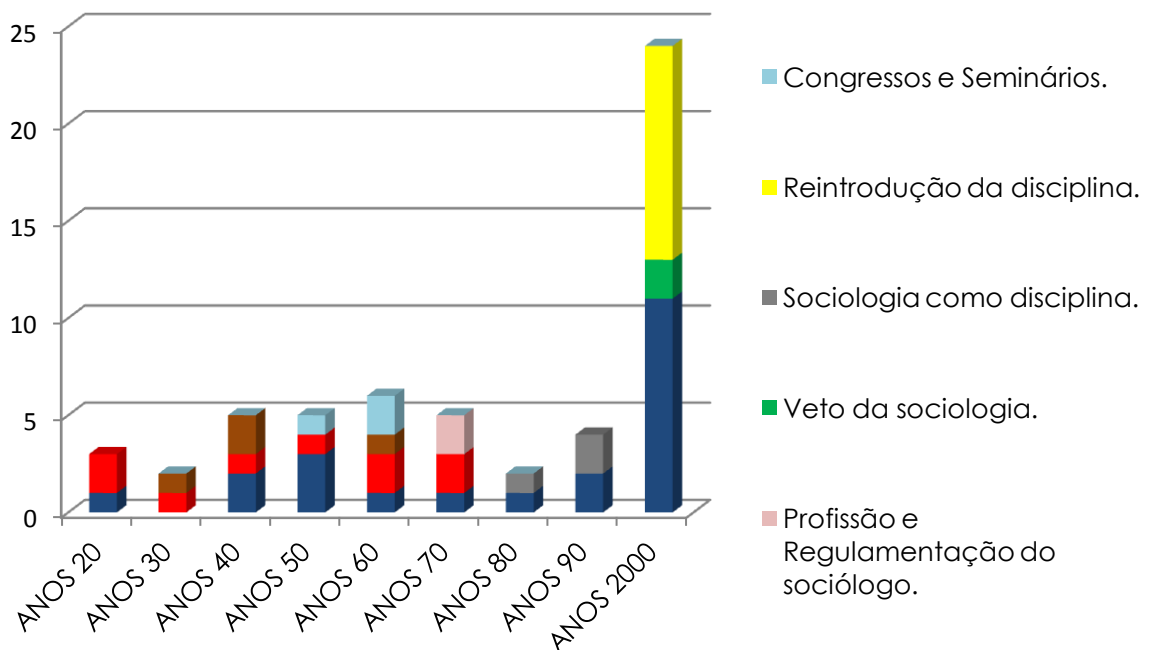
Nos anos de 1980 identificamos a predominância do gênero informativo. Fernando de Azevedo é um nome frequentemente citado, assim como Gilberto Freyre, autor da obra clássica das ciências sociais brasileiras *Casa Grande & Senzala* (1933). A sociologia é explorada pelo jornal do ponto de vista educacional, principalmente no âmbito das escolas secundárias. Por exemplo, a notícia intitulada *Fernando de Azevedo e a sociologia*, publicada no dia 08/10/1984, informava sobre a relação de Fernando de Azevedo com a sociologia, relatando que ele introduziu a cadeira de sociologia na escola normal do Distrito Federal e implantou a sociologia nas escolas de formação de professores.

Nos anos de 1990 constatamos a predominância do gênero informativo nas matérias selecionadas. A sociologia é explorada pelo fato dela figurar como disciplina optativa no 2º Grau, como podemos observar na matéria publicada no dia 19/03/1994 - *Filosofia é disciplina opcional no segundo grau* - que informa o *status* da filosofia e sociologia no currículo. Nesta década percebemos que a abordagem jornalística enfatiza a sociologia como disciplina escolar e direciona a discussão para o âmbito da educação básica.

Nos anos 2000 constatamos a presença tanto do gênero informativo quanto do opinativo. Em 2008 a sociologia tornou-se disciplina obrigatória do currículo do Ensino Médio, fato que teve ampla repercussão na imprensa no âmbito das discussões sobre a educação básica e sobre seu campo empírico. A notícia de cunho informativo publicada no dia 07/06/2008, cujo título é *Mudanças no Ensino Médio*, fala sobre a obrigatoriedade da sociologia no currículo do ensino médio, discorre sobre a intermitência da sociologia ao longo da história da educação brasileira, e ao final propõe refletir se é uma medida acertada a obrigatoriedade da disciplina ou se o currículo deveria reforçar o ensino de português, matemática e ciências. Outro fato que ganha destaque nesse período é o veto do então presidente Fernando Henrique Cardoso - Veto FHC- um dos assuntos mais comentados nesse período:

(...) o projeto de inclusão da Filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio implicará a constituição de ônus para os estados e o Distrito Federal, pressupondo a necessidade da criação de cargos para a contratação de professores de tais disciplinas, com a agravante de que, segundo informações da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, não há no país formação suficiente de tais profissionais para atender à demanda que advirá caso fosse sancionado o projeto, situações que por si só recomendam que seja vetado na sua totalidade por ser contrário ao interesse público (BRASIL, 2001).

Gráfico 2 - Frequência de dados relevantes por décadas



Os anos de 1920 procuram contextualizar as notícias sobre ensino de sociologia no âmbito da educação, caracterizando-a como uma disciplina que oferece aos alunos suporte humanístico crítico, possibilitando aos mesmos uma visão e conhecimento de mundo mais amplo. Na década de 1920, o ensino das ciências sociais passa a ser incentivado pelas elites com o intuito de formar lideranças e criar soluções racionais e pacíficas para resolver as questões sociais brasileiras (FELJÓ, 2012). Esta se assemelha muito aos anos de 1950 no que concerne ao modo como a disciplina de sociologia é tratada. Isto se deve aos comentários de Florestan Fernandes que se pronunciou dizendo que era necessária a presença da sociologia no ensino secundário. Os anos de 1930 tratam as notícias sobre ensino de sociologia em um campo mais científico, relaciona-a a pesquisas, contudo é nesta época em que as ditas casas de ensino de sociologia e política são citadas pela primeira vez. Nesta década, mais especificamente em 1931, a disciplina passou a ser tida como obrigatória em todos os cursos complementares, contudo, em 1942 foi retirada do currículo. Fernandes (1977) aponta ainda que a partir da década de 1930, o ponto de vista sociológico no Brasil começou a ser entendido com mais

clareza e aplicado com crescente precisão científica, fazendo com que a sociologia passasse a se integrar como disciplina científica. A educação era percebida como importante ferramenta diante situações impostas pela realidade. Já os anos de 1940 apresentam um misto sobre essa temática fazendo menção tanto da sociologia no campo educacional quanto no campo científico. É importante salientar também que as casas de ensino ganham mais espaço na década de 1940. A partir de 1942, a sociologia permaneceu como matéria obrigatória apenas no currículo das escolas normais, destinadas à formação de professores primários (SANTOS, 2002).

Assim como nas décadas de 1920 e 1940, no decorrer da década de 1950 houve um grande avanço nos estudos sociológicos no Brasil, predominando os conteúdos vinculados às questões nacionais. Logo, as pesquisas sociológicas ajudariam a pensar medidas necessárias para resolver os problemas sociais e transformar a realidade brasileira, auxiliando o bem-estar da sociedade (GUELFI, 2007). Na década de 1960 o currículo mínimo é estabelecido, e a regulamentação do ofício do sociólogo é citada ao longo das notícias. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, a sociologia não tinha caráter obrigatório, se estabelecendo como optativa em meio a cem disciplinas que poderiam ser escolhidas pelos estados (SANTOS, 2002).

As décadas que correspondem aos anos de 1970, 1980, 1990 e 2000 são distintas entre si, mas ao mesmo tempo se complementam. Os anos de 1970 fazem menção à profissão e regulamentação do sociólogo, assim como nos anos de 1980. Contudo, por essa década ser de um contexto de regime militar, a disciplina Educação moral e cívica é incluída e a sociologia deixa de ser obrigatória. Na transição da década de 1970 para a de 1980 assistiu-se à crise do Milagre Econômico brasileiro que acabou revelando os seus limites para sustentar a escola profissionalizante obrigatória, devido à escassez de profissionais formados (BRASIL, 2006). Ao mesmo tempo iniciou-se, no final dos anos 70, o movimento de redemocratização do país, alavancado pela reorganização e surgimento dos movimentos sociais, políticos e culturais que levaria a profundas e latentes transformações socioeconômicas e políticas e à necessidade de transformações também no âmbito educacional (FEIJÓ, 2012). Os anos de 1990 são embalados por amplas discussões sobre o ensino de sociologia. Fatores como o Veto FHC foram marcantes neste contexto e os anos 2000 foram reflexo do Veto e palco para a reintrodução da sociologia como disciplina obrigatória.

Considerações finais

No Brasil, a sociologia escolar é caracterizada por um processo de intermitência, que em certas circunstâncias a coloca como disciplina presente no currículo escolar e em outros momentos, é excluída. A trajetória da sociologia na educação básica tem sido tema de muitas pesquisas. Inúmeros trabalhos buscam tratar a questão a partir de diferentes enfoques, com destaque para as reformas educacionais e seus impactos com relação à presença ou à ausência da disciplina nos currículos escolares (OLIVEIRA e JARDIM, 2009; MACHADO, 1987). Uma revisão bibliográfica sobre a temática aponta que esses trabalhos tendem a focalizar a história da disciplina do ponto de vista da legislação educacional (MORAES, 2003; MACHADO, 1987). Nesse sentido, no desenvolvimento da pesquisa, constatamos a inexistência de estudos que busquem traçar esta trajetória do ponto de vista da

imprensa escrita. Com base nos dados levantados até o momento, e a partir das 41 notícias coletadas e classificadas como primárias durante a pesquisa, pode-se afirmar que as notícias apresentam muitas similitudes entre si no decorrer das décadas – como o debate sobre a reintrodução da disciplina no currículo -, bem como a presença de temas que tiveram destaques em determinados contextos como, por exemplo, os congressos e seminários ligados a temática de ensino de sociologia, as casas de ensino de sociologia e política e o veto do ex presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os anos de 1950 – período de profissionalização das Ciências Sociais e de militância de Florestan Fernandes em prol da inclusão da disciplina no currículo do ensino secundário - e os anos 2000 – marcado pelo veto do presidente Fernando Henrique Cardoso e pela inclusão da sociologia como disciplina obrigatória no currículo do ensino médio – foram períodos que apresentaram maior frequência de notícias sobre o ensino de sociologia. Ao tomar as matérias jornalísticas como fontes a pesquisa se revelou com grande potencial para a compreensão da história da sociologia como disciplina escolar.

Esta pesquisa encontra-se em estágio inicial, contudo é importante ressaltar que ela abre novas perspectivas para futuras investigações, tendo em vista o alargamento da investigação para outros jornais, e o enfoque nas décadas que apresentaram maiores incidências sobre a temática de ensino de sociologia. 🌐

NOTAS

* A autora, à época da submissão, cursava o 7º período do Curso de Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: jjessicaaraujo@gmail.com.br

[1] A pesquisa utilizando o jornal *O Estado de São Paulo* teve início no ano de 2014, quando ingressei como bolsista de iniciação científica no laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (LabES). Tal pesquisa ainda encontra-se em andamento, uma vez que nossa proposta é ampliá-la para outros jornais, afim de, traçar a trajetória do ensino da sociologia do ponto de vista da imprensa escrita.

[2] O acervo online do jornal *O Estado de São Paulo* encontra-se no sítio eletrônico <http://acervo.estadao.com.br/>.

[3] Frase proferida pelo professor e sociólogo Fernando de Azevedo (AZEVEDO, Fernando de *apud* DE CAMPOS, 2012).

[4] Fernando de Azevedo foi um professor, crítico, ensaísta e sociólogo brasileiro. Lecionou pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e participou de um dos momentos marcantes na história da educação brasileira no século XX, com a redação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*.

[5] Documento datado de 1932, foi escrito durante o governo de Getúlio Vargas e buscava, dentre outros, renovar a escola tradicional. O documento enfatizava o exercício dos direitos dos cidadãos brasileiros no que se refere à educação, dentre eles: a educação pública, a laicidade, gratuidade e obrigatoriedade da educação.

[6] Imprensa de Opinião era um modo de fazer imprensa que teve grande fôlego até os anos de 1950, e se caracterizava pela presença de empresas que detinham pequenos capitais. Os jornais eram feitos em pequenas tiragens, e eram acima de tudo porta-vozes de grupos que os financiavam em parte ou na totalidade.

[7] A Imprensa de Informação era produzida de modo diferente da anterior, ela era pensada de maneira neutra e indiferente. Esta procura se manter distante da literatura e se caracteriza também pela significativa aproximação com o jornalismo norte americano.

[8] O Jornalismo de Interpretação se caracteriza por apresentar diversos aspectos de certa problemática, trazendo suas causas e consequências, ou seja, interpreta os fatos ocorridos para que o leitor possa entender e compreender o acontecimento.

[9] A *Província de São Paulo*, jornal fundado em 1875 com base nos ideais de um grupo de republicanos, foi precursor do jornal *O Estado de São Paulo*.

[10] Diretor do jornal O Estado de São Paulo, assumindo logo após a saída de Rangel Pestana.

[11] O *Correio Paulistano* era um jornal de cunho liberal, sendo posteriormente, atrelado ao Partido Conservador. Foi lançado em 1854, e deixou de ser editado em 1963.

[12] Partido brasileiro, fundado por dissidentes do Partido Republicano Paulista, durante a República Velha. Era uma organização representativa da classe média tradicional, vinculada a setores cafeeiros.

[13] Movimento que culminou com o Golpe de 1930, que depôs o presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, e pôs fim à República Velha.

[14] Foi um partido político brasileiro em 1873, durante a Convenção de Itu. Foi também, o primeiro movimento republicano moderno no Brasil, e foi o partido político predominante no estado de São Paulo durante toda a República Velha.

[15] Engenheiro, político, e também sócio do jornal O Estado de São Paulo, tendo apoiado a Revolução de 30.

[16] Estado Novo é o regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 1937, que se estendeu até 1945. Caracteriza-se pela centralização do poder e nacionalismo. O período conhecido como República Nova, se inicia com a renúncia forçada do Presidente Getúlio Vargas, em outubro de 1945, dando fim à Era Vargas, e termina em 31 de março de 1964, com a deposição do presidente eleito democraticamente João Goulart pelas forças militares, que iniciaram o regime militar no Brasil.

[17] João Goulart foi um político brasileiro e o 24º presidente de seu país, que governou o Brasil de 1961 a 1964. Castello Branco foi um militar e político brasileiro, e um dos conspiradores do golpe. Também foi o primeiro presidente do período do Regime Militar instaurado pelo Golpe Militar de 64.

[18] Foi um jornal diário da cidade de São Paulo, Brasil. Sua primeira edição circulou em 1966, e a última em 2012.

[19] Segundo os jornais analisados, as casas de ensino de sociologia política eram locais em que se ofereciam aulas dessas disciplinas, sendo que os interessados para participarem das aulas deveriam se inscrever.

[20] Currículo mínimo é um documento oficial, que orienta, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino-aprendizagem, em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre. Serve como referência a todas as escolas, apresentando as competências e habilidades básicas que devem estar contidas nos planos de curso e nas aulas.

Referências

BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e Público: Os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)**.

Rio De Janeiro, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição, v. 70, 1979.

_____. Bardin, L.(2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BRASIL. Presidência da República. **Veto ao Projeto de Lei n. 09/00**. Mensagem n. 1.073, Brasília, DF, 8 de outubro de 2001.

BRASIL. **Conhecimentos de Sociologia**. In: Orientações Curriculares para o ensino médio. Ciências Humanas e Suas tecnologias. Vol. 3. Ministério da Educação, Secretaria de educação básica. Brasília, 2006. p. 101-133. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: 19/07/2016.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **O controle da opinião e os limites da liberdade**: Imprensa Paulista. São Paulo, 1986.

DE CAMPOS, Raquel Discini. **No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação**. São Paulo, 2012.

FERNANDES, F. **A Sociologia no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

FEIJÓ, Fernanda. **Breve Histórico do Desenvolvimento do Ensino de Sociologia no Brasil**. PerCursos, v. 13, n. 1, p. 133-153, 2012.

GESTEIRA, B. M.; SILVA, G. M. H. **O retorno da sociologia na escola: a crítica e a cidadania como instrumentos da democratização do país (1980-1990)**. Revista Habitus, v. 10, p. 64-78, 2012.

HANDEFAS, Anita; MIRANDA, Aline; e FRANÇA, Thays. **A Trajetória da Sociologia no Rio de Janeiro**. 2012 (prelo).

GUELFY, W. P. **O Movimento da sociologia como disciplina escolar entre 1925 e 1942: As reformas do secundário e os programas de ensino do colégio Pedro II**. Mediações – Revista de Ciências Sociais, Londrina, vol. 12, n.1, p.11-30, jan./jun. 2007.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE– Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

JINZENJ, Mônica Yumi. **O papel da imprensa periódica no processo de escolarização em Minas Gerais no século XIX**. Minas Gerais, 2012.

LEAL, Ana Regina Barros; SOUZA, Maria Isabel Amphilo R. **Gêneros Jornalísticos-análise dos jornais “O Estado de São Paulo” e “Diário de São Paulo”**, São Paulo.

MACHADO, Celso S. (1987). **O ensino de sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar**. Revista da Faculdade de Educação. 13 (1): 115-148, jan./jun., São Paulo, Feusp.

MEUCCI, Simone, (2000). **A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas.

MINAYO, M. C. S.; DELANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. v. 1.

MORAES, Amaury Cesar. **Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato**. Tempo Social, v. 15, n. 1, p. 5-20, 2003.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França. **Informação e Política nos primórdios da imprensa paulista: O farol Paulistano (1827-1831)**. São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de; JARDIM, Antonio de Ponte. **O retorno da Sociologia no Ensino Médio no Rio de Janeiro: uma luta que merece ser pautada!** Perspectiva Sociológica Revista Eletrônica, Colégio Pedro II, Departamento de Sociologia, ano 2. maio, set/2009.

PASQUINI, Adriana Salvaterra; GUEDES, Edson Claiton; CHAGURI, Jonathas de Paula. **Historiografia da Educação: A imprensa enquanto fonte de investigação**. Minas Gerais.

PIMENTEL, Rosana. **O método da análise documental: Seu uso numa pesquisa historiográfica**. Cadernos de Pesquisa, n. 114, pag. 179-195, novembro/2001.

SANTOS, M. B. **A sociologia no ensino médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal. 2002**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

ZICMAN, Renée Barata. **Historia através da imprensa- Algumas considerações metodológicas**. São Paulo.

ANEXO

Data: 24/06/1954

Título da notícia: “O ensino da sociologia na escola secundária”.

Trata-se de notícia de cunho informativo, onde os sociólogos Florestan Fernandes e Henrique Stodiek apresentam no congresso brasileiro de Sociologia trabalhos sobre: O ensino de sociologia na escola secundário, onde Florestan Fernandes apresenta um discurso de defesa da sociologia, ressaltando algumas razões para a inclusão da mesma no ensino secundário.



Data: 10/10/2001

Título da notícia: “FHC veta Filosofia e Sociologia para o ensino médio brasileiro”.

Trata-se de notícia de cunho informativo, que fala sobre o veto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso no projeto de inclusão das disciplinas de filosofia e sociologia, alegando que o país não possui professores suficientes para lecionar a disciplina, o que constituiu um impedimento para inseri-la no currículo escolar.



Data: 21/07/2008

Título da notícia: “País precisa de docentes em filosofia e sociologia”.

Trata-se de uma notícia de cunho opinativo, onde ela fala da carência de professores e de material didático para a disciplina e o sindicato dos sociólogos enxerga que há certo exagero no cálculo de demanda dos docentes.

ENSINO MÉDIO

País precisa de docentes em filosofia e sociologia

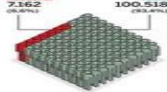
Disciplinas se tornaram obrigatórias por lei sancionada no mês passado

Resumo Executivo
 O Brasil precisa de 55 mil novos professores de filosofia e 40 mil de sociologia para atender a demanda prevista para o ensino médio a partir de 2011. Para isso, o governo precisa investir cerca de R\$ 1,5 bilhão em formação de docentes. A falta de professores é o maior problema para o ensino médio brasileiro, depois de não ter docentes para matemática, física, química e biologia. Segundo o Ministério da Educação (MEC), a demanda por professores de filosofia e sociologia é de 55 mil e 40 mil, respectivamente. A formação de professores de filosofia e sociologia é feita em cursos de licenciatura em filosofia e licenciatura em sociologia, oferecidos por universidades e faculdades. No Brasil, há cerca de 10 mil professores de filosofia e 10 mil de sociologia. A formação de professores de filosofia e sociologia é feita em cursos de licenciatura em filosofia e licenciatura em sociologia, oferecidos por universidades e faculdades. No Brasil, há cerca de 10 mil professores de filosofia e 10 mil de sociologia.

A filosofia e 55 mil em sociologia. Não há ensino por filosofia, está por vir", afirma a Diretora Executiva de Políticas de Formação de Professores do MEC, Regina de Aguiar. Ela afirma que o Brasil precisa de 55 mil professores de filosofia e 40 mil de sociologia para atender a demanda prevista para o ensino médio a partir de 2011. Para isso, o governo precisa investir cerca de R\$ 1,5 bilhão em formação de docentes. A falta de professores é o maior problema para o ensino médio brasileiro, depois de não ter docentes para matemática, física, química e biologia. Segundo o Ministério da Educação (MEC), a demanda por professores de filosofia e sociologia é de 55 mil e 40 mil, respectivamente. A formação de professores de filosofia e sociologia é feita em cursos de licenciatura em filosofia e licenciatura em sociologia, oferecidos por universidades e faculdades. No Brasil, há cerca de 10 mil professores de filosofia e 10 mil de sociologia.

A falta de professores no País

Demanda de docentes para sociologia e filosofia é o maior, de 55 mil e 40 mil, respectivamente.

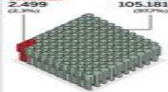


31.135 professores

14.518 de sociologia em filosofia - 16.077 em sociologia

Demanda de docentes para sociologia e filosofia

Demanda de docentes para sociologia e filosofia é o maior, de 55 mil e 40 mil, respectivamente.



20.339 professores

24.131 de filosofia em filosofia - 8,9 milhões de alunos

Todas as escolas de GO oferecem as matérias

Em Goiás, todas as escolas de ensino médio oferecem filosofia e sociologia.

Em Goiás, todas as escolas de ensino médio oferecem filosofia e sociologia. Isso ocorre porque o Estado possui uma legislação que garante o ensino dessas disciplinas em todas as escolas. Além disso, o MEC também possui uma política de formação de professores que garante a formação de docentes para essas disciplinas em todo o Brasil.

O Brasil tem

24.131 docentes de ensino médio - 8,9 milhões de alunos

Sindicato dos sociólogos vê exagero no cálculo de demanda

O Sindicato dos Sociólogos (SINOC) afirma que o cálculo de demanda para sociologia é exagerado.

O Sindicato dos Sociólogos (SINOC) afirma que o cálculo de demanda para sociologia é exagerado. Segundo o SINOC, a demanda real para sociologia é muito menor do que a estimada pelo MEC. O SINOC também afirma que a formação de professores de sociologia é feita em cursos de licenciatura em sociologia, oferecidos por universidades e faculdades. No Brasil, há cerca de 10 mil professores de sociologia.

Curso de filosofia

O curso de filosofia é oferecido em universidades e faculdades.

O curso de filosofia é oferecido em universidades e faculdades. No Brasil, há cerca de 10 mil professores de filosofia. A formação de professores de filosofia é feita em cursos de licenciatura em filosofia, oferecidos por universidades e faculdades. No Brasil, há cerca de 10 mil professores de filosofia.

Curso de sociologia

O curso de sociologia é oferecido em universidades e faculdades.

O curso de sociologia é oferecido em universidades e faculdades. No Brasil, há cerca de 10 mil professores de sociologia. A formação de professores de sociologia é feita em cursos de licenciatura em sociologia, oferecidos por universidades e faculdades. No Brasil, há cerca de 10 mil professores de sociologia.

A HOMOLOGIA ENTRE LITERATURA E CINEMA: UMA FERRAMENTA DO NÃO FOSSO NA SUBJETIVAÇÃO ARTÍSTICA EM NELSON PEREIRA DOS SANTOS

LITERATURE'S AND CINEMA'S HOMOLOGICALITY IN NELSON PEREIRA DOS SANTOS
AND THE ABSENCE OF GAP IN THE CRAFT OF HIS ARTISTIC SUBJECTIVATION

*Artur Guimarães Dias Pimentel**

Cite este artigo: PIMENTEL, Artur Guimarães Dias. A homologia entre literatura e cinema: uma ferramenta do não fosso na subjetivação artística em Nelson Pereira dos Santos. Revista *Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 55-69, 10 de nov. 2016. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 10 de nov. 2016.

Resumo: A problemática central desse trabalho concentra-se em mapear como tem se dado a rede de funcionamento que contribuiu e contribui para a construção da identidade artística do cineasta Nelson Pereira dos Santos, no que tange o campo da literatura até o campo do cinema, realizando uma sociobiografia deste cineasta. A pesquisa cotejará, no processo de construção da homologia Literatura – Cinema em Nelson Pereira, ao perpassar pela subjetivação artística do mesmo, a possibilidade do não fosso entre sujeito e objeto. Haja vista as décadas de 1950 e 1960 como período de forte imersão desse diretor numa realidade social/político/geográfica que seria, a contento de sua trajetória social, um forte ponto de inflexão para a sua arte.

Palavras-chave: Cultura popular, Arte, Sociobiografia, *Habitus*, Figuração.

Abstract: The central issue of this work focuses on mapping the operating system that contributed to the construction of the artistic identity of the filmmaker Nelson Pereira dos Santos, regarding from the field of literature to the field of cinema. The possibility of no gap between subject and object or between artist and work, here, by the Literature's and Cinema's homology in Nelson Pereira dos Santos, being responsible for the craft of his artistic subjectivation. Since the 1950`s and the 1960`s represent periods of large immersion of this director in a social, political and geographical reality, linked to his social trajectory, this would be a crucial point to the expression of his art.

Key words: Popular culture, Art, Sociobiography, *Habitus*, Figuration.

Este estudo sobre a construção da identidade artística do cineasta brasileiro Nelson Pereira dos Santos (1928) busca entender os processos/contextos, os níveis de síntese simbólicas, as instituições, ações/formas/práticas interligadas que foram e que são responsáveis por forjar, ao longo das décadas dedicadas à cinematografia e à literatura, a subjetividade artística desse diretor de cinema que tem sido fundamental para a cultura popular brasileira.

Para dar conta dos processos dinâmicos de socialização e subjetivação artística em Nelson Pereira dos Santos, é preciso entender sua arte no quadro de um compromisso frente a mudanças sociais e como, também, as mudanças sociais são engajadas pela sua arte. Assim, tomar uma posição pragmática e não essencialista, a fim de entender como se redefinem esses processos, é trazer para esta pesquisa descrições, material de campo e observações sistemáticas sobre tais procedimentos.

Como sociólogos, é nossa tarefa realizar pesquisas, e em seguida analisar e modelar dados que documentam esses casos, e depois procurar entender suas limitações. Assim, tentamos construir uma teoria da artificação [1] enquanto mudança social com base no maior acúmulo possível de dados empíricos. (SHAPIRO; HEINICH, 2013, p.16)

O cineasta Nelson Pereira sempre produziu um cinema autônomo e de caráter independente do Movimento do Cinema Novo, do Cinema Paulistano, do Cinema Carioca, do Cinema da “Retomada”. Sua trajetória como realizador de cinema sempre foi marcada por esse caráter de independência. Talvez esta seja a característica pela qual a filmografia de Nelson Pereira seja tão apreciada, porque nela é possível estar muito próximo das reais motivações deste cineasta, da sua dedicação por fazer cinema, da sua singularidade enquanto diretor de cinema, ator, roteirista, escritor, produtor, literato, pesquisador, crítico, jornalista, militante e grande entusiasta da cultura popular brasileira.

Para dar conta destes processos, por serem capazes de reconciliar polos de uma balança indivíduo e sociedade, sem pensar tais objetos de modo distinto e separadamente, opto pelas contribuições teórico-metodológicas de Pierre Bourdieu e Norbert Elias e seus estudos sobre trajetória social do sujeito e sociobiografia do indivíduo, respectivamente. A escolha por esse recorte teórico decorre do ponto de convergência, em ambos autores, relativo à tentativa de superação do esquema dicotômico (indivíduo e sociedade, objetividade e subjetividade), ao articular a sociologia e a história como ferramentas inseparáveis para a tentativa de compreensão do social, tendo o cuidado de não incorrer no equívoco de que a sociologia seja completamente teórica e a histórica somente empírica. Por isso, é necessário, para este estudo sociológico, uma teoria que seja empiricamente embasada, ao buscar sustentação na correlação temporal da história com a imputação de sentido pela prática. Trago também uma contribuição de Friedrich Nietzsche (2007), como um pano de fundo de análise, para elucidar o movimento das formas artísticas de Nelson Pereira. Correlato, deparamo-nos com a seguinte questão: de que maneira a construção de uma biografia pode objetivar o sujeito da objetivação sociológica? (BOURDIEU, 1996)

A identidade artística de Nelson Pereira dos Santos pode ser entendida, tendo em vista sua posição em um campo que foi fortemente influenciado pelo Modernismo das décadas anteriores –

1920 a 1940 – e que foram capazes de proporcionar uma maior autonomização do campo intelectual e uma diferenciação mais nítida entre a produção artística e o pensamento social das décadas seguintes – 1950 a 1970 (VELOSO; MADEIRA, 1999).

Caudatário dessa herança modernista, os filmes de Nelson Pereira são caracterizados por terem fortes parâmetros experimentais em termos de linguagem e estética, posto que são advindos de pesquisas realizadas ou vivenciadas por ele. Dedicar-se ao estudo de seus filmes e de sua trajetória, entendemos que é acessar as estruturas e as práticas que foram capazes de objetivar o sujeito da objetivação sociológica – o próprio Nelson Pereira dos Santos - dentro de um quadro de forças das funções e posições interdependentes em questão.

Essa vivência política de Nelson, na segunda metade dos anos 40, foi absolutamente fundamental em sua trajetória. Sua “universidade do povo”, como ele mesmo diz, uma experiência, uma concepção de mundo e de vida, de Brasil que Nelson absorveu e elaborou, para recriar sempre ao longo dos anos, mas cujos alicerces nunca efetivamente abandonou. Para usar os mesmos termos de uma comparação que ele próprio faz muito – o cinema e a música –, essa sua formação da juventude seria como um conjunto de acordes, com os quais ele desenvolveria futuramente inúmeros temas, em múltiplos arranjos. Mudam as peças musicais, porém aqueles acordes iniciais permitem sempre identificar o som original. Não há como errar. (SALEM, 1996, p. 54)

O conhecimento apreendido por Nelson Pereira dos Santos, tanto no campo político, como na literatura e no cinema, é diretamente derivado de suas experiências, como também das estruturas de processos sociais interdependentes que tecem uma trama figuracional entre, neste caso, o próprio Nelson e os diferentes processos civilizatórios [2] que o atravessam e o compõem (ELIAS, 1994a).

Ao longo deste estudo empírico, empreendemos análises que buscarão entender como se estruturou o processo de construção da subjetividade artística em Nelson Pereira dos Santos paralelamente à movimentação cultural brasileira, no que tange, principalmente, o cinema e a literatura. Sendo assim, acessar a trajetória de vida de Nelson Pereira, na tentativa de compreender os lastros sócio históricos que ele atravessou e os diferentes processos que o interpenetraram, é poder se aproximar de um senso prático que guiava suas ações e, assim, compreender como essas práticas foram responsáveis pela estruturação do cinema brasileiro que ainda estava nascendo.

A prática se desenvolve no tempo e tem todas as características correlativas, como a irreversibilidade, que destrói a sincronização; sua estrutura temporal, ou seja, seu ritmo, seu andamento, e principalmente sua orientação, é constitutivo de seu sentido: como no caso da música, qualquer manipulação dessa estrutura, nem que se trate de uma simples mudança de andamento, aceleração ou desaceleração, impõe-lhe uma desestruturação redutível por causa de uma simples mudança de eixo de referência. (BOURDIEU, 2013, p.135)

O itinerário proposto a seguir está dividido no que aparentam ter sido alguns dos aspectos fundamentais para o processo de subjetivação artística de Nelson Pereira dos Santos. Analiticamente, a exposição deste conteúdo empírico sobre a trajetória social deste diretor virá interseccionado junto às construções teóricas de Norbert Elias e Pierre Bourdieu.

1. Trajetória, arte e engajamento em Nelson Pereira dos Santos

“*Mi cine debe ser útil para la sociedad*” [3]

O diretor de cinema Nelson Pereira dos Santos (1928 -) foi estandarte na construção da sétima arte no Brasil e um dos responsáveis pela fundação do curso de Cinema e Audiovisual na Universidade de Brasília e Universidade Federal Fluminense. Esse diretor de cinema tem uma obra muito vasta, com o forte apelo à cultura popular brasileira. Possui vários filmes adaptados diretamente de obras da literatura brasileira e, outros, com forte inspiração na literatura nacional.

Este cineasta é um dos grandes agentes na consagração do Cinema Novo nos anos dourados da cultura brasileira – Década de 1960. Em 1956, Nelson Pereira lançou o filme que inaugurou o movimento do Cinema Novo no Brasil: *Rio, 40 graus* (1956), este filme é um forte marco para seu cinema socialmente engajado e seu engajamento no cinema é o reflexo de sua paixão pela arte (SADLIER, 2012). Deste modo, o processo de criação artística deste diretor de cinema será fundamental para compreender como se dá a dinâmica que configura seu processo de subjetivação artística caracterizado fortemente pela ausência do fosso entre o artista e sua arte, ou seja, entre o Nelson Pereira e seus filmes.

Nelson Pereira é o caçula de uma família de quatro filhos e de frequentadores assíduos das salas de cinema da época. Nelson ganha esse nome dada uma homenagem feita por seu pai ao personagem Lorde Almirante Nelson, do filme mudo *The Divine Lady* (1927), de Frank Lloyd (SADLIER, 2002). Percebe-se que, desde cedo, Nelson já recebia fortes influências dos pais a fim de desenvolver seu interesse por filmes, vale ressaltar também que sua família tinha o hábito de ir ao cinema aos domingos:

(...) meus pais eram cinéfilos. Meu pai, principalmente, conhecia o cinema mudo inteirinho. Sabia de tudo (...). Eles eram espectadores, consumidores, não eram cinéfilos eruditos não. Eram daqueles que vão ao cinema por prazer, que reconhecem os seus ídolos, os atores. A minha primeira relação com o cinema foi essa que aos 10 anos eu já estava recebendo. (SALEM, 1987. p. 29 *apud* SANDLIER, 2012, p. 15)

Em entrevista concedida ao pesquisador, em Brasília-DF, 19 de abril de 2014, Nelson Pereira ao ser interpelado sobre suas influências cinematográficas, deixa claro ser filho do cinema americano, visto os tempos da II Guerra Mundial em que só passavam filmes americanos e que era proibida a existência de Cine Clubes. Só com o fim da II Grande Guerra, os Cine Clubes começaram a funcionar. Neste período, Nelson Pereira vai à Europa e se defronta com a forte influência do Cinema Realista Francês, dos anos de 1930, ao frequentar a Cinemateca Francesa onde eram exibidos filmes de Jean Renoir, Jean Vigo, René Clair. É interessante notar que esse contato cinematográfico na França foi orientado por Carlos Seliar, pintor e líder Comunista da Colônia Brasileira, que estava em Paris em 1947.

Os anos de estudante secundarista, em que frequentava o Colégio de Estado Presidente Roosevelt, foi um período em que Nelson Pereira teve contato com outros jovens estudantes radicais que tinham interesse pelos problemas econômicos e sociais do país, seu engajamento político culminou, em 1945, com sua união ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) (SANDLIER, 2002). Neste mesmo colégio, hoje, Nelson Pereira tem posse da cadeira cujo patrono é Castro Alves, pela Academia Nativista de Letras do Colégio de Estado Presidente Roosevelt, como também tem posse da mesma cadeira pela Academia Brasileira de Letras (ABL). Percebe-se, então, sua forte imersão na literatura e a presença de uma homologia de campos entre cinema e literatura que ele já começara a expressar nos anos que foi estudante secundarista e que se tornariam mais latentes nos anos universitários:

Minha formação humanista foi com professores de literatura maravilhosos e os colegas próximos, todos interessados em literatura e leitura. (...) A Escola de Direito [4], eu não fui lá para estudar jurisprudência, eu fui lá encontrar outros que sabiam de literatura, de artes, teatro. Então, minha formação é mais literária. Agora, eu fiz meu primeiro filme *Rio, 40 Graus* que é um roteiro meu, a história é minha. Mas, depois eu conto essa história. Pois, atrás *do Rio, 40 Graus* tem o Jorge Amado, (...) se não existisse Jorge Amado não existiria aquilo. (SANTOS, 2014)

Nelson Pereira, ao longo de suas produções fílmicas, sempre se deparou com dificuldades de financiamento e, em alguns momentos da história, para além das dificuldades financeiras, havia também os impedimentos com a distribuição dos filmes e impedimentos políticos, durante os anos da Ditadura Militar no Brasil. Apesar de todas essas dificuldades que se impunham, seu filme marco, *Rio, 40 Graus* (1956), parece já trazer a expressão do mais avançado nível de síntese artística para um cinema socialmente engajado. Assim, este filme será o nexo da transição dos anos de formação de Nelson Pereira para, agora, a expressão de uma arte engajada. “Quando eu fiz o *Rio, 40 Graus* ele foi proibido pelo Chefe de Polícia. [...] No dia seguinte, o *Diário Carioca*, estava com aquela matéria contra o Chefe de Polícia. Esse era o ano político por excelência. Era o ano de 1955, eleição do Juscelino” (SANTOS, 2014).

Segundo outros relatos da entrevista, este filme foi submetido a inúmeras proibições, exibições clandestinas e somente “[...] no último dia do ano, houve uma sessão do filme, com várias pessoas interessadas. Com o novo governo, então o filme foi liberado em 31 de dezembro de 1955 e o filme foi lançado em 1956” (SANTOS, 2014). Assim, é possível compreender, em diferentes níveis, a síntese simbólica que o filme *Rio, 40 Graus* (1956) tem sido capaz de integrar. A partir disto, cabe refletir sobre três eixos fundamentais para se pensar o envolvimento e o distanciamento que atuam na arte socialmente engajada de Nelson Pereira, haja vista uma balança de poder de indivíduo e sociedade.

Este filme só foi possível dada uma orientação favorável da trama biopsíquica [5] de Nelson Pereira para a realização do mesmo. De forma geral, Elias (1994a) expõe que nos seres humanos, a maturação biológica e os processos de aprendizagem social são interligados, na medida em que se o ser humano não tiver a capacidade de aprender uma língua, a sua disponibilidade biológica para aprender e para o conhecimento [6] continuará inabilitada. Portanto, há uma relação de complementaridade entre os processos biológicos e sociais, por estarem interligados e não em polos opostos. Dessa forma,

eles estabelecem uma relação de interdependência entre as funções biológicas e as funções psíquicas [7] (ELIAS, 1994a, p.7), ou seja, um tramado biopsíquico que, ao longo dos processos de socialização de Nelson Pereira dos Santos, talhou seus padrões de autorregularão, orientou suas expressões e, também, sua capacidade de realizar sínteses simbólicas em diferentes níveis de integração e desintegração a partir do nexu linguagem-conhecimento. Toda essa orientação geral compôs os processos que orientaram os possíveis modos de produção de suas obras artísticas, dentre elas, a sua pioneira obra: *Rio, 40 Graus* (1956).

Verifica-se, também, uma estrutura social-geográfica em que Nelson Pereira estava imerso que se projeta intensamente no filme, pois na época da produção de *Rio, 40 Graus* (1956) ele morava próximo ao morro e as filmagens aconteciam na favela. Portanto, o contato com aquele campo de possibilidades - principalmente na Vila Cabuçu, Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, uma das principais locações do filme - auxiliou bastante o andamento do projeto. Quando havia imprevistos com as filmagens, Nelson Pereira aproveitava para se familiarizar mais com a Vila do Cabuçu e seus moradores - muitos destes viriam a se tornar atores do filme. Havia também o apartamento onde a maioria da equipe morava junto, tendo em vista as dificuldades econômicas da época, esse apartamento se tornou uma conveniente residência para alguns destes jovens envolvidos em projetos independentes. Este apartamento era o local onde haviam discussões, reuniões de pré-produção e um espaço, por excelência, político, pois muitos membros da equipe mantinham ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Neste espaço foi construída uma “célula do filme” (SALEM, 1987). Por isso, a importância de se compreender a trama social-geográfica que envolveu as possibilidades de produção do filme *Rio, 40 Graus* (1956).

Essas ideias pontuadas acima serão desenvolvidas adiante num espaço para além do exemplo do filme *Rio, 40 Graus* (1956) para que, assim, possibilite uma compreensão mais ampla da trajetória artística desse diretor de cinema.

2. Homologia de Campos – Literatura e Cinema

“Essas grandes questões do século, e a preocupação com elas, eu acho que herdei dos grandes escritores brasileiros” [8]

Nelson Pereira, no seu modo de proceder, estava envolvido de inspirações literárias na sua produção artística, visto a forte influência do contexto cultural e histórico das décadas de 1920, 1930 e 1940. Este período caracteriza-se por uma forte latência cultural e algumas mudanças estruturais na sociedade e, conseqüentemente, alterações no plano de ideias no corpo social brasileiro. (VELOSO e MADEIRA, 1999). Nelson Pereira estava imerso nesses planos de interdependências civilizatórias, nos quais é possível perceber na sua arte a mobilização desses padrões culturais, sociais, econômicos, geográficos, políticos expressos a partir de seus filmes.

Ainda sob a égide das ideias desse período: surgimento de novas narrativas, de novos discursos, cujos objetos de reflexão eram a nação, os aspectos nacionais, perceber-se-á, a expressão

dessas ideias nas esferas econômica, histórica e também artística. Surge, então, entre as décadas de 50 e 60, o anseio por uma expansão de expressão da linguagem, que no cinema culmina com a proposta do Cinema Novo, na década de 1960 (VELOSO; MADEIRA, 1999), em que *Rio, 40 Graus* (1956) será considerado sua expressão pioneira.

Cabe dizer que Nelson Pereira, ainda movido pelas alterações civilizatórias das décadas de 20, 30 e 40, principalmente, no plano cultural, trata de resgatar expressões-chaves sobre as alterações de compreensão da cultura nacional. Alguns documentários produzidos, mais recentemente, pelo cineasta, como: *Casa-grande e senzala* (2000-2001), *Raízes do Brasil: Uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda* (2004), *Português: A língua do Brasil* (2007), *A música segundo Tom Jobim* (2011), tratam, cada um à sua maneira, de uma consciência nacional.

Após as fortes infusões que o movimento modernista trouxe ao plano cultural e intelectual brasileiro, as décadas seguintes - 50, 60 e 70 - trouxeram ao Brasil debates que fomentaram fortes alterações nas artes e na forma de compreensão nacional. O caráter de pesquisa e experimental da arte modernista se infiltra nas produções dos anos 50 e 60 (VELOSO; MADEIRA, 1999). Tais como os cineastas do Cinema Novo, também, influenciados por algumas outras formas de expressão de linguagem [9] experimental da Nouvelle Vague francesa e neorrealismo italiano, como representado nos filmes produzidos nessa nova fase do cinema brasileiro, fortemente caracterizados por um cinema de autor. Alguns filmes de Nelson Pereira como *Rio, 40 Graus* (1956), *Vidas Secas* (1963), *Fome de Amor: Você nunca tomou banho inteiramente nua?* (1967), *como era gostoso o meu francês* (1972), inserem-se nesse bojo de um cinema de autor, no sentido de se assemelharem a quem o realizou, não necessariamente no que tange a um conteúdo autobiográfico, mas ao estilo, no que se refere, a ter uma marca da personalidade do diretor de cinema na forma do filme.

Os filmes de Nelson Pereira expressam bem as pretensões das ideias que influenciaram o cinema daquela época. O próprio *Rio, 40 Graus* (1956) é a primeira representação dessas novas propostas de linguagem e conteúdo. Segundo Darlene J. Sadlier (2002), este filme é primeiramente a afirmação de uma crença no cinema nacional, de que os filmes brasileiros podem descrever a sociedade no geral, não somente as classes médias e altas.

Como era gostoso o meu francês (1972) integra essas ideias e esses trânsitos simbólicos que se entrecruzavam em Nelson Pereira, pois expressa bastante algumas preocupações que permeavam o campo intelectual daquele período. A tentativa de trazer à tona um Brasil mais desvelado e de perscrutar as raízes da cultura brasileira recorrendo ao Brasil Colônia, é uma forte preocupação modernista. O forte caráter irônico-crítico que o filme carrega e as ideias antropofágicas são de clara inspiração em Oswald de Andrade. Nelson Pereira retoma essa constante antropofágica que foi um marco na cultura brasileira e constrói o filme seguindo a linha irônica e jocosa oswaldiana [10], que pode ser percebida pelo próprio título do filme.

Uma série de críticas da época de lançamento aponta que o filme *Vidas Secas* (1963) foi fundamental em termos de inovar o cinema nacional, principalmente quanto a algumas características técnicas. Esse filme, em termos de forma, é muito didático, muito claro e direto, não carrega um

hermetismo e um obscurantismo sobre os personagens ou a história de maneira geral. Esta obra cinematográfica tem um caráter de despojamento formal e que, talvez, tenha conduzido espaço para uma maior sensibilidade e poética no trato com questões tão duras quanto à seca e a fome no interior do Brasil da década 1940. É preciso considerar que o filme *Vidas secas* (1963) figura, não somente a competência técnica desse diretor, como também, a sensibilidade com que o diretor conduziu momentos de alto refinamento emocional no filme. Nelson Pereira contou com o apoio de Ricardo Ramos, filho de Graciliano Ramos, para algumas questões referentes à construção do roteiro e à realização do filme, na adaptação do livro para um roteiro de filme.

Outros longas-metragens, como *Rio, Zona Norte* (1957), *Boca de Ouro* (1963), *Tenda dos Milagres* (1977), *Memórias do Cárcere* (1984), *Jubiabá* (1987), *A terceira margem do rio* (1994), carregam fortes influências, diretas ou indiretas, da literatura nacional. “Depois há toda a literatura dos anos 1930, em que o grande exemplo é o Graciliano Ramos. Então, eu sou muito mais filiado à literatura em conteúdo que ao cinema – cinema italiano” (SANTOS, 2014).

Cabe dizer que, neste período, as expressões do povo são tratadas como cultura popular e não mais como uma autenticidade folclórica que, nos anos de 1960, ligam-se então à expressão de uma arte, de uma cultura engajada e de denúncia social. Todas essas movimentações na cultura brasileira, de certa maneira, aderem à algumas tendências da contracultura mundial. (VELOSO; MADEIRA, 1999).

Cabe perceber então, o transito simbólico que Nelson Pereira estava interpenetrado entre os campos da literatura e do cinema, ao mesmo tempo em que reelaborava sínteses simbólicas entre esses dois campos, através de seus filmes. Esse aparato fílmico se torna um conjunto de linguagem capaz de elaborar altos níveis de integração entre a literatura e o cinema nacional dentro do escopo da cultura popular brasileira.

A homologia de campos - literatura e cinema - foi responsável por reelaborar dimensões imprescindíveis no processo de construção da identidade artística de Nelson Pereira dos Santos, tendo em vista o caráter mimético [11] de seu cinema em relação à literatura brasileira. Toda essa dinamização se movimentava na construção da expressão artística deste cineasta de tal maneira, que esses espaços – literatura e cinema – entretêm-se mutuamente, ao passo que seria um equívoco pensar esses dois campos como discursos simbólicos suspensos um em relação ao outro nos processos de criação artística deste cineasta.

Para o cineasta Nelson Pereira, essa homologia de campos – literatura e cinema - configurou-se de forma estratégica para sua arte, ao consideramos os diferentes padrões civilizatórios que se interseccionavam naquele momento, e que se fizeram favoráveis ao trânsito simbólico realizado por Nelson Pereira nos anos que se seguiriam, tendo em vista que o cineasta dispôs, ao longo de sua trajetória, em conhecer os trâfegos simbólicos que permeavam os campos da literatura e do cinema e que favoreceram seu processo de subjetivação artística.

Em 2006, Nelson Pereira toma posse da cadeira cujo patrono é Castro Alves na Academia Brasileira de Letras (ABL). Esse fato reforça um reconhecimento desses dois campos – literatura e

cinema – com relação às produções artísticas do cineasta, visto sua trajetória e o delineamento de uma subjetividade artística fortemente influenciadas pela homologia desses campos.

Desta forma, é possível afirmar que a trajetória social de Nelson Pereira é fractada, cheia de rupturas e retomadas, como pode ser percebida por sua entrada no Colégio do Estado Presidente Roosevelt, no PCB, sua formação como Oficial da reserva R/2 Arma da Artilharia, a saída do Colégio e a entrada na Faculdade de Direito, sua primeira viagem à Europa, a saída de São Paulo e a imersão no Rio de Janeiro, a censura de seus filmes e produções cinematográficas junto à sua demissão da Universidade de Brasília pelo Regime Militar, a estadia nos Estados Unidos, seu exílio no próprio Brasil na cidade de Parati (RJ), a falta de expressão que passou o Cinema dos anos de 1970, o cinema da Retomada na metade da década de 1990 e, ainda, sua mais recente dedicação ao cinema documentário e a posse na Academia Brasileira de Letras.

Portanto, o que mais importa para a compreensão da construção da identidade artística deste cineasta não é propriamente sua figura como sujeito substancial, mas, sim, as posições ocupadas por ele em determinado momento, nesses diferentes espaços e campos que ele ocupou que, tão logo, foram responsáveis por orientar também as estratégias da expressão do seu *habitus* [12] naqueles instantes.

Metodologicamente, faz-se importante, para este estudo da trajetória social de Nelson Pereira, acessar os processos, localizar as posições, os indícios que este cineasta fornece ao longo de sua trajetória e suas diferentes “redes” delimitadas pelas práticas sociais de cooptação, tais como seu círculo de movimentação e militância política, os nichos de discussões e produções dos intelectuais e artistas da época, viagens, festivais de cinema, ou seja, os diversos recursos objetiváveis que orbitaram/orbitam ao redor dele e que sejam resultado de suas expressões subjetivas.

Como trazido anteriormente, é pertinente analisar neste estudo que as noções de campo – cinema/literatura não podem ser compreendidas sem sua relativa autonomia, por isso é que Nelson Pereira investiu, diferentemente, crenças embasadas em disposições práticas em cada um desses campos, visto que o objeto de estudo da trajetória social de Nelson Pereira são as posições e os espaços de possíveis ocupados dentro dos campos a partir deste *habitus* adquirido pelo próprio cineasta.

3. Identidade Artística

“Minha transação com o cinema é a paixão. O filme é a paixão, aquilo que deve ser feito, é a meta. Eu, quando estou fazendo um filme, só falo nele. A única coisa que eu tenho é paixão”. [13]

A tentativa de compreensão da dimensão da identidade[14] artística de Nelson Pereira dos Santos se insere, aqui, junto à problemática do não fosso entre sujeito e objeto que fica manifestada ao longo da trajetória desde cineasta. Então, o argumento pretendido, neste trabalho, vai de encontro com a reflexão do não fosso entre artista e arte como um agente capaz de configurar a identidade artística de Nelson Pereira.

Dessa forma, cabe delimitar melhor os usos da noção de “não fosso” neste trabalho. Essa expressão é tomada como ferramenta conceitual mediada pela noção de envolvimento-alienação em

Norbert Elias (1998). Dessa forma, cabe compreender o “não fosso” enquanto um modo que prevaleceu no padrão de envolvimento de Nelson Pereira dos Santos, no sentido deste cineasta lidar com o conhecimento de maneira altamente integrada com sua forma de expressão artística. Ou seja, considera-se que Nelson Pereira soube conhecer os fatos que o afetavam e o inquietavam social, política e afetivamente, ao manter uma forma de distanciamento com alguns fenômenos sociais, no sentido de melhor compreendê-los e então, poder se envolver neles em outro nível. A noção de “não fosso” deve ser lida desta forma, enquanto um envolvimento que estabelece uma valorização e independência do conhecimento cumulativo de Nelson Pereira e de sua expressão artística, portanto, sem que sem que haja um fosso entre ele e sua arte.

Proposta essas localizações, a grande importância da influência da linguagem do cinema neorrealista italiano para o cinema nacional vai de encontro com um momento favorável socialmente no Brasil, que influencia bastante o modo de produzir arte no país e, conseqüentemente, a postura do artista frente às essas alterações simbólicas. *“O neorrealismo é que deu essa lição para todo o mundo, inclusive para o cinema indiano. A ligação com o cinema de fora do Brasil é neste plano técnico de realização como uma herança, que foi fundamental para a libertação do cinema nacional”* (SANTOS,2014). Essa trama social, que atravessava todo aquele período, tinha nos principais cineastas do Cinema Novo, inclusive, Nelson Pereira, como os agentes fundamentais dessa renovação da linguagem no Brasil, pois eles *“aderem às tendências da contracultura mundial e conseguem reordenar e mudar a dicção das linguagens estéticas da época.”* (VELOSO; MADEIRA, 1999, p. 186)

Em entrevista ao pesquisador, Nelson Pereira fala de sua viagem, de dois meses, aos Estados Unidos da América (EUA), na metade da década de 1960, dada por um incentivo do Departamento de Estado dos EUA, quando ainda vigorava a política de incentivo cultural do Presidente John F. Kennedy. Ele passou esse período conhecendo escolas de cinema, sob a influência do contexto da contracultura americana, dos protestos contra o Governo e protestos contra a Guerra do Vietnã.

O que foi trazido a respeito da trajetória social de Nelson Pereira e do que foi apontado pelas análises dos filmes, aponta o forte engajamento com a arte e com as condições sociais, políticas, econômicas e intelectuais que movimentaram o imaginário da época e que, conseqüentemente, causaram alterações na balança identidade nós-eu, de modo mais expresso, nos artistas. Não obstante, Nelson Pereira configurou sua identidade artística dentro do campo intelectual, cultural e artístico que partilhavam diferentes forças frente às condições vigentes naquele período.

O não fosso entre a arte e o artista, entre sujeito e objeto em Nelson Pereira foi fundamental para traçar o perfil de sua subjetivação artística. Essa contingência fenomenológica do próprio artista ser produtor, porta voz e espectador de uma só vez de sua arte, tem forte ligação, no caso de Nelson Pereira dos Santos, com seu engajamento nas mais diversas tramas que se configuravam ao longo de sua trajetória. A questão do engajamento do cineasta, nesta análise, torna-se fator imprescindível para a compreensão do seu não fosso artístico. Sendo assim, em Nelson Pereira, não há esse abismo entre arte e artista que é fruto de uma subjetividade substancial demais; nele a identidade-eu está balanceada à identidade-nós.

Para tanto, deve-se pensar esse caráter do não fosso entre sujeito e objeto, entre arte e artista - no processo da criação artística - como algo que de forma alguma está estacionário, visto as alterações nos padrões sociais e de conhecimento, bem como, os padrões sociais de perigo que se impõem às determinadas épocas (ELIAS, 1998). Por conseguinte, também é interessante pensar que a subjetividade artística de Nelson Pereira figurou de diferentes formas, ao longo de sua vida. Pois esses processos entre os indivíduos e a sociedade configuram-se, ao longo do tempo, com diferentes graus de engajamentos e distanciamentos; facultando, assim, diferentes semânticas às suas obras.

É somente no ato da criação artística e na medida em que se identifica com esse artista primordial do mundo que o gênio sabe algo da eterna essência da arte; pois, nesse estado, é então, por milagre, semelhante à perturbadora figura da fábula, que ele tem a faculdade de voltar seus olhos para dentro e se contemplar a si mesma; ele é agora, de uma só vez, sujeito e objeto, de uma só vez poeta, ator e espectador. (NIETZSCHE, F. 2007, p.52)

Esse trecho lança uma reflexão acerca do acesso ao ato de criação, quando não há um fosso entre o artista/o criador – e a arte/a criação-, ou seja, quando não há um desvio entre esses dois objetos estéticos. Esse argumento, trazido para a compreensão de Nelson Pereira, abarca a dimensão de seu envolvimento com todo o conteúdo expresso em seus filmes e sua paixão ao realizar um filme. Cabe, portanto, localizar que o cineasta sempre esteve muito imerso estrategicamente nas condições de possibilidades que foram estruturantes de sua subjetivação artística, ou seja, sua pulsão como paixão em criar um filme formata-se sob as condições que o envolve e reconfiguram-se em intencionalidades; visto o forte engajamento de utilidade de seus filmes para a sociedade.

Antes de tomarmos a subjetividade artística de Nelson Pereira sob os moldes nietzschianos de análise, cabe pontuar sobre as duas figuras, Apolo e Dionísio, trazidas por Friedrich Nietzsche em *O Nascimento da Tragédia* (2007), como elementos para buscar resolver o problema do surgimento da Tragédia Grega. Em Nietzsche, Apolo é entendido como o deus da forma, da perfeição dos limites, onde reside, também, o princípio da individuação[15]. Dionísio é o deus que representa tudo o que não é Apolo, ou seja, é ilimitado, deus da embriagues, da desmedida, da essência, é o Uno Primordial (não há forma nem limite). Assim, para Nietzsche, essas duas pulsões, Apolo e Dionísio, são como forças ontológicas formadoras do mundo. O desequilíbrio dessas forças surge quando uma dessas pulsões ganha mais força de expressão com relação à outra. Dessa forma, o declínio da tragédia é justamente o declínio de Apolo e Dionísio por causa do processo de individuação[16], ou seja, submete-se o dionisíaco ao apolíneo para, depois, emanciparem-se ambos dialeticamente. Nesse sentido, a dinâmica apolíneo-dionisíaca que se compreende o pensamento trágico como a condição de ascensão e, também, como possibilidade de reconciliação e equilíbrio dessas duas pulsões estéticas da natureza.

Ainda com base neste modelo nietzschiano de análise, a fim de compreender a construção da identidade artística em Nelson Pereira dos Santos, é perceptível que há uma maior força ligada à pulsão da forma e ao princípio de individuação na trajetória artística deste cineasta, tendo em vista

que sua subjetividade foi constituída a partir da relação entre duas formas artísticas distintas, a literatura e o cinema. Destarte, só é possível dar conta deste estudo de sua trajetória, enquanto diretor de cinema, porque é a partir deste movimento majoritariamente apolíneo que se dá a condição de apresentação do fluxo e dos processos constitutivos de sua subjetividade artística.

Retomando os argumentos e desdobrando-os ainda dentro do modelo nietzschiano de análise, cabe, então, compreender a individuação de Nelson Pereira pela maior expressão de Apolo, visto o desequilíbrio da pulsão apolínea com relação à dionisíaca. Contudo, também há a possibilidade de expressão de Dionísio dentro desta dinâmica dialética de restauração do equilíbrio apolíneo-dionisíaco, pois Nelson Pereira dilui a sua paixão pela literatura e pelos filmes dentro de seu processo de criação artística, ou seja, dilui Dionísio (paixão, engajamento, vontade) nas formas apolíneas (literatura e cinema), caracterizando, então, a retomada do equilíbrio das duas pulsões.

Por fim, cabe fortalecer esse argumento quanto à subjetividade artística deste cineasta, no que se refere ao próprio processo de criação de sua arte que se expressa junto à possibilidade de acesso à essência e ascensão da arte, justificado, neste estudo, pelo forte envolvimento do artista consigo próprio, ou seja, do não distanciamento do criador e sua obra. Visto que Nelson Pereira, na dimensão do engajamento como sua paixão pela arte, lança mão de inúmeras facetas como condição para o não fosso artístico, reitero, ao ser de uma só vez sujeito e objeto, exercendo as funções de cineasta, roteirista, montador, produtor, diretor, ator, literato, crítico de arte, técnico de filmagens e intelectual.

Considerações Finais

“À medida em que faço muitas viagens ao âmago das ideias, acho que ainda sou um ser humano em constante navegação. (...) A minha identidade é uma identidade em andamento” [17]

Nelson Pereira pode ser compreendido como um indivíduo historicista, que tem o passado como guia e também como um indivíduo histórico, que tem uma postura progressista. Este cineasta está transitando nesses tempos, ao passo que lida com um campo já estruturado ele, também, torna-se o agente estruturante do campo capaz de realizar sínteses simbólicas com alto nível de integração.

Por fim, é importante considerar que toda a filmografia de Nelson Pereira dos Santos tece um forte diálogo com a cultura popular nacional, salve algumas proposições, a filmografia deste cineasta pode ser pensada como um *corpus* teórico capaz de refletir sobre o pensamento social brasileiro. Ele se utiliza do fazer cinematográfico como uma ferramenta retórica para expressão do conhecimento. É importante ressaltar que Nelson Pereira não está sozinho sob as condições que forjaram sua trajetória social, pois a socialização, na sua balança de poder, foi agente de um processo de subjetivação. Porquanto, o cineasta e sua obra não são a representação de uma estrutura de personalidade, mas, sim, uma figura pública própria de uma estrutura de personalidade. Por fim, essa figura está arregimentada por uma trama que se envolve com a autorregulação do cineasta, frente à estrutura social e o padrão civilizatório estruturantes. 🌀

NOTAS

* Artur Guimarães Dias Pimentel atualmente é estudante de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PGSOL/UnB). Quando enviou este artigo estava cursando o décimo primeiro período do curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Realiza pesquisa na área de sociologia da cultura, sociologia da arte, com interesse em pensamento social no Brasil, movimentos artísticos e construção de subjetividades artísticas. Este trabalho é fruto de uma Pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida sob orientação do Prof^o Dr^o Edson Silva de Farias.

[1] Cabe dizer que as autoras se utilizam do conceito de artificação guiadas pela seguinte pergunta: “Quando há artificação?”. Assim, buscam entender o que as pessoas fazem e como fazem, as coisas que utilizam, os locais aonde vão, as pessoas com quem interagem, as coisas que falam e as normas que seguem. Como, por meio desse nexo de ação e discurso, as pessoas fazem ou criam coisas que gradativamente passam a ser definidas como obras de arte. (SHAPIRO & HEINICH, 2013). Tomando esse conceito como ponto de partida, aqui, neste trabalho, buscar-se-á entender esse processo de artificação, também, no âmbito da construção de uma identidade artística, ou seja, como os processos de mudanças e sínteses, tanto práticos quanto simbólicos, foram capazes de forjar uma subjetividade artística, por assim dizer, foram capazes de promover processos de artistificação de uma individualidade.

[2] Segundo Norbert Elias (1994a), a formação dos seres humanos perpassa por diferentes processos interdependentes de aprendizado, sejam eles sociais ou biológicos. Esses processos de natureza e cultura estão interligados, onde o próprio o conhecimento também está interligado a esses processos a partir do caráter de comunicação e pensamento, permitindo, assim, que o conhecimento possa ser transmitido entre gerações. Baseado nessas interdependências, consideramos importante entender as condições sociais e naturais destes processos no âmbito da formação civilizacional de Nelson Pereira dos Santos.

[3] Jornal Público. Domingo, 24 de março de 2007 – Milenio. Entrevista – Festival Internacional de Cine en Guadalajara. Pág. 37 – Material consultado nos Arquivos da Hemeroteca (16.7.5) da Academia Brasileira de Letras.

[4] Nelson Pereira dos Santos é Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP).

[5] FARIAS, E. XIV Simpósio Internacional Processos Civilizadores: Civilidade, Fronteiras e Diversidade.

[6] Segundo Elias, conhecimento deve ser compreendido enquanto uma representação simbólica de objetos de comunicação. (ELIAS, 1994a, p. 136)

[7] Op. Cit. Nota 6.

[8] Diretores Brasileiros, Nelson Pereira dos Santos – Uma cinebiografia do Brasil. Rio 40, graus – 50 anos. (2005, p. 38)

[9] Cabe frisar que a influência em Nelson Pereira dos Santos dessas correntes de reputação internacional – Nouvelle Vague Francesa e Neorealismo Italiano - está na expressão da linguagem e não, propriamente, no conteúdo.

[10] Oswald de Andrade, em o Manifesto Antropofágico, lança mão de uma ironia e um caráter jocoso para expressar determinadas ideias, como quando menciona o ato da Independência do Brasil, que ocorreu em 7 de setembro de 1822 e protagonizada por Dom Pedro I, o primeiro Imperador do Brasil.

[11] À luz do pensamento de Luiz Costa Lima (1995), esse caráter mimético do cinema de Nelson Pereira não deve ser compreendido enquanto uma mera cópia da literatura, mas deve ser compreendido enquanto formações/figuração/processo que compõe seu processo criação artística.

[12] Habitus são sistemas de disposições duráveis e transponíveis, princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los. (BOURDIEU, 2009, p. 87)

[13] Diretores Brasileiros, Nelson Pereira dos Santos – Uma cinebiografia do Brasil. Rio 40, graus – 50 anos. (2005)

[14] Os termos: “identidade artística” e “subjetividade artística” são compreendidos como termos semelhantes neste trabalho e que estão ligados à noção de “individuação” apresentada por Nietzsche (2007), em um momento específico do texto, a fim de respeitar o termo usado pelo filósofo.

[15] “Apolo, porém, mais uma vez se nos apresenta como o endeusamento do principium individuationis, no qual se realiza, e somente nele, o alvo eternamente visado pelo Uno-primordial, sua libertação através da aparência: ele nos mostra, com gestos sublimes, quão necessário é o inteiro mundo do tormento, a fim de que, por seu intermédio, seja o individual forçado a engendrar a visão redentora e então, submerso em sua contemplação, remanesça tranquilamente sentado em sua canoa balançante, em meio ao mar.” (NIETZSCHE, 2007, p. 35).

[16] Neste processo se insere a figura do artista, aquele que se individualizou e a sua arte é aquela que desvela a noção de imutabilidade.

[17] Diretores Brasileiros, Nelson Pereira dos Santos – Uma cinebiografia do Brasil. Rio 40, graus – 50 anos (2005, p. 36).

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Senso Prático**. Editora: Vozes, 2009.

_____. **As regras da arte – Gênese e estrutura do campo literário**. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo : Companhia das Letras, 1996. p. 11 – 56.

_____. **Esboço de auto-análise**. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SADLER, Darlene J. **Nelson Pereira dos Santos**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

FARIAS, Edson. **Horizontes de uma Sociologia das Expressões a partir de Norbert Elias**. Comunicação à mesa redonda “Teorias, Símbolos e expressões em Sociologia do Conhecimento.” XIV Simpósio Internacional Processos Civilizadores: Civilidade, Fonteiras e Diversidade. CAPES, 2012.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**, volume I. Editora Zahar, 1995.

_____. **Envolvimento e Alienação**. (“Introdução” e Parte III). Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

_____. **Teoria Simbólica**. Oeiras: Celta, 1994a.

_____. **A Sociedade dos Indivíduos**. (Parte III) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994b.

_____. **Mozart – Sociologia de um Gênio**. Editora Zahar, 1994.

HEINICH, Nathalie. **A Sociologia da Arte**. SP: Edusc, 2008.

LEÃO, B. Andréa & FARIAS, Edson. **Dossiê: Reinventar Norbert Elias**. In: Sociedade e Estado - Número 3. Setembro/Dezembro de 2012. Quadrimestral. ISSN 0102 – 6992

LIMA, Luiz Costa. **Vida e Mimesis**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. **O Nascimento da Tragédia**. SP: Escala, 2007.

SALEM, Helena. **Nelson Pereira dos Santos. O sonho possível do cinema brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SANTOS, N. P. **Nelson Pereira dos Santos: Entrevista** [abr. 2014]. Entrevistador: Autor deste trabalho. 3 horas de conteúdo sonoro. Entrevista concedida para esta pesquisa. Disponível no acervo pessoal do autor.

SHAPIRO, Roberta & HEINICH, Nathalie. **O que é Artistificação?** Revista Sociedade e Estado. Volume 28 – Número 1. Janeiro/Abril de 2013.

VELOSO, Mariza & MADEIRA, Angélica. **Leituras Brasileiras – Itinerários no Pensamento Social e na Literatura**. 2^a Edição. SP: Paz e Terra, 1999.

Recebido em 30/04/2015
Aprovado em 16/06/2016

ARIANO SUASSUNA: O HERMENEUTA DA TRADIÇÃO SERTANEJA

ARIANO SUASSUNA: THE HERMENEUTIST OF SERTANEJO'S TRADITION

Juliana Rodrigues Morais

Cite este artigo: MORAIS, Juliana Rodrigues. Ariano Suassuna: o hermeneuta da tradição sertaneja. Revista *Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 70-78, 10 de nov. 2016. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 10 de nov. 2016.

Resumo: O artigo propõe-se analisar o retrato multifacetado do sertanejo presente na obra *Pedra do Reino* de Ariano Suassuna. Como instrumento metodológico, optamos pela hermenêutica fenomenológica de Paul Ricoeur por nos permitir a compreensão do sertanejo a partir de sua própria experiência no mundo. Ao lado disso, refletiremos sobre os discursos que fundamentam a concepção de sertanejo nas ciências sociais, tendo como suporte teórico as obras *Um Sertão Chamado Brasil* de Nísia Trindade e *A Invenção do Nordeste* de Durval de Albuquerque. Pretendemos com isso, suscitar um debate acerca dos diferentes olhares sobre o sertanejo no campo social brasileiro.

Palavras-chave: Sertanejo, Pedra do Reino, Hermenêutica Fenomenológica, Pensamento Social Brasileiro.

Abstract: The article aims to analyse the multifaceted portrait of the *sertanejo* in Ariano Suassuna's novel *Pedra do Reino*. We chose Paul Ricoeur's phenomenological hermeneutics as a major methodological tool in order to understand the *sertanejo's* own way of experiencing the world. Besides, we will reflect upon the discourses that lend foundation to the concept of *sertanejo* in social sciences taking as theoretical support Nísia Trindade's *Um Sertão Chamado Brasil* and Durval Muniz de Albuquerque's *A Invenção do Nordeste*. We wish, by that, to bring about a debate on the different perspectives about the 'sertanejo' prevalent in Brazilian social spheres.

Key Words: *Sertanejo*, *Pedra do Reino*, Phenomenological Hermeneutics, Brazilian Social Thought.

-Olhe, Quaderna, o “penetral” é de lascar! Ou você tem “a intuição do penetral” ou não tem intuição de nada! Basta que eu lhe diga que “o penetral” é “a união do faraute com o insólito regalo” [...].

- Você sabe como é que [...] os homens, [saem] da
“desconhecença” para a “sabença”?

-Sei não, Clemente! – confessei, envergonhado.

- Bem, então, para ir conhecendo logo o processo [...] feche os olhos! [...]

-Agora, pense no mundo, no mundo que nos cerca! [...]

- Em que é que você está pensando?

- Estou pensando numa estrada, numas pedras, num bode, num pé de catingueira, numa Onça, numa mulher nua [...].

-Basta, pode abrir os olhos! Agora me diga uma coisa: o que é isto que você pensou?

-É o mundo!

- É não, é somente uma parte dele! É “a quadra do deferido”, aquilo que foi deferido a você, como “íncola”! [...]

-Tudo pertence ao penetral! (...) Entretanto, para completar o “túdico” você, na sua enumeração do mundo, deixou de se referir a um elemento fundamental, (...) que estava presente e que você omitiu! Que elemento foi esse, Quaderna?

-Sei não, Clemente!

- Foi você mesmo, “o faraute **[1]**”! [...] **[2]**

A epígrafe apresentada nesta introdução é o ponto de partida para a reflexão deste artigo por apresentar o modo como pretendemos analisar o nosso objeto: mediante a experiência de mundo do sertanejo. Partimos do princípio de que esse mundo se apresenta no imaginário social brasileiro de forma naturalizada, – ao longo de um período que vai desde a fase colonial até o presente, ainda que com diferentes matizes de sentido. Mediante essa observância, buscaremos analisar os discursos que norteiam o sertanejo e de que forma esses discursos dialogam com o sertanejo presente na obra *O Romance d'a Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta* **[3]** de Ariano Suassuna. Para

efeito de análise, nosso recorte se dará nas interpretações acerca desse sujeito presentes no campo das ciências sociais.

A escolha metodológica e conceitual proposta se fundamentam numa compreensão hermenêutico-fenomenológica, segundo a qual (RICOEUR, 1990:34) “[...] o sujeito se dá a si mesmo no conhecimento do objeto [...]”, numa implicação mútua. Contrariando então, (RICOEUR, 1990:103) “[...] a pressuposição ontológica que sustenta a conduta objetiva das ciências humanas [...]”, a saber, a ideia de distanciamento entre sujeito-objeto, a proposta dessa apresentação é possibilitar compreendermos os elementos estruturantes da experiência desse ser-sertanejo, dotado de múltiplos sentidos que se integram organicamente. Assim, as pressuposições e valores ideológicos se tornaram alicerces fundamentais para a formulação das inquirições que norteiam a discussão. Nestes termos, Paul RICOEUR (1990:89) indaga:

[...] de que lugar fala o pesquisador numa teoria da ideologia generalizada? É preciso que confessemos: este lugar não existe. E existe ainda menos que numa ideologia restrita, onde só o outro está na ideologia. Desta feita, porém, o cientista sabe que também está preso à ideologia. [...] a pretensão weberiana de se chegar a uma sociologia *werfrei*, axiologicamente neutra, é um engodo [...].

Nessa perspectiva, a maneira pela qual o objeto desse estudo é apreendido está, de certa forma, intrinsecamente associada ao lugar social do qual – perdoe-me o uso da narrativa em primeira pessoa – compartilho: o sertão nordestino. Ao me deparar com a posição que o sertanejo ocupa nos discursos do campo das ciências sociais, tive um estranhamento que me permitiu sublimar um olhar não só particular, mas, sobretudo intuitivo. Esse olhar busca e reivindica a possibilidade de uma outra leitura desse sujeito.

1. Uma breve apresentação acerca dos discursos sobre o sertanejo no campo das ciências sociais

Tomaremos nessa parte, enquanto suporte epistemológico, duas obras fundamentais que acreditamos sintetizar a formação dos discursos que norteiam o sertanejo e seu espaço de ocupação, a saber: *Um Sertão Chamado Brasil* (1999), da socióloga Nísia Trindade Lima e *A Invenção do Nordeste e Outras Artes* (2011), do historiador Durval Muniz de Albuquerque. Ambas as obras fazem um inventário dos discursos que colaboraram para a cristalização, no imaginário social, do sertanejo e consideram ser o advento da modernidade a peça chave para a ascensão desses discursos. Tais discursos tentam enquadrar o sertanejo no contexto moderno [4], ignora-se o sentido existencial desse sujeito que vai muito além do conceito homogeneizante de um ente socioeconômico. A problemática da identidade nacional [5] se apresenta nessa conjuntura buscando estabelecer uma ideia de unidade já que, como sublinha ALBUQUERQUE (2011:62), “para a visão moderna, a identidade é uma essência que se opõe à diferença, vista como superficial, ela é um ‘ser’, uma visão invisível e central”.

LIMA (1999) considera que os discursos no campo das ciências sociais encontram-se vinculados a desdobramentos interpretativos, direta ou indiretamente, fundamentados na visão de Euclides da Cunha, de uma nação Brasil cindida entre dois espaços físicos e existenciais: o Brasil do sertão e o Brasil do litoral. Essa percepção pode ser enquadrada em duas dimensões fundamentais, aparentemente contraditórias, e que pretensamente esgotam o ser sertanejo: (i) de um lado, o sertanejo enquanto um ser de ausências, (ii) e de outro, o sertanejo enquanto uma projeção utópica da brasilidade autêntica. Essas duas dimensões discursivas, cuja fidelidade à intencionalidade originária de Euclides da Cunha é questionável, ora idealizam o espaço do sertão como expressão da autêntica nacionalidade brasileira, ora o associam ao atraso cultural, à barbárie.

Traçando um paralelo dessa abordagem com a percepção do historiador ALBUQUERQUE (2011:67), este afirma que a dimensão da brasilidade autêntica “serve para os intelectuais nacionalistas lançarem uma crítica a toda cultura de importação, à subserviência litorânea, aos padrões culturais externos.” No que se refere aos discursos de ausências, estes servem para denunciar uma sociedade cujas especificidades culturais não condizem com os avanços pretendidos do Estado nacional: em se adequar ao projeto civilizatório da modernidade. Por fim, Durval (ALBUQUERQUE, 2010: 352) indaga:

Por que perpetuarmos este Nordeste [6] que significa seca, miséria, injustiça social, violência, fanatismo, folclore, atraso cultural e social? É preciso fugir do discurso da súplica ou da denúncia da miséria; é preciso novas vozes e novos olhares que compliquem esta região, que mostrem suas segmentações, as cumplicidades sociais dos vencedores com a situação presente deste espaço. Se o Nordeste foi inventado para ser este espaço de barragem da mudança, da modernidade, é preciso destruí-lo para poder dar lugar a novas espacialidades de poder e saber.

Acreditamos que essas “novas vozes e novos olhares que compliquem esta região”, podem libertar as narrativas sociológicas sobre o sertanejo das determinações nacionais e seu principal subproduto, a saber, o regionalismo enquanto espaço marcado pela “doença do atraso”. Sustentamos a possibilidade de que, na perspectiva sociológica, os espaços da literatura ficcional e, em especial, as obras de escritores como João Cabral de Melo Neto, Guimarães Rosa e Ariano Suassuna se constituem enquanto porta-vozes locais, que possibilitam uma abertura para esses “novos olhares”. Albuquerque, embora reconheça nesses autores lampejos dessas “novas vozes”, tende a enxergar, em suas obras como um todo, a reiteração de uma perspectiva oligárquica (ALBUQUERQUE, 2010:293) “[que] termina por ser mais uma voz, mais um fio de água a engrossar o caudal dos discursos sobre o Nordeste e sobre a seca [...]”

No que tange, mais especificamente, à obra de Suassuna, ALBUQUERQUE (2010: 188) infere que ela “[...] reforçará toda uma visibilidade do Nordeste, que o toma como uma região feudal, medievalizada, contraposta ao Sul, a região capitalista do país”. Durval também argumenta que “Ariano quer, em sua obra, representar o belo do sertão que havia sido negligenciado pela produção sociológica e literária anterior [...]” Permitimo-nos, neste particular, como o próprio artigo busca

argumentar, discordar da primeira inferência e concordar, parcialmente, com a segunda. Com relação ao primeiro argumento, o “espaço medieval” de Suassuna nada mais é do que uma percepção que a modernidade tende a impor aos espaços que não se enquadram nos seus padrões normativos. O segundo argumento elucida o primeiro, já que Suassuna criticava o modo como o sertão nordestino era apreendido pela produção sociológica e por certos discursos regionalistas presentes, inclusive, na produção literária [7]. Imune ao paradigma normativo da nação [8] e aos regionalismos do sertanejo oprimido, o escritor logra resgatar, em suas obras, um sentido de pluralidade local para o sertanejo de Euclides da Cunha.

Dentre as possibilidades de perceber essa pluralidade local, a literatura ficcional, à luz da tradição hermenêutica fenomenológica, poderá nos mostrar um retrato multifacetado do sertanejo, ao se apresentar como caminho privilegiado para a desconstrução do paradigma da ‘nação’/‘região’, tornando-se um campo fértil para pensar o seu mundo vivido.

2. Suassuna, o hermeneuta da tradição sertaneja

Elegemos, para efeito desse estudo, a obra *Pedra do Reino*, de Ariano Suassuna, por adentrar no mundo sertanejo do autor, apresentando-nos, como sublinha João Cabral de Melo Neto (1994), um deserto que “não só fala a língua do não” e que “funda mundos”. Desse modo, a partir da análise da obra de Suassuna, buscaremos compreender os meandros complexos que permeiam o sentido desse ser plural que se apresenta como sertanejo, dando-lhe voz própria, i.e., adentrando criticamente aos elementos existenciais que o constituem de fato, muito além dos elementos extrínsecos da categorização redutora de um ser marcado pela seca.

Publicada em 1971, a obra *Pedra do Reino* narra, em primeira pessoa, a saga de *Dom Pedro Dinis Ferreira-Quaderna*. *Quaderna* recria uma genealogia de um reino sertanejo, afirmando as potencialidades de uma comunidade oficialmente tida por tradicional e representante das debilidades de um Brasil que supostamente resiste à modernidade e ao progresso. A narrativa inicia-se com o protagonista preso na cadeia da “Vila de Taperoá”, no “sertão dos Cariris”. Ele é alvo de um processo na justiça no qual é acusado de ter participado de agitações políticas de orientação “comunista” que teriam sido responsáveis pelo incêndio que assolou o vilarejo, e pelo assassinato de seu tio e padrinho *Dom Pedro Sebastião Garcia-Barretto*. Premido pelas condições prisionais, ele faz uma retrospectiva de sua vida e dos principais eventos da história de sua família/comunidade sertaneja, explicando ao leitor, as razões que o levaram injustamente à prisão. Fica claro, ao longo da narrativa, que Suassuna vincula intimamente a condição prisional de *Quaderna* à condição das comunidades sertanejas percebidas pelo “Brasil oficial” [9] como comunidades “subversivas”, “irracionais”, “incivis”, movidas pelo “fanatismo” e pela “barbárie”. Em outras palavras, a prisão de *Quaderna* constitui uma alegoria das comunidades sertanejas marginalizadas e condenadas por uma condição socioeconômica e cultural distinta do “modelo civilizatório ocidental”. Essa condição prisional que permeia a totalidade da narrativa e da saga da comunidade sertaneja é descrita por *Quaderna* (*Pedra do Reino*, 2012: 31) com

as seguintes palavras: “[uma] Cadeia enorme, cercada de pedras e sombras, de lajedos fantásticos e solitários” de onde se vê “a tripla face, de Paraíso, Purgatório e Inferno, do Sertão”. Ao empreender a narrativa genealógica, das diferentes fases de surgimento, declínio e restauração da comunidade dos “sertões dos Cariris”, a obra *Pedra do Reino* constitui plataforma privilegiada para uma apresentação das evidências que visam “absolver” essa comunidade das condenações acima elencadas. Essas evidências se expressam na afirmação de uma positividade existencial comunitária que é descrita, de forma hiperbólica, por *Quaderna* como uma combinação peculiar de matrizes “católica”, “judaica”, “moura”, “berbere”, “fenícia”, “sueva”, “malgaxe”, “negra”, “latina”, “ibérica”, “cartaginês”, “troiana”, “cario”, “tapuia”, “cigana”, “árabe”, “godo” e “flamenga”.

A narrativa se estrutura, portanto, num contexto mítico-histórico de constituição do reinado da família do *Quaderna* e está ligada a dois movimentos sociais ocorridos no sertão brasileiro, a saber, o Movimento da Pedra do Reino (1836 e 1838), cujo líder, João Antônio dos Santos, ergueu um reino messiânico de fundo sebastianista na região de Pernambuco (ARARIPE, 1878); e a Revolta de Princesa que objetivava a criação de um território independente na região da Paraíba em 1930.

A interpretação de Suassuna do significado profundo desses movimentos enquanto reivindicação localista, i.e., não-nacionalista e não-regionalista aparecem, na obra, de forma mais lúcida no capítulo *A Filosofia do Penetral*, já apresentado de forma breve na epígrafe do começo desse artigo. Analisando este capítulo à luz da tradição fenomenológica, o Penetral é entendido como sendo o mundo com abertura de sentido, que engloba o próprio ser – que pode tanto se referir ao personagem *Quaderna*, como pode se referir ao (à) leitor (a) da obra –, o faraute, que é, como afirma *Clemente*, o intérprete, o mediano, ou, em outros termos, o hermeneuta.

Para Paul RICOEUR (1990:17) “hermenêutica é a teoria das operações da compreensão em sua relação com a compreensão dos textos”, - entendendo que a noção de texto para Ricoeur é estendida para todas as objetificações da existência humana. A existência humana, então, é explicitada por meio da interpretação, que se dá não no modo de interpretar ou conhecer o outro, e sim, da maneira de ser e de relacionar-se com os outros seres, i.e, de sua forma de ser no mundo. Segundo Joelson TAVARES (2006:56),

Habitualmente, temos a ideia de mundo como a totalidade de tudo o que há, ou seja, a cadeira está na sala, a sala em um prédio, o prédio em um bairro, o bairro em uma cidade e assim até chegarmos a uma extensão máxima que chamaremos de mundo. Temos aí uma relação de elementos continentes, a partir da qual chegaremos à conclusão de que a cadeira está no mundo [...]. Outro, no entanto, ser o entendimento de Heidegger. A compreensão [...] é o que permitirá que o mundo se dê – não é algo que ocorre entre entes cujo modo de ser é simplesmente dado. Não há um ‘ente’ que compreende e um ‘mundo’ a ser compreendido [...].

Assim, quando *Quaderna* se exclui do mundo, ele está pensando nas coisas como existentes em si mesmas, ou seja, independente de sua consciência, é o que na fenomenologia entende-se por “atitude natural”. *Clemente*, no entanto, o adverte, argumentando que isso é apenas uma parte do

mundo, faltando o faraute que é o próprio *Quaderna* propondo, então, uma “atitude fenomenológica” na qual é considerado aquilo que se dá a partir da experiência, ou seja, aquilo que produz uma relação de sentido, o que se costuma chamar de fenômeno. Logo, a consciência e o fenômeno surgem juntos. Nesse sentido, ser no mundo implica sempre uma compreensão, tanto de si mesmo, quanto do mundo constituído de experiências, uma vez que o mundo é tudo o que as pessoas apreendem enquanto farautes.

Esse quadro de contextualização da tradição fenomenológica nos permite compreender a forma como o escritor Suassuna apreende o sentido do mundo sertanejo: uma comunidade local, projetada a partir de sua experiência no sertão dos Cariris. Em outros termos, não poderá haver o mundo do sertanejo, mas sim, possibilidades de sentido dos seres com o mundo. Dessa forma, é preciso um olhar arguto para compreender as singularidades de certos termos tomados pelo escritor, principalmente no que se refere à afirmação de uma identidade sertaneja que pode acarretar numa interpretação acerca do pensamento do autor vinculada aos discursos modernos sobre termos como nacionalismo e regionalismo. A respeito do último termo, SUASSUNA (2008: 46) argumenta: “parece que o regionalismo é uma posição inicial: a daquele que quer criar a partir da realidade que o cerca [...]”.

Conclusão

A proposta desse artigo não foi esgotar a reflexão acerca dos discursos presentes no campo das ciências sociais, tampouco limitar à obra *Pedra do Reino*, que ainda merece um estudo mais detalhado e exaustivo acerca dos elementos que constituem as especificidades locais da comunidade sertaneja ali apresentada. Num outro momento, pretendemos discutir com mais rigor, as contribuições sociológicas da obra, refletindo, por exemplo, sobre os movimentos messiânicos presentes no decorrer do texto e o uso da literatura de cordel, fonte importante para pensarmos na história oral.

Coube aqui uma explanação sucinta acerca dos discursos que envolvem o sertanejo concomitantemente às percepções de Ariano Suassuna presentes na obra *Pedra do Reino*. Percebemos um olhar diferenciado acerca do sertanejo admitido pelo autor, ao partir do mundo que o cerca, e não de uma observação externa, objetivada. Podemos considerar, nesse sentido, que Suassuna se torna o hermenauta de sua tradição, ao introduzir de maneira orgânica, os aspectos culturais/locais inerentes a ele. Acreditamos que essa análise sociológica acerca desse novo olhar sobre o sertanejo possa ampliar os debates no pensamento social brasileiro. 🌐

NOTAS

* A autora no momento do lançamento da edição cursava o mestrado em Sociologia na Universidade Federal Fluminense.

[1] Nessa passagem Clemente explica que o faraute é o “interprete, língua, medianeiro”! Omitimos essa passagem, pois o personagem adentra no campo da filosofia fenomenológica que será explicada posteriormente.

[2] SUASSUNA, Ariano. A Filosofia do Penetral. In.: O Romance d’a Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta.(2010).

[3] Doravante *Pedra do Reino*.

[4] As palavras “moderno” e “modernidade” referem-se neste texto, genericamente, ao projeto ocidental de constituição de uma história universal de caráter racional e homogêneo.

[5] Sobre a “questão da identidade” nas discussões contemporâneas da teoria social ver a obra “A identidade cultural da pós-modernidade”, de Stuart Hall (2005:07) no qual o autor argumenta que “as velhas identidades [...] estão em declínio [...]”.

[6] Note-se que a palavra ‘Nordeste’ está aqui investida de um sentido equivalente à ideia de ‘sertão’.

[7] Cf. SUASSUNA, Ariano. “Sociologia e Filosofia da Cultura – Gilberto Freyre e a arte”.

[8] A ideia de “paradigma normativo da nação” refere-se ao conceito determinante do “Estado Nação” que condiciona, de maneira impositiva, as formações pós-coloniais no mundo moderno. O caráter impositivo de sua implementação envolve situações persistentes de conflito e tensão com a diversidade de culturas que a constituem em suas origens pré-coloniais.

[9] Aqui, referimo-nos à famosa frase de Machado de Assis em que ele afirma: “O país real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas o país oficial é caricato e burlesco” (cit.in. BOSI, 1994:176.). Suassuna lograva transitar entre os espaços do “país real” – representado pelo povo – e do “país oficial” – representado pela elite e pelo Estado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. (5ª ed.) São Paulo: Cortez, 2011.

ARARIPE Jr., Tristão de Alencar. **O Reino Encantado – crônica sebastianista**. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, 1878.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. (32ª ed.) São Paulo: Cultrix, 1994.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural da Pós-Modernidade**. (10ª ed.) Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão Chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

MELO NETO, João Cabral. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologias**. (4ª ed.) organização, tradução e apresentação de Milton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

RODRIGUES, Joelson Tavares. **Terror, Medo, Pânico: manifestações da angústia no contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

SUASSUNA, Ariano. **Almanaque Armorial**; seleção, organização e prefácio Carlos Newton Júnior. (2^a ed.) Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

_____. **Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta**. (13^a ed.) Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

_____. “Sociologia e Filosofia da Cultura – Gilberto Freyre e a arte” Folha de São Paulo, Ilustrada, 11 set 2000. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1109200016.htm> Acesso em 20 jul. 2016.

Recebido em 30/04/2015
Aprovado em 09/07/2016

O ESTUDO DA ISLAMOFOBIA ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

THE STUDY OF ISLAMOPHOBIA THROUGH THE MEDIA

*Priscila Silva dos Santos**

Cite este artigo: SANTOS, Priscila Silva dos. O Estudo da Islamofobia através dos meios de comunicação. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 79-90, 10 de nov. 2016. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 10 de nov. 2016.

Resumo: O presente artigo visa tratar de um tema atual, a crise migratória que assola o mundo, mas por outro viés. Nosso foco não será exatamente a questão dos refugiados, mas sim, como a islamofobia – termo que iremos conceituar ao longo do texto – acarreta problemas na aceitação e inserção dos refugiados e imigrantes de origem árabe islâmica nas sociedades ocidentais. Abordaremos essa questão a partir de exemplos reais extraídos de jornais, revistas e telejornais nacionais e internacionais e a partir destes, mostraremos que a construção desse preconceito não é recente, como ele foi perpassado ao longo da história e como é encarado e até justificado nos dias atuais.

Palavras-chave: Refugiados, Islamofobia, Preconceito, Migração, Árabe, Muçulmano.

Abstract: This article aims to analyse a current subject: the global migration crisis, albeit with a new framework. Our focus isn't on the refugee crisis, but rather on how islamophobia – a concept we will define throughout the text – causes problems in the reception and integration of refugees and immigrants with arab islamic origin in western countries. We shall approach this question using contemporary sources such as newspapers, magazines and national and international press. Using these, we will demonstrate how the construction of this prejudice is not recent, how it has evolved through time and how it is seen and justified nowadays.

Keywords: Refugees, Islamophobia, Prejudice, Migration, Arab, Muslim.

A proposta desse artigo é mostrar como os jornais e revistas do Brasil e do mundo tratam o tema da recepção e aceitação de refugiados árabes islâmicos e de que maneira suas publicações sugerem que foram cometidos atos islamofóbicos. Para esse fim, trataremos de três casos recentes (de 2014 e 2015) que representam a islamofobia e que foram difundidos amplamente por diversos meios de comunicação, mostrando a interpretação de cada

meio para cada caso. Embora que ao final do debate constatemus que “islamofobia” ainda não possui um conceito gramaticalmente aceito, o definiremos com base na bibliografia trabalhada nesse artigo, contrapondo e relacionando autores.

Mustapha Chérif, em “El Islam y Occidente: encuentro com Jacques Derrida” (2007), diz que as justificativas para a manutenção do ódio aos árabes islâmicos são frutos de uma amnésia do Ocidente, que não reconhece que há uma memória e valores em comum com o Oriente. Chérif e Jacques Derrida - que é entrevistado no livro - concordam que deveria se iniciar uma desconstrução da construção europeia sobre o Islã.

“Afortunadamente, a maioria dos muçulmanos vivem sua fé de maneira pacífica e rejeita tanto o uivo dos lobos que chamam a intolerância como o canto das sirenes que chamam a despersonalização” (CHÉRIF, 2007, p. 11, tradução nossa). Derrida (CHÉRIF, 2007, p. 52) acrescenta que os religiosos que não são dogmáticos e nem fundamentalistas são mais propensos a compreender e respeitar a religião e a fé do outro.

O termo “islamofobia” aparece escrito pela primeira vez na França na década de 1920 como “*islamophobie*” e reaparece na década de 1970. No entanto, essas duas aparições do termo contam com diferenças em suas significações. A primeira se refere a disputas e diferenças dentro do Islã e a segunda, ao repúdio aos muçulmanos e ao islamismo (LORENTE, 2012).

Em 1992 a Runnymed Trust - instituição independente que visa pesquisar e promover a diversidade cultural e étnica no Reino Unido – criou a Comissão para os Muçulmanos Britânicos e Islamofobia (Commission on British Muslims and Islamophobia). Essa comissão em 1997 enuncia uma definição para “islamofobia” que foi amplamente aceita: islamofobia se refere ao pavor ou ódio do Islã, portanto, gera medo e antipatia sobre todos os muçulmanos e inclusive os muçulmanos árabes, que são nosso foco neste artigo.

Chris Allen, em seu artigo “Islamophobia and its Consequences” (2007), coloca que é a partir de tal explanação que esse conceito começou a ter relevância fora do Reino Unido. Javier Rosón Lorente, em “Discrepancias en torno al uso del término islamofobia” (2012), também comenta que esse episódio abriu espaço para críticas, no que concerne ao uso indevido deste termo.

O termo “islamofobia” não deve ser entendido como um termo estático, mas sim, em constante mudança e atualização. Segundo Lorente (2012, p. 170), há três grandes correntes críticas e várias outras de diversos segmentos que contestam a validade do uso da palavra. Essas três correntes principais são de razão racial, étnica e religiosa.

A crítica racial coloca que a islamofobia seria um tipo de racismo proveniente em primeiro lugar das elites intelectuais, e destas foi se difundindo. Esse “novo racismo” é baseado no medo ao Islã. Lorente coloca que isso implica combinações entre os demais preconceitos, como o religioso e o

cultural. Em um primeiro momento é raro que um muçulmano seja excluído apenas pela sua religião, portanto, é uma fusão de fatores que contribuem para isso, como por exemplo, a vestimenta, a cor da pele, o fenótipo, as expressões de nacionalismo, cultura, religião, história, mas também por ser imigrante ou refugiado.

A crítica religiosa se resume em dois pontos principais. O primeiro diz respeito à apropriação por alguns muçulmanos do uso do termo “islamofobia” para tentar impedir qualquer crítica vinda de fora sobre a religião muçulmana, seria uma espécie de proteção para que ela não pudesse ser questionada. No segundo, propõe-se que associar islamofobia ao medo, ódio ou preconceito ao Islã em sua forma religiosa é um erro, pois considera-se que os preconceitos racial, étnico e cultural, são muito maiores e mais notáveis que o religioso.

A crítica étnica está relacionada também com a religião, mas no que concerne à formação de um grupo étnico. Definimos aqui “grupo étnico” a partir da visão “objetivista” de Abner Cohen. Estes seriam grupos formados a partir do compartilhamento de traços culturais específicos de uma determinada coletividade. Em “Grupos étnicos e etnicidade”, Paulo Pinto esclarece ainda que “muitos grupos étnicos enfatizam uma origem biológica comum e traços fenotípicos que os distinguiriam dos demais” (p. 69).

Tratamos aqui do grupo étnico árabe - e especificamente os de religião islâmica, sem suas possíveis ramificações em decorrência das diferentes vertentes do islamismo. Como exemplo para nossa afirmação, muçulmanos sunitas e xiitas de países árabes formam um grupo étnico pela origem biológica comum, traços fenotípicos e culturas semelhantes. As culturas claramente são reinventadas, mas algum elemento deve prevalecer entre os grupos sociais para que se tenha um grupo étnico (CRUZ, 2013, p. 19).

Os críticos étnicos, tais quais os religiosos, defendem que a islamofobia não deve ser essencialmente caracterizada pelo ódio aos muçulmanos por sua fé, mas sim por aspectos étnicos vinculados a “termos biologizantes”, como o racismo e xenofobia.

Portanto, os processos contemporâneos de essencialização dos muçulmanos corresponderiam a uma nova fase de legitimação da etnização, ou seja, da alteridade de um indivíduo ou grupo com respeito ao *outro*. (LORENTE, p. 174, tradução nossa).

Os muçulmanos podem mobilizar-se e formarem redes étnicas que funcionem como um apoio mútuo dentro desse grupo, ou seja, “laços de solidariedade e padrões de interação social que geram obrigações morais e sociais entre os indivíduos a ela pertencentes” (PINTO, 2012, p. 69). Em nosso entendimento, somente ao apresentarem características fenotípicas e culturais árabes islâmicas, uma pessoa pode sofrer preconceito, ainda que futuramente saiba-se que ela não faz parte da comunidade muçulmana. Podemos exemplificar com o caso de uma repórter que não era muçulmana mas fez o

experimento de sair na rua trajando dois tipos de véus islâmicos, niqab e hijab, e foi julgada pela sua aparência como algo estranho e anormal para a nossa sociedade. [1]

Seguindo a abordagem de Lorente, explanaremos sua crítica etimológica/ terminológica. Para o autor, mais propício que usar o termo “islamofobia” para designar o ódio ao muçulmano árabe, seria decompor esses preconceitos e fazer deles várias classificações para os seus diferentes tipos. Por exemplo, empregar termos como antiárabe, racismo antimulçumano, entre outros.

Lorente não concorda com o emprego da palavra “fobia” em “islamofobia”. Ele se aproxima de Allen com a justificativa de que esse sentimento de medo é irracional, repele e se põe em defensiva contra o Islã. Outra crítica quanto à formação do termo é o uso de “islam”, que faz referência ao ódio por uma unidade. Claramente, isso engloba questões de religião, raça, etnia, cultura. No entanto, nem todos os muçulmanos possuem todas essas características em comum, deixando transparecer a inexactidão no uso do termo “islamofobia”. Na opinião de Lorente, islamofobia necessitaria dos 150 anos que necessitou “antisemitismo” para ser um termo gramaticalmente aceito.

A próxima crítica não é em especial sobre a islamofobia, mas sim, sobre a construção da imagem do Oriente a partir do ponto de vista do Outro, no caso, os ocidentais. De acordo com Said (1996), “o orientalismo vê o islamismo como uma “seita”, sem valor algum, algo parecido com o que aconteceu com a colonização da América Latina. O Oriente é estudado a partir de um olhar preconceituoso, e o que faz o Oriente hoje são os pensamentos europeizados”. (p. 1509)

Ao longo do tempo, o Ocidente representou a si próprio como um modelo de civilidade desenvolvido em vários aspectos, tanto culturalmente como religiosamente. O Oriente era a imagem de desordem, religiosamente sem nenhum valor e possuía uma diminuta cultura. Esses foram alguns dos argumentos que o Ocidente usou para justificar sua dominação sobre os povos orientais.

A visão de um mundo árabe perigoso vem sendo disseminada pelos ocidentais até os dias atuais, sobretudo através dos meios de comunicação. Essa estereotipização - de acordo com a definição de orientalismo por Said (1996) - do árabe islâmico ganhou força a partir de acontecimentos como o aparecimento dos talibãs e o mais recente ataque terrorista (em 2015) à redação do jornal francês Charlie Hebdo – que em 2011 também foi atacado por uma bomba colocada no local.

Nossa interpretação de “islamofobia” fará referência ao ódio e medo aos árabes islâmicos. A intolerância para com os árabes seguidores da moral islâmica baseia-se principalmente na imagem estereotipada do árabe muçulmano terrorista, totalmente contra os valores ocidentais e fundamentalista nos âmbitos religioso e político.

1. O terrorismo, os refugiados e o islamismo

Vivemos atualmente no mundo uma grave crise migratória e podemos acompanhar o seu desenrolar pela mídia mundial. Assistimos sobre casos e histórias de refugiados que fogem de seus países por causa de guerras, conflitos políticos, miséria e também observamos as implicações dessa migração. De início, torna-se importante explicar os significados de alguns dos termos relacionados ao tema das migrações que serão utilizados neste artigo.

Podemos começar caracterizando a migração e os principais atores desse contexto migratório atual: os refugiados. “O termo migração corresponde à mobilidade espacial da população. Migrar é trocar de país, de Estado, Região ou até de domicílio” **[2]**. As migrações podem ser forçadas ou voluntárias.

Já o refugiado, não pode ser definido simplesmente como um migrante. Caracterizaremos “migrante” da maneira como o termo é tratado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). Segundo a agência, migrantes são pessoas que saem de seu país de origem ou residência voluntariamente, geralmente por reunião familiar ou em busca de uma vida melhor. Esses indivíduos ainda que vivam fora de seus países, continuam recebendo proteção de seus governos por meio das embaixadas, como com a emissão de documentos como passaportes, certidões, procurações, declarações, etc; defesa pelo respeito aos cidadãos de seu país; proteção dos interesses de seus cidadãos, entre outros.

Conforme a lei nº 9.474/97, refugiado é qualquer pessoa que foge de seu país por temor a perseguições - este termo diz respeito a práticas contrárias aos direitos humanos contra uma pessoa, suprimindo seu direito à vida e à liberdade em seu país de origem ou de residência - ou por já estar sendo perseguido. Os motivos de perseguição podem ser diversos, como: raça, nacionalidade, religião, ideais políticos, etc. Obviamente, diferente do migrante, é praticamente impossível para o refugiado retornar ao seu país e por isso ao cruzar as fronteiras ele conta somente com a proteção internacional dos Estados, do Acnur e de outras organizações.

Nos dias de hoje, a procedência dos solicitantes de refúgio é em sua maioria de países da África, Oriente Médio, das Américas Sul e Central. Segundo o Acnur, há hoje cerca de 3,9 milhões refugiados sírios no mundo e 1.600 no Brasil **[3]**. Eles fogem da guerra entre o governo ditatorial de Bashar al-Assad e seus opositores, que assola a Síria há cinco anos, causando insegurança para a população. Mas também fogem dos ataques do grupo terrorista Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL). A comunidade árabe islâmica carrega o fardo de ser estereotipada como terrorista em virtude de alguns grupos terroristas serem de religião islâmica, mas de cunho extremista.

O terrorismo que presenciamos atualmente surgiu a partir dos ideais de Sayyid Qutb – considerado pai do islamismo radicalista na década de 1970 -, que condenava a moralidade ocidental e defendia que os países de maioria islâmica deveriam ser regidos pela sharia, ou seja, os indivíduos respeitariam o que está escrito no Alcorão e as leis de Allah, repelindo qualquer interferência ocidental no modo de fazer as leis. Para Qutb, a jihad (luta contra os infieis para o estabelecimento do islamismo

no mundo) deveria ser a partir de um “esforço espiritual e, em caso necessário, luta defensiva contra os inimigos da comunidade muçulmana” (FERREIRA, 2010, p. 1095).

Segundo o Sheikh Muhammed Salih Al-Munajjid em artigo escrito em 2011 para o site “Brasileiros Muçulmanos” [4], o objetivo da jihad não é a morte de civis que não compactuam com o islamismo, mas sim, a divulgação da religião visando atrair cada vez mais fieis, para que o islamismo possa se expandir pela Terra e triunfar sobre as outras religiões. Uma vez alcançado esse objetivo, nenhuma gota de sangue seria derramada. No entanto, o jihadismo assumido pelo EIIL e pela Al-Qaeda se impõe por meio de combates armados para a conquista de Estados islâmicos, atacando até mesmo muçulmanos, como por exemplo, os da minoria yazidis que é considerada infiel pelo grupo terrorista. O terrorismo existe desde a era dos Impérios, mas ganhou maior visibilidade após o atentado de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, que matou 2.996 pessoas.

O que acabamos de descrever acerca da correspondência que o senso comum faz entre o terrorismo e a comunidade islâmica – principalmente originária de países árabes, como a Síria - é uma das particularidades do termo “islamofobia”. Trabalharemos esse conceito com exemplos de exclusão social de árabes islâmicos por fatores étnicos, culturais e religiosos, em sua maioria.

2. Exemplos de islamofobia difundidos a partir dos meios de comunicação

Tomaremos como primeiro caso a ser estudado as charges publicadas pela revista francesa Charlie Hebdo que satiriza a morte do menino sírio Aylan Kurdi na praia turística turca de Ali Hoca Burnu. Aylan e sua família fugiram da cidade de Kobane, na Síria e pretendiam chegar ao Canadá. No entanto, durante a viagem até a Turquia, o bote em que estavam não resistiu à força do mar e acabou virando. Morreram Aylan, a mãe, um irmão e um outro jovem que estava no bote junto com eles.

A primeira charge feita pela revista que trataremos é uma reprodução da foto do menino morto na praia e tem uma placa da rede de fast-food Mc Donald’s que diz “Promoção! Dois menus infantis pelo preço de um” e do outro lado está escrito “Tão perto do objetivo...”. Na segunda charge intitulada “A prova de que a Europa é cristã” tem o desenho de um menino - provavelmente Aylan - boiando no mar com os pés para cima dizendo “As crianças muçulmanas afundam” para um homem que diz “Os cristãos andam sobre as águas”.



Figura 1



Figura 2

Esse caso foi tratado pelos principais jornais mundiais como uma pesada crítica à onda de refugiados sírios que chegam todos os dias à Europa. O tabloide britânico Daily Mail menciona prontamente no título de uma matéria [5] que a revista Charlie Hebdo enfrenta ações legais por publicarem conteúdos racistas e de ódio, nesse caso, islamofóbico. O jornal brasileiro O Estado de S. Paulo, em sua seção Internacional, comenta sobre o caso da charge sem um tom crítico [6]. Colocam que o semanário que se tornou símbolo da liberdade de expressão após ser atacado por militantes islâmicos por publicar uma charge sobre o profeta Maomé, agora volta a criar polêmica com a charge de Aylan. Deutsche Welle (DW), um jornal alemão, além de comentar sobre as críticas que Charlie Hebdo começou a receber após essa charge, enuncia a posição de diversos jornais internacionais ao tratarem do tema [7]. Segundo o DW, aparentemente as charges foram publicadas pela revista com o intuito de demonstrar desaprovação pela maneira como os refugiados são recebidos na Europa. Lendo os comentários dos leitores, a maioria indaga onde termina o limite do humor e da liberdade de

expressão e nesse caso, como o comentário da revista francesa L'Obs, a sátira é “insensível” e “repugnante” [8].

Na literatura sobre islamofobia, casos como esse de uma suposta “liberdade de expressão” são defendidos no viés da crítica ao termo “islamofobia”. De acordo com seus críticos, o conceito por sua simbologia “ameaça a liberdade de expressão de certos setores e atores sociais” (LORENTE, p. 177, tradução nossa). Charlie Hebdo já conhecida por fazer pesadas sátiras ao Islã e também a outras denominações religiosas, na minha opinião, com essa charge demonstra não o medo, mas o ódio aos árabes e muçulmanos. Ainda vejo que na revista prevalece a velha ideia de superioridade europeia sobre o Oriente. A charge do menino e do homem demonstra exatamente isto, colocando os cristãos acima dos muçulmanos, ou seja, os muçulmanos “podem afundar”, mas a fé cristã permite a salvação ao seu fiel.

O segundo caso que trataremos é o da cinegrafista húngara Petra László, do canal de televisão N1TV que foi filmada duas vezes chutando refugiados sírios que tentavam fugir da polícia na cidade de Röszke, na Hungria.



Figura 3



Figura 4

O acontecimento chocou a maioria dos jornais que tomamos como fontes e também os seus leitores. O jornal espanhol El País ao descrever o caso [9], coloca em dúvida a versão da cinegrafista de haver tropeçado nessas pessoas e termina concluindo que definitivamente ela os golpeou. O DW destaca [10] que Petra foi demitida do seu canal de televisão - que é ligado ao partido político Jobbik, de extrema direita, antisemita e contra a imigração. Segundo o jornal brasileiro Folha de S. Paulo [11], a cinegrafista declarou que não é racista ou xenófoba, apenas chutou os refugiados por pensar que estava sendo atacada. O canal americano Fox News [12] e o jornal francês L'Express [13], ambos de direita política, tratam a notícia de maneira semelhante, defendendo que a jornalista tropeçou e fez os refugiados caírem, e destacam a demissão da jornalista. O Daily Mail expõe [14] em sua publicação a opinião da população civil perante o caso. Embora eles também descrevam o acontecimento com as palavras “chute” e “tropeço”, as opiniões que se sobressaem vão contra a atitude da repórter. Uma delas indaga se ainda caberia neste caso a dúvida se foi ou não um tropeço de Petra. Esse episódio pode ser classificado como preconceito étnico, pois a atitude violenta de Petra László se deu por tratar-se de refugiados sírios e não muçulmanos, em um primeiro momento. Esse é o preconceito etno-religioso abordado por Chris Allen. Segundo o autor, o preconceito primeiro atinge a comunidade etno-religiosa e posteriormente, a comunidade religiosa em si.

Nosso terceiro caso é de 2014 e se trata da validação da proibição do uso do véu islâmico em locais públicos na França – o país ocidental com o maior número indivíduos de religião muçulmana.



Figura 5



Figura 6

Durante sua vigência na presidência, Nicolas Sarkozy em 2010 propôs uma lei que veta o uso de véus islâmicos que cubram totalmente ou parcialmente o rosto. Segundo notícia publicada no O Estado de S. Paulo [15], a medida é aplicada pois o uso do véu fere os princípios republicanos do país e sua ordem social, como comenta a ministra da Justiça Michele Alliot-Marie. Além desse argumento, o governo francês diz que o rosto tem um importante papel nas interações sociais e a medida não é proveniente de uma intolerância religiosa, ao contrário, visa também dar liberdade à mulher [16]. A lei é punitiva e quem for pego usando o véu facial (burca ou niqab) em espaço público receberá uma multa de 150 euros e poderá ser obrigado a fazer um curso de cidadania francesa. O jornal britânico BBC em sua versão brasileira, argumenta que demais acessórios como capacetes ou máscaras de proteção não sofrem interferências das políticas francesas [17]. Fechamos a exposição dessa notícia com uma frase do ministro da imigração na França no período de Sarkozy, Eric Besson – marroquino e descendente de libaneses: “a burca é como um caixão ambulante”.

De ordem religiosa, o preconceito é identificado no efeito de pressupor que ao utilizar o véu, a mulher muçulmana está sofrendo coerção e supressão de sua liberdade. Conforme explica o presidente da Assembleia Mundial da Juventude Islâmica, Sheik Jihad Hammadeh [18], o véu não é um símbolo do islamismo mas sim, uma prática religiosa. Portanto, na utilização do véu, a mulher muçulmana está dentro dos seus direitos de praticar sua religião e isso é uma escolha dela. Em nenhum momento é imposto o uso do véu em países ocidentais e em alguns países que conta com praticantes do islamismo nos outros continentes. As mulheres que aderem ao uso do véu são vistas como oprimidas pela sociedade islâmica patriarcal, no entanto, a opressão nesse caso não seria da sociedade ocidental em limitar a liberdade de expressão da mulher muçulmana e sua vivência na religião?

Considerações finais

A discussão sobre islamofobia nunca esteve tão presente como nos dias atuais. A discriminação contra os árabes muçulmanos teve maior intensificação e visibilidade após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Desde então, a islamofobia vem crescendo de forma assustadora e pudemos observar que diante a crise migratória mundial e os

acontecimentos provenientes de grupos terroristas de origem islâmica, as portas para migrantes e refugiados árabes e muçulmanos têm se fechado cada vez mais, inclusive as fronteiras territoriais. Defendemos que o debate sobre islamofobia é extremamente importante para que se rompam os pré-conceitos ocidentais construídos e anexados ao longo da história. No entanto, em nível acadêmico, é válido que essa discussão seja pautada não só na revisão bibliográfica dos mais comuns autores ocidentais sobre o assunto, mas também em autores orientais que possam dar suas visões internas sobre o tema. A divulgação de casos islamofóbicos pela mídia é essencial, pois a recepção e possível comparação de diversas fontes de informações podem provocar no receptor da notícia o exercício do pensamento e a avaliação do que lhe foi transmitido, não se deixando influenciar por veículos midiáticos na identificação de um preconceito, por exemplo, como é o ponto central desse artigo. 🌐

Lista de figuras

- [1] Foto do menino Aylan Kurdi morto em uma praia da Turquia. Fonte: Google Imagens, 2015.
- [2] Charge produzida pelo jornal Charlie Hebdo. Fonte: Google Imagens, 2015.
- [3] Imagem da jornalista chutando um homem que carregava uma criança no colo, os dois caíram. Fonte: Google Imagens, 2015.
- [4] Imagem da jornalista “dando uma rasteira” em menina síria. Fonte: Google Imagens, 2015.
- [5] Mulher muçulmana de niqab. Fonte: Google Imagens, 2015.
- [6] Principais tipos de véu islâmico. Fonte: Google Imagens, 2015.

NOTAS

*A autora, à época da submissão, cursava o 7º período do Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: sspriscila@hotmail.com.br.

[1] Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2015-01-26/reporter-do-ig-se-passa-por-muculmana-e-flagra-reacoes-nas-ruas-e-carnaval.html> - Acesso em: 12/10/2015.

[2] Fonte: <http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Migra%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil.pdf> - Acesso em: 25/09/2015.

[3] Fonte: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/apos-4-anos-de-conflito-na-siria-brasil-lidera-acolhimento-de-refugiados-sirios-na-america-latina/> - Acesso em: 18/09/2015.

[4] Fonte: <http://www.brasileirosmuçulmanos.net/brasileiro/o-que-%C3%A9-jihad--a197.htm> - Acesso em: 24/03/2016.

[5] Fonte: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-3234094/French-magazine-Charlie-Hebdo-facing-legal-action-publishing-cartoons-mocking-death-drowned-Syrian-toddler-Aylan-Kurdi.html> - Acesso em: 13/10/2015.

[6] Fonte: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,charlie-hebdo-faz-satira-com-menino-sirio-aylan-kurdi,1762934> - Acesso em: 13/10/2015.

[7] Fonte: <http://www.dw.com/pt/charlie-hebdo-%C3%A9-criticado-por-charge-de-menino-s%C3%ADrio/a-18716406> - Acesso em: 13/10/2015.

[8] Fonte: <http://tempsreel.nouvelobs.com/en-direct/a-chaud/8670-aylan-insensible-repugnant-charlie-hebdo-provoque-pol.html> - Acesso em: 13/10/2015.

[9] Fonte: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/08/internacional/1441733966_291245.html - Acesso em: 14/10/2015.

[10] Fonte: <http://www.dw.com/pt/cinegrafista-%C3%A9-demitida-ap%C3%B3s-agredir-refugiados/a-18702799> - Acesso em: 14/10/2015.

[11] Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/09/1680385-nao-sou-racista-diz-cinegrafista-hungara-flagrada-chutando-refugiados.shtml> - Acesso em: 14/10/2015.

- [12] Fonte: <http://www.foxnews.com/world/2015/09/09/latest-hungarian-camerawoman-seen-tripping-kicking-migrants-is-fired-by-her/> - Acesso em: 14/10/2015.
- [13] Fonte: http://www.lexpress.fr/actualite/monde/europe/une-journaliste-hongroise-fait-scandale-avec-un-croche-pied-a-un-refugie_1713751.html - Acesso em: 14/10/2015.
- [14] Fonte: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-3226888/Hungarian-camerawoman-sacked-filmed-tripping-migrants.html> - Acesso em: 14/10/2015.
- [15] Fonte: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,senado-da-franca-proibe-o-uso-de-deus-islamicos-em-publico,609814> - Acesso em: 14/10/2015.
- [16] <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2014/07/01/01016-20140701ARTFIG00056-la-justice-europeenne-se-prononce-sur-l-interdiction-du-port-de-la-burqa-en-france.php> - Acesso em: 14/10/2015.
- [17] Fonte: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140701_veu_franca_ms - Acesso em: 14/10/2015.
- [18] Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=_VZKkvl2Qkg - Acesso em: 14/10/2015.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Chris. Islamophobia and Its Consequences. In: AMGHAR, Samir, BOUBEKEUR, Amel e EMERSON, Michael (Eds.). **European Islam: challenges for Society and Public Policy**. Bruxelas: Centro de Estudos de Políticas Europeias. 2007. pp. 144-167.
- BARTH, Fredrik. Etnicidade e o conceito de cultura. In: **Antropolítica**, n.19, p. 15-30, Niterói, 2. sem. 2005. Tradução: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto.
- CASTRO, Cristina Maria de. A Construção de Identidades Muçulmanas. Um Enfoque Comparativo entre Duas Comunidades Paulistas. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n.4, p. 1043-1076, Dec. 2014. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000401043&lng=en&nrm=iso. Access on 27 Mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201432>.
- CHÉRIF, Mustapha. **El islam y Occidente: encuentro con Jacques Derrida**. 1ª edição. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007. 96 páginas.
- CRUZ, Rodrigo Ayupe Bueno da. **Brimos em Minas: Processos de construção identitária na Comunidade Árabe de Juiz de Fora**. Dissertação de Mestrado, UFF, 2013
- FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa - São Paulo, USP. **Revista de Antropologia**. Número 2, volume 54, 2011. pp. 1091-1096.
- KEMNITZ, Eva-Maria von. **O Orientalismo na Perspectiva de Edward Said**: comunicação apresentada no Colóquio sobre a Vida, Pensamento e Obra de Edward Said. Lisboa. 2009.
- LIMA, Marcos Costa. O humanismo crítico de Edward W. Said – São Paulo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. Número 73, 2008.
- LORENTE, Javier Rosón. Discrepancias em torno al uso del término *islamofobia*. In: GROSFOGUEL, Ramón e MUÑOZ, Gema Martín (Eds.). **La islamofobia a debate: La genealogía del miedo al islam y la construcción de los discursos antiislámicos**. 1ª edição. Madrid: Casa Árabe-IEAM. 2012. pp. 167-189.
- MARIUZZO, Patrícia. Riqueza cultural e capacidade de adaptação são suas marcas. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v.63, n.3, July 2011. Available from [67252011000300022&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000300022&lng=en&nrm=iso). Access on 27 Mar. 2016.
- PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. 2012. Grupos étnicos e etnicidade. In: Lima, Antonio Carlos de Souza. **Antropologia & Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Brasília: Contracapa – LACED – ABA. pp. 68-78.

PRAZERES, Tamires Silva Pereira. **As Ideias Formadas do Outro. Um pensamento Crítico Entre o Orientalismo e as Epistemologias do Sul.** In: Anais do XIV Simpósio Nacional da ABH. Juiz de Fora, Minas Gerais, 15 a 17 de abril de 2015. pp. 1509-1518.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** 1ª edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.

Recebido em 06/12/2015
Aprovado em 09/07/2016

EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA: A IMPLEMENTAÇÃO DO REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

UNIVERSITIES EXPANSION AND DEMOCRATIZATION: THE REUNI IMPLEMENTATION AT THE UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

*Vinícius Volcof Antunes**

Cite este artigo: ANTUNES, Vinícius Volcof. Expansão e democratização universitária: a implementação do REUNI na Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 91-99, 10 de nov. 2016. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 10 de nov. 2016.

Resumo: O presente artigo busca apreender alguns dos impactos institucionais da implementação do REUNI na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A partir da teoria sociológica sobre educação, o foco da análise são as variáveis de expansão e democratização do ensino superior, na tentativa de estabelecer possíveis correlações entre ambas, refletindo também sobre o tipo de democratização atualmente em curso no sistema universitário público nacional e se essa expansão do ensino superior resulta na efetiva democratização de seu acesso.

Palavras-chave: Ensino Superior, Política Pública, Educação, Sociologia.

Abstract: The present article sought to seize some of the institutional impacts to the implementation of REUNI at the Universidade Federal do Rio de Janeiro. From the sociological theory on higher education, this analysis focus are the expansion and democratization variables, in the attempt to establish possible correlations between its, also reflecting about what sort of democratization is now in progress in the national higher education system and if this sort of expansion leads to its effective democratization.

Key words: Higher Education, Public Policy, Education, Sociology.

Estabelecido pelo decreto presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007, à época da gestão de Fernando Haddad no Ministério da Educação e da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) trazia em suas ousadas metas uma série de reformas no acesso e na estrutura do ensino superior público brasileiro, entre elas, “a elevação da taxa global de conclusão

média dos cursos de graduação presenciais em noventa por cento” (MEC, 2007) e a ampliação das vagas de ingresso, especialmente no período noturno. A partir do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, essa nova política pública educacional também estabelecia, em suas diretrizes gerais, “o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária (de 18 a 24 anos) até o fim da década” (*idem*), além da expansão do acesso, melhor aproveitamento da estrutura física das universidades e ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil.

Diante disso, minha pesquisa buscou apreender alguns dos impactos institucionais da implementação do REUNI na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com foco na análise das variáveis de expansão e democratização, na tentativa de estabelecer possíveis correlações entre ambas. À luz da teoria sociológica da educação superior, esse artigo busca questionar, com Pierre Bourdieu e Patrick Champagne (1999) e François Dubet (2015), se a expansão do ensino superior brasileiro resulta na efetiva democratização de seu acesso; além de refletir, com Maria Lígia de Oliveira Barbosa e Antônio Augusto Prates (2015), Marta Arretche (2015) e Gabriela Honorato e Rosana Heringer (2014; 2015), sobre o tipo de democratização universitária atualmente em curso e se ela indica alterações estruturais das formas como é socialmente composto o sistema de ensino superior brasileiro.

Estruturando minha reflexão teórica, utilizo os conceitos de universidade de “elite”, “massa” e “universal” do sociólogo norte-americano Martin Trow (2010). Em resumo, ao discorrer sobre as transições do processo de expansão universitária, o autor aponta que um ensino superior que contemple até 15% dos jovens da faixa etária ainda se institui como um sistema de “elite”, um privilégio para poucos; já um ensino superior que se expanda para índices entre 16% a 50% da faixa etária constitui um sistema de “massa”, ou seja, a educação superior passa a se estabelecer enquanto um direito; por fim, apenas quando os índices de inclusão ultrapassam os 50%, o ensino superior pode ser considerado “universal”.

Assim, Trow nos ajuda a estabelecer contrapontos entre os níveis em que a educação superior pública brasileira se encontrava antes do REUNI, as metas de massificação educacional trazidas por esse projeto e, por fim, seu resultado efetivo, possível de ser auferido já a partir da segunda década do século XXI. Justamente por isso, os dados aqui apresentados recortam, sobretudo, anos imediatamente anteriores ao estabelecimento dessa nova política, até aos imediatamente posteriores a 2010, quando, segundo as próprias diretrizes gerais do programa, seria possível observar os primeiros resultados desse novo modelo educacional.

Ainda sobre os dados aqui apresentados, importante ressaltar que, em sua maioria, eles são secundários, coligidos através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas do Ministério da Educação (INEP/MEC). Quanto aos dados específicos sobre a UFRJ as fontes foram, sobretudo, sua Pró-Reitoria de Graduação (PR1) e a Associação de Docentes da UFRJ (AdUFRJ).

A escolha das variáveis a serem analisadas se deu a partir da busca por representatividade no que diz respeito à expansão e democratização do ensino. O próprio glossário inserido ao final das Diretrizes Gerais do REUNI (MEC, 2007) define “expansão” como “a ampliação de acesso por meio de aumento das matrículas em cursos de graduação presenciais nas universidades” e a “democratização” relacionada à “inclusão social (...), diversificação e ampliação do acesso à educação superior” (p. 25). Assim, ao privilegiar, por exemplo, dados sobre o contingente de alunos pretos e pardos no ensino superior, levou-se em conta que historicamente esses grupos tiveram oportunidades desiguais de acesso ao sistema universitário público.

Um panorama histórico do campo educacional brasileiro a partir de ARRETCHE (2015) nos mostra que nos anos 70 “três quartos da população brasileira era funcionalmente analfabeta”, sendo a universidade caracterizada como “um ambiente restrito aos homens brancos oriundos dos estratos superiores” (p. 4). Corroborando essa afirmação, BARBOSA e PRATES (2015) discorrem para além, em termos de reprodução dos mecanismos de dominação, observando que por décadas esse sistema “foi claramente um espaço para socialização de uma elite mais preparada, distinta – pelo seu capital cultural certificado – dos mandantes e mandatários espalhados por todo país” (p. 327).

Já em 2010, considerando a universalização do ensino fundamental e notável ampliação desse sistema, nota-se que “esses aspectos [de desigualdades] não desapareceram. Na verdade, descolaram-se para os níveis imediatamente superiores da trajetória educacional” (p. 11). Nesse mesmo ano, “os brancos ainda eram 75% da população universitária” (p. 5). Observa-se, com isso, “uma superposição de desvantagens por cor e renda, pois os negros pobres encontravam mais dificuldades para atingir níveis superiores de escolaridade do que os brancos pobres” (p. 13), o que faz dessa particularidade um relevante problema sócio-histórico que justifica o presente esforço de análise.

1. O REUNI na UFRJ

A Universidade Federal do Rio de Janeiro aderiu ao REUNI no mesmo ano em que o programa foi instituído pelo governo federal, com o decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Em reunião extraordinária do Conselho Universitário (Consuni) da UFRJ, em 24 de outubro de 2007, ficou estabelecida a adesão da universidade ao novo programa, através da criação do Programa de Reestruturação e Expansão (PRE) da UFRJ, que instituiu, entre outras coisas, aumento das vagas nos cursos presenciais de graduação, criação de novos cursos diurnos e noturnos, interiorização da instituição, redução dos índices de evasão e a ocupação das vagas ociosas (PRE/UFRJ, 2007). Temporalmente, o projeto estabelecia suas metas para um período entre os anos de 2008 e 2012.

Em 2007, quando o REUNI foi estabelecido, o país contava com 2.281 instituições de ensino superior (IES), sendo 89% delas privadas e apenas 11% públicas (INEP, 2009). As matrículas totais somavam 4.880.381 alunos de graduação presencial (*idem*), dividindo-se em 74,6% nas instituições privadas e 25,4% nas públicas, e representando algo em torno de 11% dos jovens na faixa etária (INEP, 2014) – o que, nos termos de TROW (2010), configuraria um ensino ainda elitista e excludente,

privilégio para poucos. Já os índices de conclusão atingiam, em números brutos (isto é, somando a graduação presencial e educação a distância), apenas 756.799 dos alunos (INEP, 2009).

Neste mesmo ano, a UFRJ oferecia 6.625 vagas de ingresso em graduação presencial em 67 cursos, sendo os cursos noturnas correspondentes a apenas 17% do universo de graduandos (bacharelado e licenciatura). Em 2011 a oferta subiu para 10.406 vagas, distribuídas em 208 cursos e a instituição passou de um universo de 28.328 para 39.856 alunos matriculados. (HONORATO e HERINGER, 2014). Entre as bolsas de auxílio, que cumprem papel importante na permanência dos alunos, em 2012 foram concedidos 1.709 benefícios, diante de um total de 1.984 solicitações (*idem*, 2015: 104).

O início da segunda década do século XXI permitiu a observação dos primeiros resultados da implementação do programa. Passados cinco anos, meta inicial estabelecida pelas Diretrizes Gerais do REUNI, o ensino superior brasileiro contava com 2.416 instituições de ensino superior, sendo 87,4% delas no setor privado e 12,6% no público (INEP/2014). O universo de alunos na graduação subiu para 7.037.688, porém apenas cerca de 27% encontra-se no setor público (*idem*). Combinados, esses dois dados revelam a continuidade da intensa discrepância entre o crescimento do setor público em relação ao privado no país. Nesse período, o número bruto de concluintes chegou a 1.050.413 (*idem*), um aumento significativo em relação a 2007, porém, ainda inferior a 44%, portanto, muito distante da meta de 90% de concluintes visada pelo REUNI.

Segundo o Censo do Ensino Superior de 2011, em comparação com o período de 2003 e 2004, o contingente de alunos pretos e pardos no ensino superior brasileiro apresentou uma elevação em torno de 50%. Exclusivamente sobre estudantes pretos, o relatório da ANDIFES (2011) aponta uma elevação de 5,9% em 2004, para 8,7% em 2010 (p. 23). Em contrapartida, porém, mostra que na representação dos grupos indígenas e quilombolas observa-se uma queda em níveis ainda mais acentuados: se em 2004 eles já representavam um contingente diminuto dos graduandos (cerca de 2%), em 2010 decaíram para cerca de 0,9%, concentrando-se majoritariamente na classe E.

Especificamente na UFRJ, os *campi* mais interiorizados, Macaé e Xerém, aumentaram a oferta de novas vagas para 2.036 em 2013, segundo dados da Pró-Reitoria de Graduação da instituição. As vagas noturnas também sofreram um incremento geral de cerca de 60% entre 2007 e 2010 (AdUFRJ/2012), tendo sido ofertadas 1.816 novas vagas no ano de 2010 para os cursos de bacharelado e licenciatura, porém, um índice ainda 14% abaixo da meta visada em 2007 pelo Plano de Reestruturação da Universidade.

2 . Expansão e democratização: um balanço

Segundo RISTOFF (2013), “as características mais importantes dessa expansão são a interiorização e a redistribuição regional – reduzindo a histórica desigualdade na oferta de vagas no ensino superior” (p. 15). Assim, é notável que o Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ

tenha conseguido incrementar a oferta de vagas de graduação presencial em seus *campi* mais afastados da capital estadual, seguindo uma das realizações do REUNI de interiorização em nível nacional, passando de 114 municípios atendidos por instituições de ensino superior no ano de 2003, para 237 municípios em 2011 (VARGAS, 2014:290 *apud* HONORATO e HERINGER, 2015:10).

Outro ponto relevante é o incremento das vagas no período noturno, uma vez que possibilita a entrada de um contingente ocupado nos períodos matutino e vespertino, estudantes geralmente de origem social mais modesta, como ressaltam PAUL e VALLE SILVA (1998 *apud* BARBOSA e PRATES, 2015). Efetivamente, a ampliação do horário de funcionamento das instituições de ensino superior “permitem aumentar a permanência dos alunos de classes populares” (BARBOSA e PRATES, p. 331). Ainda segundo esses autores, seguindo um padrão histórico de desequilíbrio entre os setores públicos e privados, as universidades públicas, especialmente federais, ainda oferecem, proporcionalmente, menores vagas noturnas (cerca de 30% do seu total de vagas, segundo Censo do Ensino Superior de 2013) do que as particulares (cerca de 73% das vagas).

Sendo assim, ainda que os números brutos apresentem uma expansão do ensino superior em nível nacional, bem como nos índices da UFRJ, as metas governamentais, conforme estabelecidas pelas Diretrizes Gerais do REUNI, não foram batidas após cinco anos de implementação do programa, revelando, assim, um problema de execução ou de prospecção de suas metas.

A taxa líquida de 15,1% dos jovens na faixa etária no ensino superior brasileiro (INEP, 2014), atingido em 2012, ainda representa, a partir de Martin Trow (2010), um sistema educacional de elite, que não conseguiu se massificar, tornar-se um direito de jovens de todas as rendas e grupos sociais e muito menos corrigir discrepâncias históricas do Brasil. Assim, cabe aqui refletir sobre os resultados de nossa expansão universitária e o sentido da democratização que estamos realizando.

Nos termos de GOUVEA (2009), “a democratização [pode ser vista] enquanto a possibilidade de todos os segmentos da sociedade se verem representados no ambiente universitário” (p. 17); mesma linha de definição seguida pelo sociólogo francês François Dubet (2015), que aponta que a democratização implicaria na entrada proporcional dos grupos e classes de representação na sociedade: “a democratização exigiria que todas as classes sociais tivessem as mesmas possibilidades e que a população dos estudantes retratasse a sociedade” (p. 257). Sendo assim, enquanto os índices de representatividade de grupos pretos, pardos, índios e quilombolas no ensino superior não ultrapassarem os níveis residuais, não podemos enxergar uma efetiva democratização do sistema nacional de ensino. Sobre isso, versa o relatório do Ministério da Educação, que “a baixa participação relativa de pretos, pardos e índios cursando o ensino superior com relação às demais categorias (...) demonstra o prejuízo histórico dessas etnias, confirmando a importância das políticas públicas de inserção e de cotas que vêm sendo adotadas” (INEP, 2014:40). Trata-se, portanto, de reconhecer o papel dessas políticas públicas “que buscam melhorar o coeficiente de igualdade de chances entre pessoas de estratos e grupos distintos da sociedade” (BARBOSA e PRATES, p. 328), com especial atenção a modo adequado de sua implementação e continuidade.

Contudo, é importante notar que algumas autoras esforçam-se para desestimular certo mito constituído sobre o “caráter messiânico da profissão docente” (LIBSOA, p. 34), que por vezes olha para a educação como a solução para todos os males da sociedade, dotada de uma responsabilidade redentora. Nas palavras de PIOTTO (2014), “a universidade não pode ser considerada uma instância que por si só resolverá as diferenças sociais” (p.263-269), uma vez que sabemos que as desigualdades também se reproduzem outras esferas da vida social.

Já DUBET (2015) salienta que a democratização do acesso não garante efetiva democratização interna, muito menos equidade, ambas dizendo respeito aos usos desiguais do sistema de ensino (p. 261). O efeito perverso encontrado aqui é que “a massificação do sistema universitário reduz as desigualdades de acesso, mas acentua as desigualdades internas desses sistemas” (p. 258). No caso brasileiro, isso se mostra no fato de, tanto no nível médio quanto no superior, os índices de conclusão ainda serem muito inferiores às de ingresso (ARRETCHE, p. 11), salientando a persistência de uma desigualdade de oportunidades, especialmente quanto a permanência.

Passados mais de cinco anos desde a implementação do REUNI na Universidade Federal do Rio de Janeiro, algumas análises apontam que certas deficiências estruturais dessa instituição não foram mitigadas pela aplicação do novo programa. Nessa linha, pontua a AdUFRJ: “um traço notável na expansão [universitária] é que ela tem se dado de forma muito desigual [...], cristalizando assim cursos mais e menos elitistas no acesso e nas possibilidades de permanência”. Assim, podemos refletir sobre o tipo de democratização que estamos realizando e qual o seu sentido, levando em conta que a democratização não exclui as esferas de disputa de poder dentro das instituições acerca da detenção de conhecimento (LISBOA, 2009). Para essa autora, “a entrada de novos sujeitos sociais nas universidades redimensiona as disputas internas [nessas] instituições por hegemonia” (p. 54).

O que uma democratização mais ou menos bem executada poderia gerar, ao contrário de sua intenção em corrigir desigualdades históricas, é um resultado ainda mais perverso de deslocamento de desigualdades (BOURDIEU e CHAMPAGNE, 1992; DUBET, 2015). No Brasil, esse desalinhamento é observado já na escolha dos cursos, uma vez que “os pretos não são apenas os que têm menores chances de ingressar no ensino superior, mas, quando conseguem, o fazem nas profissões de menor prestígio” (ARRETCHE, p. 13).

Segundo BOURDIEU e CHAMPAGNE, o problema de desigualdade no ingresso pode ter sido “estendido no tempo”, tendendo a instaurar “práticas de exclusão brandas” em um sistema aparentemente democratizado, que na prática operaria uma realidade “de reprodução [social] que se realiza em um grau superior de dissimulação” (pp. 221-223, *passim*). No caso brasileiro, “se ocorreu, por um lado, razoável equalização das carreiras universitárias entre homens e mulheres, a desigualdade de carreiras entre as raças permaneceu bastante estável”, tendo os índices apontado que, “em 2010, mulheres e pretos obtinham menores rendimentos que os homens brancos” (ARRETCHE, pp.55-56).

Dessa forma, “alunos mais desprovidos culturalmente [com diferenças de capital cultural, investimento familiar na educação, etc] (...) seriam voltados a uma exclusão ainda mais estigmatizante e mais total do que era no passado, uma vez que aparentemente tiveram uma chance” (BOURDIEU e CHAMPAGNE, p. 221).

Conclusão

Este artigo buscou refletir, embasado na teoria sociológica sobre a educação superior, acerca de alguns impactos institucionais da adesão da Universidade Federal do Rio de Janeiro à política pública educacional estabelecida pelo REUNI, a partir do ano de 2007.

Através de dados quantitativos, tanto de caráter nacional, quanto específicos sobre a instituição aqui estudada, buscou-se construir um panorama educacional que permitisse destacar possíveis correlações entre as variáveis de expansão e democratização do ensino superior público brasileiro, bem como estudar possíveis modificações estruturais no nível institucional e de composição social dos estudantes ocorridas na UFRJ desde a implementação do programa.

Assim, o que se observou é que os níveis discentes na graduação presencial se elevaram tanto em caráter nacional, quanto na UFRJ, que a expansão das vagas em cursos noturnos recebeu especial atenção e que o número de concluintes também mostrou um leve aumento. Ainda assim, as metas estabelecida pelas Diretrizes Gerais do REUNI não foram alcançadas, ficando, ao contrário, longe de atingir a ousada marca de 90% de concluintes na graduação presencial ou ao menos de 30% dos jovens da faixa etária inseridos no ensino superior, o que constituiria, segundo a classificação do sociólogo Martin Trow, a massificação desse nível educacional.

A teoria sociológica da educação nos permite observar que, ainda que “o ensino superior [deixe] de ser (...) voltado para sua tradicional e restrita clientela e de elite e [passe] a incorporar parcelas de alguns grupos que antes não passavam por essas instituições” (BARBOSA e PRATES, p. 328), o Brasil ainda não conseguiu estabelecer um ensino superior público que supere suas características de ser um privilégio para poucos, num cenário nacional marcado por trajetórias educacionais desiguais: “a universidade brasileira deixou de ser predominantemente branca, mas os não brancos ainda têm uma participação menor em suas salas de aula” (ARRETCHE, p. 13). Tampouco conseguimos ver esse novo projeto de democratização do ensino superior contemplando efetivamente questões estruturais que ultrapassassem a mera expansão quantitativa, englobando também, por exemplo, a necessidade imperiosa de garantir, nos termos de HONORATO e HERINGER (2014), a real possibilidade de permanência, de efetiva vivência da experiência universitária e da conclusão do curso.

Por isso, concluímos que a mera ampliação de vagas poderia gerar uma desigualdade ainda mais perversa, que ultrapassa os muros da universidade e é vivenciada, por exemplo, na experiência do mercado de trabalho e em diversas outras esferas sociais, resultando num sistema de ensino, nas

palavras de BOURDIEU e CHAMPAGNE (p. 223), “amplamente aberto a todos e, no entanto, estritamente reservado a alguns”. 📌

NOTAS

* Vinícius Volcof Antunes é estudante do bacharelado em Ciências Sociais pelo IFCS/UFRJ. Nessa instituição, desenvolveu pesquisa no Laboratório de Pesquisa em Ensino Superior (Lapes), coordenado pela professora doutora Maria Lígia de Oliveira Barbosa. Alguns dos resultados de dois anos de pesquisa como bolsista PIBIC/CNPq são apresentados no presente artigo. Atualmente, interessa-se pelas áreas de meio ambiente e desenvolvimento. Escreve sobre produção do conhecimento no blog Circuito Acadêmico e faz críticas de cinema no site Cinema com Rapadura. Email: vi_volcof@hotmail.com

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. (org.) **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: editora da Unesp, 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRJ. **REUNI reduz em 50% verba para investimento na UFRJ**. 2012. Disponível em: http://www.adur-rj.org.br/5com/pop/reuni_reduz_50_porcento.htm. Acesso em: 07 dez. 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Brasília: Tc Gráfica e Editora, 2011. 66 p. Disponível em: <http://superest.ufrj.br/images/Perfil%20socioeconomico%20e%20cultural%20dos%20alunos%20de%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20das%20IFES.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2015.

BARBOSA, M. L. de O.; PRATES, A. A. P. P. **A Expansão e as Possibilidades de Democratização do Ensino Superior no Brasil**. Caderno CrH, Salvador, v. 28, n. 74, p. 327-339, Mai./Ago. 2015.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. (1992) **Os excluídos do interior**. In: NOGUEIRA, Maria A.; CATANI, Alfredo (org.). *Escritos de Educação*. 2ª edição. Petrópolis: editora Vozes, 1999, pp. 217-228.

BRASIL. Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 07 dez. 2015.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 07 dez. 2015.

_____. Lei nº 10.172, de 10 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, 10 de janeiro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm. Acesso em: 07 dez. 2015.

CISLAGHI, J. F. A expansão das vagas oferecidas no vestibular da UFRJ para a graduação de 2007 a 2010. **Adufrj: Seção Sindical**. Rio de Janeiro, p. 4-5. 23 mar. 2010. Disponível em: http://www.adufrj.org.br/phocadownloadpap/Noticias/Reuni/2010/estudo-da-adufrj-compara-expansao-da-ufrj-com-metas-do-reuni-23_03_10.pdf. Acesso em: 07 dez. 2015.

DUBET, F. **Qual democratização do ensino superior?** Caderno CrH, Salvador, v.28, n.74, pp. 255-265, Mai./Ago. 2015. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=1653>. Acesso em: 07 dez. 2015.

HONORATO, G.; HERINGER, R. **Políticas de permanência e assistência no ensino superior público e o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**. In: BARBOSA, Maria L. de O. (Org.). Ensino Superior: Expansão e Democratização. Rio de Janeiro: 7 Letras, Coleção Sociologia e Antropologia, 2014.

_____. (org.) **Acesso e Sucesso no Ensino Superior: uma sociologia dos estudantes**. 1º ed. Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015.

GOUVEA, A. P. **Acesso e Permanência nos cursos de graduação da UFRJ: O Centro de Filosofia e Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2009.

INEP/MEC. **Censo da Educação Superior 2012: resumo técnico**. Brasília: Inep, 2014.

_____. **Censo da Educação Superior 2007: resumo técnico**. Brasília: Inep, 2009.

LISBOA, E. S. **Sentidos da Democratização Dentro da UFRJ: Uma leitura a partir do campo do currículo**. Rio de Janeiro: Tese de Mestrado, 2009.

PIOTTO, D. C. **Camadas Populares e Universidades Públicas – trajetórias e experiências escolares**. São Carlos: Pedro e João editores, 2014.

RISTOFF, D. **Vinte e um anos de educação superior: expansão e democratização**. Rio de Janeiro: Cadernos do GEA, n. 3, jan-jun. 2012.

SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR/MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO (SESU/MEC). **REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais**. [S.l.]: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2015.

TROW, M. **Problems in the transition from elite to mass to higher education**. In: Twentieth-Century of Higher Education: Elite to Mass to Universal. Baltimore (EUA): The John Hopkins University Press, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ: 2008-2012**. Rio de Janeiro: [s/n], 2007. Disponível em: http://www.ufrj.br/docs/20070708_universidade_necessaria-programa_de_reestruturacao_e_expansao_da_ufrj.pdf. Acesso em: 07 dez. 2015.

Recebido em 07/12/2015
Aprovado em 27/05/2016

AS RAÍZES DO PATRIMONIALISMO DE ESTADO NO BRASIL

THE STATE PATRIMONIALISM ROOTS IN BRAZIL

*Elvis Paulo Couto**

Cite o autor: COUTO, Elvis Paulo. As Raízes do Patrimonialismo de Estado no Brasil. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 100-112, 10 de nov. 2016. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 10 de nov. 2016.

Resumo: Este artigo pretende trazer à baila certa linhagem de interpretação do Brasil centrada na noção de patrimonialismo. Para isso, recorreremos à formulação canônica do conceito de dominação patrimonial encontrada na tese weberiana, e analisaremos como ela foi assimilada e redefinida por três autores: 1) por Sérgio Buarque de Holanda, em sua referência clássica ao homem cordial; 2) por Faoro, em sua interpretação do estamento burocrático brasileiro; 3) por Schwartzman, em sua narrativa centrada na dicotomia “atraso/modernidade”. Demonstraremos, ainda, como Werneck Vianna e Jessé Souza fizeram uma leitura crítica desses teóricos do patrimonialismo brasileiro, evidenciando continuidades e descontinuidades entre eles, bem como os méritos e as fragilidades de suas teorias.

Palavras-chave: Patrimonialismo Brasileiro, Estamento Burocrático, Modernidade, Atraso.

Abstract: This article aims to bring up certain line of interpretation of Brazil that made use of the notion of patrimonialism. For this, we will use the canonical formulation of the concept of patrimonial domination found in Weber’s thesis, and we will analyze how it has been assigned and redefined by three authors: 1) by Sérgio Buarque de Holanda, in his classic reference to the friendly man; 2) by Faoro, in his interpretation of the Brazilian bureaucratic stratum; 3) by Schwartzman, in his narrative centered on the dichotomy “underdevelopment/modernity”. We will demonstrate, moreover, how Werneck Vianna and Jessé Souza made a critical reading of these theorists of Brazilian patrimonialism, showing continuities and discontinuities between them, and the merits and fragilities of their theories.

Keywords: Brazilian Patrimonialism, Bureaucratic Stratum, Modernity, Backwardness.

Muito se fala hoje, nas esferas do senso comum ou nos debates universitários, sobre a corrupção brasileira. Em termos genéricos, a população mostra-se plenamente insatisfeita com as gestões estatais, chegando inclusive a rechaçar qualquer possível alternativa ao poder. Descrente, ela amiúde revolta-se por ter de pagar altos impostos, por não receber em troca serviços públicos de qualidade e por assistir, através dos veículos midiáticos, a infindáveis casos de lavagem de capitais. Na classe intelectual, os discursos teóricos apontam para os nossos tão conhecidos fisiologismo e aparelhamento de Estado. Estes discursos não são equivocados, pois ventilam ideias acerca da insuflação das componentes administrativas do Estado. Todavia, longe de entrever a raiz do problema, eles escamoteiam os princípios históricos que atribuíram diversas formas à relação promíscua entre o público e o privado. Sendo assim, neste artigo deixaremos de lado as noções que assinalam que o fisiologismo e o aparelhamento são o sustentáculo da corrupção, pois acreditamos que o conceito de patrimonialismo seja capaz de açambarcar os problemas políticos que figuram muito mais do que desvio de dinheiro, pois são problemas advindos do amplo desnível que existe entre sociedade civil e grupos elitistas tradicionais. Na verdade, segundo as doutrinas políticas de base republicana, a corrupção é um fenômeno amplo, que não se restringe somente a questões econômicas, mas diz respeito à deterioração e ao descumprimento das regras básicas de organização da *res publica*. Assim, veremos como o patrimonialismo brasileiro afasta-se, em certa medida, de uma cultura política embasada no ideal republicano.

As interpretações de Sérgio Buarque de Holanda e de Raymundo Faoro são caudatárias da tese weberiana acerca do patrimonialismo. Os autores importaram a teoria de Max Weber e aclimataram-na ao contexto brasileiro, de modo a lançar luz na extensa teia de relações sociais calcadas no pessoalismo, evidenciando como estas relações estruturam os postos da administração burocrática. Sérgio Buarque de Holanda arquiteta sua prosa ensaística em torno dos modos de sociabilidade brasileiro que detêm em seu âmago características ibéricas, como a plasticidade e o subjetivismo no trato interpessoal — características estas que são contrárias à impessoalidade que deveria existir nos padrões de organização do Estado. Na interpretação de Holanda, o personalismo e a afetividade das relações no seio do funcionalismo, bem como a concessão de privilégios baseada no critério da simpatia, são os elementos da estrutura de tipo familiar que foram transpostos para a estrutura burocrática do Estado. Faoro, por sua vez, empreende uma análise histórica de fôlego, percorrendo seis séculos, que vai do décimo rei de Portugal, João I, a Getúlio Vargas. Este percurso, chamado por ele de “viagem redonda”, recai numa espécie de determinismo, ao enxergar a apropriação dos bens públicos por membros estamentais como a matriz ininterrupta de todos os males da governança brasileira. Todavia, o estudo de Faoro continua sendo fulcral, pois parte da premissa de que o capitalismo brasileiro, periférico e em desigualdade com o centro, é politicamente orientado.

Há, portanto, diferenças entre os dois autores no uso do conceito de patrimonialismo. Para Faoro (1977, pp. 18-20), o patrimonialismo é, em síntese, uma ordem burocrática marcada: 1) pela sobreposição do soberano ao cidadão; 2) pelo capitalismo de Estado; 3) pelo enfraquecimento das liberdades públicas e econômicas; 4) pela relação intrínseca entre a casa do soberano e o quadro de servidores públicos. Ainda em acordo com Faoro (1977, p. 736), o patrimonialismo brasileiro se

assenta sobre uma burocracia de Estado que serve aos objetivos da classe estamental. Há, portanto, uma “compatibilidade do moderno capitalismo com esse quadro tradicional” (FAORO, 1977, p. 736). Paradoxalmente, para Holanda, ao patrimonialismo não pode estar relacionada uma burocracia de Estado. Segundo o autor, no Estado burocrático, “prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos” (HOLANDA, 1976, p. 106); em contrapartida, no Estado patrimonial, “as funções, os empregos e os benefícios” existentes no funcionalismo público “relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos” (HOLANDA, 1976, p. 106).

Os dois autores citados acima encabeçam as análises sobre o tradicionalismo administrativo no Brasil, sendo eles muitas vezes referenciados por sociólogos e cientistas políticos atuais que desejam fazer uma análise de conjuntura cuja tônica seja a ausência de racionalismo, formalidade e legalidade no que tange à distribuição de cargos públicos e à consequente execução dos mesmos. Pensando nisso, acreditamos ser necessário também recorrer às elaborações críticas de intérpretes como Luiz Werneck Vianna, Simon Schwartzman e Jessé Souza, pois eles souberam palmilhar a estrada nas pegadas deixadas por Holanda e Faoro, tecendo, cada um a seu modo, uma visão política cujo horizonte é muito mais largo e distante do que a corrupção. É importante ressaltar que há continuidades e descontinuidades entre esses autores. Veremos que Jessé Souza (1998) retoma as teorias clássicas do patrimonialismo brasileiro para identificar suas fragilidades analíticas, e, além disso, ele classifica os intérpretes do patrimonialismo segundo a linhagem teórica a que pertencem: Sérgio Buarque faria parte da vertente “culturalista”, ao passo que Schwartzman e Faoro fariam parte da vertente por ele designada de “institucionalista”. Jessé Souza (1998) assinala, ainda, que sua perspectiva metodológica enfatiza criticamente o arcabouço teórico que estrutura as teses sobre o patrimonialismo no Brasil.

Nossa interpretação objetivará entrelaçar as teorias dos autores de que falamos. Vamos a ela.

1. O patrimonialismo enraizado: a questão do homem cordial em Sérgio Buarque de Holanda

O homem cordial, tal como a acepção de Sérgio Buarque de Holanda, não deve ser compreendido segundo significados dicionarizáveis para o adjetivo “cordial”, mas de acordo com novas inscrições semânticas que o autor atribui a esse termo. Longe de ser o homem afável e sincero, o homem cordial assim o é porque suas escolhas políticas são relativas muito mais ao coração do que à racionalidade. O coração, aqui, simboliza os sentimentos, a subjetividade — medida fortemente utilizada pelos homens de Estado, do período colonial ao republicano, para tratar de assuntos políticos. No Brasil, desde as suas origens, a política sempre foi a arte executada por indivíduos que muito pouco souberam diferenciar a gestão de uma família — caracterizada pelas relações de afinidade e intimidade — da gestão da coisa pública, exercício que em tempos modernos exigiu uma alta burocratização e objetividade.

As relações entre Estado e família, que deveriam ser de antagonismo, figuraram, entretanto, harmonicamente no Brasil. Afirma Sérgio Buarque de Holanda (1976, p. 101): “Não existe, entre o

círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição”. Se esta oposição não houver, o exercício do poder não passa de romantismo, de idealidade, de platonismo. A falta do realismo político maquiavélico opera no sentido de provocar crises agudas na população, manchas enodoadas e irreversíveis no tecido social. Apoderar-se do bem público e comum como se este fosse o patrimônio familiar, administrar a extensão territorial e a vida da coletividade do mesmo modo como se dá ordens e se estipula padrões morais no bojo da família, delegar funções baseando-se em critérios personalistas, tudo isto nada é senão promover aquilo que o nosso autor chama de “desequilíbrio social” (HOLANDA, 1976, p. 105), isto é, desequilíbrio marcado pela presença de funcionários patrimoniais no lugar de burocratas puros.

A cordialidade é a característica das relações de poder firmadas por homens que não distinguem “os domínios do privado e do público” (HOLANDA, 1976, p. 105), homens estes inseridos no funcionalismo. Eles são, na verdade, funcionários patrimoniais, e estão muito longe do tipo de funcionário moderno, aquele que encarna o espírito da burocracia pura. Num Estado patrimonialista, a especialização não é uma condição obrigatória para se exercer uma determinada função pública, pois esta serve, acima de tudo, para que quem a exerça subtraia dela benefícios e privilégios particulares, deixando de lado a visão do bem coletivo e menosprezando garantias legais que deveriam respaldar a população. A burocracia serviria para profissionalizar os cargos, para torná-los postos baseados em regras racionais, além de fazer com que as relações das pessoas infiltradas no poder de Estado fossem antes de tudo impessoais, objetivas, pautadas pelas premissas juridicamente subscritas. Todavia, se a burocracia é exercida por pessoas que compõem o estamento, ela passa a ser ornato, ficando fragilizada, congelada. Isto porque o estamento burocrático detém um conjunto de normatividades muito específicas, embasadas nas ideias de prestígio e nas relações cordiais entre os indivíduos. Como diz Sérgio Buarque de Holanda (1976, p. 106): “Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático”. O Estado patrimonial pode até sucumbir à burocracia, mas logo acaba por fazer dela um fino véu, uma roupagem que esconde o essencial: o tratamento da esfera estatal como se ela servisse a propósitos de grupos minoritários, nos quais as relações políticas são, sobretudo, “laços de sangue e de coração” (HOLANDA, 1976, p. 106).

O Estado brasileiro foi comparado por Sérgio Buarque de Holanda à célula básica da sociedade, a mais primitiva: a família. Em vez de “princípios neutros e abstratos” (HOLANDA, 1976, p. 106), a sociedade brasileira é motivada por padrões domésticos, patriarcais, imbuídos de sentimentalismo e emotividade. Estes sentimentos, é bom frisar, não recebem aqui carga positiva, muito pelo contrário, sabemos quão ríspidos e violentos podem ser os brasileiros em sua vida corrente. A cordialidade e a polidez são apenas disfarces, fantasias usadas em rituais, impressões momentâneas. São atributos presentes no convívio entre os “grandes”, são características das relações que se dão quando a pléiade estamental encontra-se a tratar de questões públicas. Contudo, o grande contingente populacional permanece avesso à civilidade e subordinado às normas do regime patriarcalista. No processo de formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, há um forte elemento de organização social: a autoridade “caprichosa e despótica” do proprietário de terras (HOLANDA, 1976, p. 48). O patriarcalismo é, segundo Holanda (1976, p. 49), herança ibérica, assim como o patrimonialismo, e,

juntos, promovem a indistinção entre os domínios domésticos do *pater familias* e os domínios da administração pública. No entanto, apesar das semelhanças, é preciso diferenciar os conceitos. O patriarcalismo é um sistema de organização familiar embasado nas “normas clássicas do velho direito romano-canônico” (HOLANDA, 1976, p. 49). Ele é caracterizado pelo poder pátrio incondicional, isto é, o patriarca submete a sua esposa e os seus filhos, também os escravos e os agregados, à sua autoridade; todos devem ser obedientes a ele, porque ele é o proprietário de terras e, portanto, a vida na paisagem doméstica segue os seus ditames. Já o patrimonialismo, segundo Holanda (1976, pp. 105-106), é um sistema político no qual aqueles que detêm as funções públicas não reconhecem uma marca divisória entre os desígnios do público e do privado. Os funcionários patrimoniais dão escoamento a objetivos particulares, acabando por conceber o Estado como um círculo fechado e pouco acessível “a uma ordenação impessoal” (HOLANDA, 1976, p. 106).

2. A tese clássica do patrimonialismo brasileiro: Faoro leitor de Weber

Na monumental obra *Economia e Sociedade*, Max Weber interpretou, além das sociedades capitalistas, as sociedades pré-capitalistas e os elementos fermentadores do processo de acumulação primitiva do capital, dedicando-se longamente ao estudo das formas de organização social tradicionais, isto é, marcadas por uma hierarquia tradicional antitética à racionalidade que surgiria com o advento das sociedades capitalistas.

Weber percebeu que, na etapa de transição do feudalismo para o capitalismo, algumas sociedades poderiam organizar-se a partir da combinação de formas políticas arcaicas com formas políticas modernas. Em outras palavras: alguns países poderiam manter um “*quadro administrativo burocrático*” (WEBER, 1991, p. 144) — formado por funcionários livres e qualificados profissionalmente — juntamente com um quadro administrativo patrimonial — formado por “pessoas tradicionalmente ligadas ao senhor” (WEBER, 1991, p. 148). Assim, enquanto em algumas nações prevaleceria um arranjo macropolítico caracterizado por uma administração pública altamente racional e burocratizada, em outras, esta mesma administração se firmaria sobre bases tradicionais, isto é, estaria permeada por aquilo que Weber chama de *dominação tradicional* — a dominação de um senhor (geralmente proprietário) sobre os seus dependentes.

Embora o objetivo deste artigo não seja especificamente tratar da leitura que Faoro faz de Weber, é sabido que aquele incorporou as peças-chave da sociologia compreensiva weberiana em sua forma de análise da história brasileira. Não se trata de uma incorporação integral, pois Faoro se distancia muitas vezes dos conceitos que se encontram na obra de Weber: “Faoro tem plena consciência dessa infidelidade ao weberianismo. Considera-a, entretanto, um ajustamento necessário à sua teoria — a heterodoxia à teoria weberiana dever-se-ia a particularidades da América Ibérica” (CAMPANTE, 2003, p. 163). Assim, Faoro teve o grande lance crítico de notar que, da Colônia à República, uma classe estamental sempre se esforçou para manter incólume o patrimonialismo de Estado. O estamento, que já existia quando em terras ameríndias apenas havia uma colônia portuguesa de exploração, formou-se a partir de grupos de ilustres, que se vangloriavam por importar ideias europeias, por assimilar as novidades do mundo europeu, por se considerarem modernos,

letrados, elitizados. No entanto, a modernidade de suas concepções políticas, de seus modos de sociabilidade, sempre esteve pregada a um lastro arcaico, que não progredia, que reiterava formas despóticas de se fazer política.

O caudaloso empreendimento colonial firmado nos trópicos tinha a incumbência de carrear à Europa gêneros tropicais que lá fossem de fácil comércio. Estava garantido, portanto, o sucesso de uma empresa portuguesa que primeiro se ocupou com a extração do pau-brasil, depois com a fabricação do açúcar, mais tarde com a exploração da prata e do ouro. O regime de sesmarias e de donatarias era a base da organização latifundiária da Colônia. Cada latifúndio era monopólio de um capitão-governador, que o administrava e que enviava o excedente dos lucros obtidos com a produção à metrópole. Sabemos que este tipo de economia ficou conhecido na história brasileira como exclusivo metropolitano. Este contribuía com a acumulação primitiva do capital, além de ser uma estratégia econômica que visava à manutenção de privilégios ao estamento português: o “comando da economia e da administração deveria, para conservar o já tradicional edifício do governo português, concentrar-se nas zelosas e ciumentas mãos, mãos ávidas de lucros e pensões, do estamento burocrático” (FAORO, 1977, p. 142).

O estamento — formado pela casta de fidalgos portugueses — dependia de uma burocracia de Estado, de uma burocracia atuante nos quadros da administração pública; em outras palavras: dependia de profissionais que administrassem sua colônia de exploração. O estamento burocrático comandava o grande negócio instalado nas terras do Novo Mundo. Mas, com o desenrolar da história, com a Independência, este mesmo estamento não governará mais um empreendimento, mas o conjunto das instituições públicas do Império. A classe estamental deixará de ser composta unicamente por portugueses para estender a sua composição a figuras excelsas nascidas em solo brasileiro. O Brasil monárquico tinha no bojo de sua administração um aparato burocrático. Todavia, este aparato estava nas mãos de indivíduos hierarquicamente organizados segundo regras tradicionais. Ao contrário de uma administração pública de tipo racional-legal, conforme nos ensinou Weber, aqui pairava uma administração pública de tipo tradicional, que só funcionava porque constituía parte de uma tipologia de poder conhecida como patrimonialismo.

O patrimonialismo, sabemo-lo, é caracterizado pelo poder de um grupo privilegiado (estamento) que se apropria do espaço público como se este fosse privado. A sua atuação se direciona no sentido de privatizar tudo aquilo que é público, de transformar em propriedade privada a propriedade que burocraticamente pertence à esfera pública. O estamento nada é senão uma comunidade política que

conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo — assim é porque sempre foi. O comércio dá o caráter à expansão, expansão em linha estabilizadora, do patrimonialismo, forma mais flexível do que o patriarcalismo e menos arbitrária que o sultanismo (FAORO, 1977, p. 733).

Segundo a formulação de Faoro, a política e a economia são instâncias cujas fronteiras não são bem demarcadas. Os donos do poder político são também os donos do poder econômico. A classe estamental lança as diretrizes do mercado, impõe a este as regras da distribuição de recursos. O interesse dos políticos é o de monopolizar os excedentes da produção nacional. O mercado não se autorregula num sistema patrimonialista, ele não tem a autonomia que é a prerrogativa básica dos liberais. Por isso que, no Brasil — palco favorável à sedimentação do patrimonialismo — o capitalismo foi incorporado, entretanto não consoante o seu uso europeu. Aqui, o capitalismo recebeu uma nova aparência, adequou-se a uma estrutura político-econômica que, na época do Império, mantinha formas arcaicas de organização social, como a escravidão e o clientelismo. Apesar de um capitalismo europeu que se firmou num regime de trabalho livre, o capitalismo brasileiro erigiu-se a expensas do trabalho escravo. Resumidamente, o capitalismo brasileiro — por ter sido corporificado numa base patrimonialista, paternalista, clientelista e escravista — recebeu uma marca própria, que o assinalou como um capitalismo político periféricamente localizado, ou, para usar a expressão de Faoro, “capitalismo politicamente orientado” (FAORO, 1977, p. 733).

Consoante Faoro (1977, p. 58), o capitalismo politicamente orientado predominou em Portugal à época da expansão ultramarina. O Estado português, insuflado pelos inúmeros funcionários e dependentes, desenvolveu freneticamente a atividade mercantil, encontrando no escravismo grande forma de lucratividade. Todavia, para dar prosseguimento à aventura do tráfico, a empresa estatal, gerida pelos funcionários patrimoniais, exigia “novos e maiores recursos, para o sustento da máquina administrativa da exploração comercial, dispendiosa com os gastos da vigilância militar, da vigilância das devassas e correições, dos fiscais sobre os fiscais” (FAORO, 1977, p. 58). Trata-se de um capitalismo de Estado cujas vantagens econômicas eram concedidas ao rei, o qual reservava “para si o dízimo das colheitas e do pescado, o monopólio do comércio do pau-brasil, das especiarias e das drogas, o quinto das pedras e metais preciosos” (FAORO, 1977, p. 131).

Esse capitalismo comandado pelos detentores do poder político, que caracterizou a colonização portuguesa e deixou sua herança no processo de formação da sociedade brasileira, encontra sua conceituação na obra weberiana. Para Weber (1999, p. 312), vários Estados patrimoniais buscaram riquezas por meio de empreendimentos estatais: o Estado egípcio antigo, o Estado romano tardio, os Estados do Próximo e Extremo Oriente. No entanto, segundo o autor, não foram só os Estados patrimoniais que desenvolveram uma “economia aquisitiva pública” (WEBER, 1999, p. 312), mas também “as cidades da Idade Média e dos inícios da Época Moderna” (WEBER, 1999, p. 312). Ou seja, “de modo algum, a satisfação das necessidades por empreendimentos aquisitivos públicos limita-se ao patrimonialismo”, o capitalismo politicamente orientado também esteve presente nos Estados modernos burocratizados e não coagidos pela dominação patrimonial. Para Faoro, a influência do patrimonialismo repele o capitalismo industrial privado. Na obra weberiana encontramos essa mesma ideia, no entanto, para Weber (1999, p. 313), o patrimonialismo, por outro lado, também foi o responsável, em partes, por fomentar o capitalismo moderno.

3. Ausência de demarcação limítrofe entre o público e o privado

Utilizamos as teorias de Faoro e Holanda para tentar explicar a formação política do Brasil a partir do conceito de patrimonialismo. Para aquele, o patrimonialismo seria uma herança ibérica, um elemento da cultura brasileira que fora trazido por nossos colonizadores e que contaminou profundamente nossas instituições, tornando-as atrasadas. Para este, o patrimonialismo seria um modo da sociabilidade brasileira caracterizado pela penetração da estrutura de tipo familiar na ordenação do Estado, ou seja, as relações pessoais prevaleceram onde deveriam prevalecer as relações impessoais, as quais são características das sociedades que se urbanizaram.

Ainda dentro da vertente que Jessé Souza (1998) caracteriza como “institucional”, vamos doravante analisar o pensamento de Schwartzman a fim de mostrar como ele identifica no Brasil a existência de instituições tradicionais que promovem o atraso.

Para empregar a expressão de Jessé Souza (1998), a “ideologia do atraso brasileiro” (reforçada por Schwartzman) assinala que, se a economia brasileira serve a interesses políticos bem marcados, aqueles que participam do poder vivem de parasitar o Estado, de aparelhá-lo, de torná-lo a extensão de uma imensa propriedade privada, propriedade está hierarquicamente controlada. No topo da hierarquia, vive a classe dominante; na base, a massa alienada que nada é senão força de trabalho, componente básico da produção. Entre o topo e a base, vivem indivíduos entre duas classes paradoxais, eles dependem da cooptação de um grande proprietário, são comumente designados de agregados, dependentes, clientes. Eles vivem da política do *favor*, são a clientela de um “grande”, que os subordina aos seus caprichos, às suas vontades arbitrárias.

Frise-se que a análise de Schwartzman propõe “uma relação íntima entre ‘patrimonialismo’ — uma característica estrutural — e ‘cooptação política’ — elemento próprio do nível político” (SCHARTZMAN, 1988, p. 37). O regime de cooptação política, caracterizado pelo imenso rol de pessoas que vivem sob a tutela de membros estamentais, é o atributo precípua de uma sociedade autoritária como a brasileira. E o autoritarismo de suas bases políticas só existe porquanto o patrimonialismo garante a sua existência, pois este promove a indiferenciação entre o setor público e o privado, garante, mormente, a ausência de liberdade — anulando a premissa liberal — bem como a ausência de igualdade — refutando a premissa socialista. O patrimonialismo brasileiro não agrada nem a gregos nem a troianos, nem a liberais nem a socialistas, agrada somente às figuras autoritárias que compõem a estirpe política, a classe do patronato político, aqueles que detinham títulos nobiliárquicos no Império, e aqueles os substituíram, na República, por diplomas de bacharel, e foram incorporados ao cume de uma classe que luta avidamente pela manutenção de um sistema de privilégios tradicionalmente erigido.

O regime patrimonialista que perdurou na história brasileira fez com que os candidatos ao exercício do poder vissem a política não como uma esfera em que há a possibilidade de colocar em prática projetos de nação — no sentido de melhorá-la, torná-la mais justa, mais culta, mais igualitária, mais soberana — mas como uma esfera que permite, a quem dela faz parte, exercer poder sobre o patrimônio público, geri-lo como se o mesmo fosse particular. Esta é a mesma visão de Schwartzman. Vejamo-la.

Nos sistemas patrimoniais tradicionais não havia diferença entre as esferas política e econômica da sociedade. A ligação íntima entre esses aspectos é também uma característica predominante de sociedades em que o aparato estatal é grande e multifuncional e antecede, historicamente, ao surgimento de grupos de interesse autônomos e articulados. Nesses contextos, a busca do poder político não é simplesmente feita para fazer prevalecer esta ou aquela política, mas visa à posse de um patrimônio de grande valor, o controle direto de uma fonte substancial de riqueza (SCHWARTZMAN, 1988, p. 36).

Aqui, Schwartzman aproxima-se da ideia faoriana de “capitalismo politicamente orientado”. O autor afirma que a relação intrínseca entre economia e política é um ajustamento próprio às sociedades de tipo tradicional, nas quais prevalece, para usar a terminologia de Weber (1991, p. 155), a dominação de tipo patrimonial-estamental. Nesse sentido, Schwartzman mostra-se tributário da ideia weberiana segundo a qual o tradicionalismo inibe a emergência de uma economia racional, devido à “política financeira” de seu sistema patrimonialista (WEBER, 1991, p. 157).

Desse modo, ao analisar o caso brasileiro à luz da teoria weberiana, Schwartzman induz-nos a inferir que a burocracia do Estado brasileiro não funciona como um aparato que o profissionaliza, mas como um conjunto de regras racionais exercidas por indivíduos sem preparação técnica e desprovidos de intenções de transformação do *status quo* político. O Estado brasileiro, com seus infundáveis cargos e postos burocráticos, acomoda em seu funcionalismo pessoas que desejam apenas dele obter privilégios, altas rendas, posições de destaque, poder de mando. Basta o título de bacharel, o pertencimento à casta, o desejo de dinheiro fácil, o contato com os “grandes”, a infiltração à classe estamental, para que a possibilidade de se tornar um político seja preeminente. O político brasileiro, quando inserido no regime patrimonialista, passa a ver os órgãos estatais como patrimônios, simplesmente porque sempre foram vistos assim. A tarefa do deputado ou do senador, do vereador ou do prefeito, do governador ou do chefe de Estado, é a de gerir o patrimônio público, como se eles fossem tão somente usufrutuários de riquezas. Não há, portanto, projetos de nação eficazes, pois o sistema patrimonialista privilegia, sobretudo, projetos particulares, projetos voltados a grupos parasitários.

4. A importação da categoria weberiana de patrimonialismo

É sabido dos sociólogos e dos cientistas políticos brasileiros que comumente a obra clássica de Weber, *Economia e Sociedade*, é utilizada para explicar o caso de um país periférico em que se encontram tipos de dominação tradicional amalgamados com tipos de dominação racional. O Brasil, para intérpretes que partem dos pressupostos weberianos, como Faoro, seria atrasado em relação ao centro do capitalismo porque herdou o patrimonialismo ibérico e o escamoteou, ao longo dos anos, com uma suposta política moderna. Até mesmo a Constituição de 1988 mascara, com sua pretensa fundamentação dogmática baseada em valores democráticos, as formas despóticas e atrasadas da política brasileira.

Werneck Vianna (1999) interpretou a apropriação da teoria weberiana pelos autores que justificaram o atraso brasileiro através do conceito de patrimonialismo. Segundo Vianna, a análise de Faoro aproxima o nosso patrimonialismo de vertente ibérica ao despotismo do Oriente — uma forma de explicar o patrimonialismo numa sociedade sem passado feudal. Schwartzman igualmente

relaciona nossa dominação patrimonial ao orientalismo político. Contudo, a questão-chave para ele é a presença de um sistema de cooptação subjacente à administração estamental.

Na visão de Faoro e Schwartzman, “teóricos do atraso”, não pode ser soberanamente democrático um Estado que,

por anteceder aos grupos de interesses, mais do que autônomo em face da sociedade civil, estaria empenhado na realização de objetivos próprios aos seus dirigentes, enquanto a administração pública, vista como um bem em si mesmo, é convertida em um patrimônio a ser explorado por eles (VIANNA, 1999, p. 176).

O bem comum e a vontade geral — conceitos tão familiares à ciência política, desde as grandes formulações platônicas e aristotélicas — não são o escopo dos donos do poder político brasileiro. Como mostrou Werneck Vianna, os intérpretes de matriz weberiana chegaram à conclusão de que os dirigentes se apossam do patrimônio público visando à realização de seus objetivos particulares; o alvo de suas ações não é o povo, a sociedade.

Segundo os teóricos do atraso brasileiro, o capitalismo, ao se chocar com o patrimonialismo de Estado, passa a ser subserviente a ele, passa a ser comandado pela classe estamental. Política e economia não são atividades paradoxais no Brasil, são antes de tudo complementares. Isto faz com que o País sempre se defronte com óbices difíceis de serem transpostos, sempre tenha obstáculos que impeçam o seu progresso, sempre esteja permeado de formas nada modernas de arranjo macroeconômico. O mercado não é a via por que a sociedade civil possa garantir a provisão de suas necessidades materiais, através do trabalho e do consumo. O mercado é antes de qualquer coisa o estuário financeiro no qual se abeberam os altos funcionários públicos. O capitalismo, aqui, depende do Estado e vice-versa; ele é “politicamente orientado” e constitui “uma modalidade patológica de acesso ao moderno” (VIANNA, 1999, p. 176). Além disso, as empresas estatais brasileiras são vistas com bons olhos por aqueles que se infiltraram no poder estatal em busca de benefícios privados, pois elas são facilmente administradas por figuras do funcionalismo público.

Assim, essa interpretação do atraso brasileiro por meio da noção de patrimonialismo faz uso das categorias weberianas, mas emprega-as de modo diverso, devido às particularidades de um país que não conheceu o feudalismo e, portanto, estaria mais próximo de uma organização societária de tipo oriental. Todavia, há problemas nessa linhagem interpretativa, pois, de acordo com Werneck Vianna (1999), ela recai numa espécie de determinismo, de generalização que acaba por escamotear a realidade do país, perdendo de vista as particularidades que o constituem, isto é, a convivência contraditória entre mundo rural, sistema de dependência pessoal, administração racional-legal e administração patrimonialista. Em suma, Vianna aponta que é incerto enxergar os problemas nacionais pelo viés do atraso, porque, na verdade, o atraso e a modernidade convivem no mesmo território.

Não podemos pregar à sociedade brasileira o rótulo liberal da liberdade, pois o mercado é coagido pelos dirigentes do Estado. Mas também não podemos pregar nela o rótulo socialista da igualdade, pois as figuras que incorporaram o poder estatal ficaram historicamente de costas para a sociedade civil. Esta não pode manifestar livremente seus interesses, uma vez que sofre a coerção de um Estado forte. O que nos resta é desigualdade social, a injusta distribuição de renda, a hierarquia social verticalmente rígida, as formas autoritárias de poder, a democracia frágil e, sobretudo, a persistência do patrimonialismo. Parece ser esta a análise da história brasileira construída pelos autores tributários de Weber.

Werneck Vianna nos mostra que uma outra teoria clássica de interpretação do Brasil, o livro *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco, propõe uma saída para reverter o nosso atraso:

para que a matriz do interesse viesse a produzir seres sociais dotados de autonomia e de identidade social definida, importaria, de um lado, erradicar as formas de patrimonialismo societal preservadas no processo de modernização da sociedade brasileira, e, de outro, pôr fim à tradicional capacidade da esfera privada de invadir a esfera pública, convertendo-a em um instrumento seu (VIANNA, 1999, p. 186).

Mais uma vez o patrimonialismo é trazido à tona para explicar o atraso, o qual seria resultado, na visão de Maria Sylvia, não de uma organização social de tipo orientalista, como pensaram Faoro e Schwartzman, mas da “pobreza da agência estatal, [...] que teria dado como resultado não desejado a ilusão entre o público e o privado” (VIANNA, 1999, p. 185). Ainda na visão da autora, existiria no Brasil uma ordem burocrática racional-legal convivendo contraditoriamente com o poder local de dominação dos senhores de terras, e isto é que resultaria na indiferenciação entre o público e o privado (VIANNA, 1999, pp. 185-186).

5. Jessé Souza e a revisão das teorias sociais brasileiras

O objetivo de Jessé Souza, ao dissertar sobre o tema do patrimonialismo, assemelha-se ao de Werneck Vianna: os dois figuram como intelectuais revisionistas das interpretações de matriz weberiana sobre a formação da sociedade brasileira. Jessé Souza pretende, sobretudo, mobilizar uma crítica a essa “sociologia da inautenticidade”, identificando suas distorções e seus exageros.

Segundo Jessé Souza (1998), as interpretações clássicas da sociedade brasileira identificaram o iberismo como sendo o principal entrave à modernização. A obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, constrói a imagem do “homem cordial”, atribuindo-lhe características como a plasticidade, a emotividade e o espírito de contemporização. Estes atributos, favoráveis ao processo de formação da nação brasileira, seriam ao mesmo tempo a causa do atraso. O “homem cordial” seria em tudo antagônico ao protestante escandinavo. Este é que seria moderno, devido ao protestantismo de suas raízes. Embora esta visão, segundo Jessé Souza (1998), não seja equivocada, não há na obra de Sérgio Buarque uma abordagem da ambiguidade que constitui o legado protestante. A partir deste argumento, coloca-se em xeque a ideia de que nosso atraso possa ser integralmente explicado pela dicotomia “iberismo *versus* protestantismo”.

A longa argumentação de Faoro, em *Os Donos do Poder*, visa a provar a existência do “caráter *patrimonialista* do Estado brasileiro” (SOUZA, 2000, p. 168). Para Faoro, a liberdade de empreendimento seria coagida pelas forças estatais. A racionalidade matemática do empreendedor se chocaria com os interesses antagônicos e irracionais do estamento. Assim, a sociedade civil brasileira não seria livre economicamente. A nossa história nos mostraria que a dominação tradicional impediu veementemente a manifestação livre de interesses econômicos, de autonomia empreendedora. Ao contrário da sociedade estadunidense, a brasileira teria sido esmagada pela imponência do Estado, pelo autoritarismo político. Isto explicaria o nosso atraso, a nossa modernidade que não se desvencilha de seu lastro arcaico. Jessé Souza afirma que o patrimonialismo — motivo de nosso retrocesso — tem, na visão de Faoro, uma explicação: as “causas do mal, do atraso, serão, no caso brasileiro, como já vimos, uma importação de Portugal: o Estado todo-poderoso que substitui a sociedade e acaba por sugar-lhe, vampirescamente, todas as energias vitais” (SOUZA, 2000, p. 173).

O estamento patrimonial, segundo a tese faoriana, seria a consubstanciação do atraso porque as regras de sua composição remontariam a formas políticas pré-modernas, medievais. Incorporaram-se ao estamento pessoas que buscavam prestígio social e que eram aceitas porque compartilhavam de um ideal que estandardizava o estamento, qual seja, a submissão do Estado — e, portanto, do patrimônio público — aos cacoetes despóticos de um grupo que vivia a expensas da força de trabalho das camadas populares. A classe estamental “se apropria do aparelho de Estado como coisa própria e usa o poder de Estado de modo a assegurar a perpetuação de seus privilégios” (SOUZA, 2000, p. 173).

A formação da sociedade brasileira, portanto, seria problemática “devido à permanente influência da herança estatal portuguesa, a qual impediu o país de livrar-se do atraso social e econômico” (SOUZA, 2000, pp. 182-183). Faoro, portanto, ajustou à categoria weberiana de patrimonialismo o problema da colonização portuguesa, de modo que o nosso atraso decorreria de um tipo de patrimonialismo aos moldes ibéricos. Entretanto, a apropriação faoriana da categoria “patrimonialismo” resultou, consoante Jessé Souza (2000, p. 171), problemática, pois o patrimonialismo weberiano é histórico, ao passo que o de Faoro é a-histórico. Ao invés de realçar as nuances históricas do patrimonialismo brasileiro, Faoro submete toda a sua investigação à seguinte fórmula: “sempre que temos Estado, temos um estamento que o controla em nome de interesses próprios, impedindo o florescimento de uma sociedade civil livre e empreendedora” (SOUZA, 2000, p. 172).

Entende-se, por conseguinte, que Jessé Souza tenta salientar o fatalismo da argumentação de Faoro, a qual busca a qualquer custo construir uma exposição dos inúmeros disfarces da política patrimonialista e centralizadora que o Estado brasileiro herdou de Portugal, não querendo enxergar as particularidades dos momentos históricos.

Jessé Souza (1998) enfatiza, ainda, que Schwartzman é o sucessor de Faoro na linhagem institucionalista de interpretação do Brasil. Schwartzman, apesar de julgar não ter se esgotado a análise do caso brasileiro à luz da categoria de patrimonialismo weberiano, distancia-se, em partes, de Faoro, por não acreditar que o poder do estamento burocrático seja a causa de todo o atraso societário, o óbice ao desenvolvimento. Ainda em acordo com Jessé Souza (1998), há uma outra realidade

percebida por Schwartzman: a convivência da modernidade empreendedora do Estado de São Paulo com o tradicionalismo (ou atraso) do restante do Brasil. São Paulo, na análise de Schwartzman, não teria sofrido o influxo da dominação patrimonial devido à sua formação diferenciada, marcada pela independência política em relação à administração de tipo estamental. Todavia, segundo Jessé Souza (1998), essa análise diferenciada de São Paulo é ilusória, pois o desenvolvimento desigual de São Paulo deve-se, sobretudo, ao trabalho do imigrante.

Conclusão

Em síntese, a reflexão de Jessé Souza propõe repensar as teorias sociais brasileiras que se centraram na dicotomia “atrasado/moderno”, muitas vezes identificando o patrimonialismo como o entrave primordial à modernização. Antes de qualquer investigação desse tipo, dever-se-ia, primeiramente, questionar as próprias concepções de atraso e modernidade, que permanecem ainda cobertas por uma aura nebulosa. Fala-se muito nesse par antitético que parece ser capaz de explicar todos os fenômenos sociais, mas muito pouco se procura defini-lo e caracterizá-lo coerentemente.

Embora tenham sido identificadas as fragilidades da importação da categoria weberiana de patrimonialismo, os intérpretes clássicos do Brasil construíram narrativas que, apesar de suas distorções, buscam explicar os aspectos constitutivos de nossa cultura e de nossa formação histórica. Ao ler a obra de Faoro, e se impregnar com o seu estilo ensaístico, não seria difícil começar a enxergar os problemas políticos atuais sob o prisma do patrimonialismo. 🌀

NOTAS

*O autor, à época da submissão, cursava o 7º período do Curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. E-mail: coutoelvis@yahoo.com.br

REFERÊNCIAS

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. In: **Dados**: revista de ciências sociais, v. 43, n. 1, 2003. pp. 153-193.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SOUZA, Jessé. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 13, n. 38, 1998.

_____. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. In: SOUZA, Jessé (org.). **O malandro e o protestante**: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

Recebido em 26/03/2016
Aprovado em 01/08/2016

RESENHA DO LIVRO MOCAMBOS E QUILOMOBOS: UMA HISTÓRIA DO CAMPESINATO NEGRO NO BRASIL

BOOK REVIEW MOCAMBOS E QUILOMOBOS: UMA HISTÓRIA
DO CAMPESINATO NEGRO NO BRASIL

Raissa Rodrigues*

Referência completa da obra resenhada: Gomes, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos:** Uma história do campesinato negro no Brasil. 1 ed., São Paulo: Claro Enigma, 2015 (Coleção Agenda Brasileira).

No livro *Mocambos e Quilombos*, publicado em 2015 pela editora Claro Enigma, Flávio Gomes pretende desdobrar a história dos quilombos, do passado e no presente, com as comunidades negras rurais e remanescentes de quilombos. A obra se propõe a olhar para o passado de escravização por outro viés e, partindo de uma vasta bibliografia, se debruça na tarefa de mapear alguns quilombos cujos rastros foram deixados na documentação arquivística. Gomes exemplifica estratégias de resistência, de forma ampla, relatando casos bem particulares, para que os detalhes documentados convençam o leitor de que tudo aquilo que apreenderá a respeito do período escravista no Brasil é incompleto e, muitas vezes, falso. Demonstrar a importância da resistência negra é entender a conformação de toda uma população pautada na luta, desde que nessas terras pisaram. O escamoteamento dessa história produz efeitos devastadores para essa mesma população que acaba por não ser reconhecida enquanto sujeitos ativos na busca por uma identidade, bem como na batalha histórica contra o racismo.

O processo, no Brasil, inicia-se com a formação de sociedades coloniais que tinham como base a utilização do trabalho compulsório tanto de indígenas como de (e principalmente) africanos nos séculos XVI a XIX. De origens múltiplas, indivíduos dos mais variados grupos étnicos e nações foram transformados na visão dos europeus em africanos, impondo-lhes uma homogeneidade linguística, cultural, regional e populacional que na verdade nunca existira e não existe até hoje. Ao contrário do que é geralmente posto na literatura convencional, a sociedade escravista conheceu inúmeras formas de protestos, desde insurreições, rebeliões, assassinatos, fugas, até morosidade na execução de tarefas. Tudo isso num contexto de extrema violência e violação de preceitos até religiosos, se levarmos em consideração que esses negros e negras eram convertidos ao catolicismo ora antes de entrarem no navio para serem traficados, ora no momento em que pisavam em solo brasileiro. (Júlio César Medeiros. *À flor da terra*) Muitos dos que escapavam em toda a América, muitas vezes coletivamente, tiveram a experiência de formar comunidades, procurando se estabelecer, com base econômica e estrutura social próprias. No capítulo 'Um fenômeno hemisférico' é elucidado que essas comunidades receberam diversos nomes, tais como *cumbes* na Venezuela; *palenques* na Colômbia; na Jamaica, no Caribe inglês e no Sul dos Estados Unidos foram denominados marrons e na Guiana holandesa, depois

também no Suriname ficaram conhecidos como *bush negroes*. No Brasil, essas comunidades ficaram conhecidas primeiramente como mocambos e posteriormente (final do século XVII) como quilombos. Fugir era uma ação muitas vezes arquitetada, não significando apenas desespero diante de castigos. Segundo Gomes, havia ocasiões consideradas propícias e muitas escapadas coletivas foram antecedidas de levantes ou motins.

Ao longo do livro, Gomes vai enumerando datas e regiões de fuga de muitos grupos pelo Brasil, muitas vezes culminando no surgimento de um quilombo, que tanto atraíam a repressão, como mais fugas para ele, o que causava preocupação e medo aos fazendeiros, imprensa, e sociedade em geral. Quilombos eram sinônimos de transgressão à ordem escravista, não era incomum que seus habitantes se agrupassem para atacar fazendas e engenhos, cooptando mais escravos, e a imprensa diariamente noticiava tais fugas e ataques. Interessante refletir sobre o motivo de tais documentações a respeito dessas insurgências serem tão pouco estudadas pela academia, o que gera uma falta de conhecimento a respeito da força e não aceitação do sistema escravocrata pela própria população descendente desse povo escravizado. O que prevalece é a figura do *escavo* “pai João” cantada por Chico Buarque, ou do negro da casa grande, protagonizado nas novelas de época. Ademais, leituras como Casa Grande e Senzala, obra enaltecida até hoje, que reforçam uma imagem dócil do negro escravizado, ajudam a deixar obscurecido um passado de luta. Mas a imposição da liberdade por parte dos africanos era tão latente que havia até os quilombos próximos a cidade, que chamavam-se quilombos suburbanos, nos quais eram negociados produtos de suas roças e frutas silvestres com taberneiros, viajantes e escravos de ganho.

Gomes coloca que a historiografia da escravidão no Brasil esteve mais interessada em analisar os grandes quilombos, dando pouca atenção aos pequenos quilombos que se incrustavam nos morros e encostas das cidades, que surgiam e desapareciam aos olhos das autoridades, senhores e imprensa. Tal dinamismo impedia que fossem destruídos e capturados com facilidade. É possível abordar o fenômeno dos quilombos urbanos e suburbanos a partir também da cultura urbana com os batuques, ajuntamentos, calundus e fugas intermitentes. Uma evidência aparece na terminologia “casa de quilombo” utilizada nas cidades - principalmente em Salvador e Rio de Janeiro.

Haveria sete tipos de quilombos: agrícolas, extrativistas, mercantis, mineradores, pastoris, de serviço e predadores. O crescimento populacional dos quilombos se dava também com a reprodução interna, ou seja, os nascidos no próprio quilombo e, ao contrário do que pode se supor, o mais importante em qualquer período ou local foi o não isolamento, já que no Brasil, sua proliferação se deu exatamente por sua capacidade de articulação com as lógicas econômicas das regiões onde se estabeleceram. Importante ressaltar a importância das trocas comerciais feitas por escravos e quilombolas, pois, para além das conexões econômicas, circulavam também informações e culturas entre escravos de áreas urbanas e rurais de diferentes cidades.

Gomes trabalha com uma documentação que traz a luz dos debates para além da ideia de repressão. Havia uma enorme dificuldade na destruição dos quilombos e o fator geográfico foi

fundamental não só para economia, ecossistema e territorialidade, mas também nos embates contra as expedições punitivas. Os quilombos eram comunidades móveis de ataque e defesa, causando temor nas autoridades, fazendeiros e até em outros escravos. Quando estavam para serem encontrados, muitas vezes migravam para outros quilombos e há registro de quilombolas usando armas como arco e flecha, pistolas e espingardas (frutos de roubos, saques e também trocas). A pesquisa de Gomes nos revela uma incrível logística de defesa. Muitos mocambos eram cercados de estacas, espécie de muralhas e falsos caminhos, como armadilhas para atrair tropas para fossos com estrepes. Isso ilustra um complexo sistema de guerra, com labirintos, saídas secretas e guaritas que deixavam as autoridades coloniais frustradas por verem seus soldados ora não encontrando nada após dias de caminhada, ora sendo surpreendidos com a engenhosidade típica do povo africano.

No capítulo ‘Família, mulheres e culturas’, há um importante tópico na obra do autor, embora ele não tenha se debruçado mais a respeito, que são as relações que as comunidades quilombolas estabeleciam entre homens e mulheres. Essencial identificar a oposição cosmológica das sociedades europeias/ocidentais com as sociedades africanas (ou afro-brasileiras), no que diz respeito a sua organização matriarcal, ou seja, no papel social que as mulheres desempenham, explícito no modus operandi da divisão do trabalho e posição ocupada pelas mesmas nos quilombos. Há raras notícias sobre a presença da mulher nos mocambos, sugerindo equivocadamente sua ausência ou menos importância. As narrativas costumam enfatizar as imagens depreciativas dos habitantes de quilombos como ladrões, fujões e assassinos, e pouco narram sobre os arranjos familiares e as funções das mulheres. Vale lembrar neste momento que toda narrativa sobre a existência dos mocambos e quilombos são de origem externa a eles, ou seja, o ponto de vista de quem conta deve ser sempre levado em consideração, pois, não há descrição feita pelos próprios quilombolas, mas sim por quem queria destruí-los. É importante identificar o lugar de fala das narrativas, pois, ele em si já é um ponto digno de nota. Cabia as mulheres, por exemplo, esconder o máximo de grãos na cabeça, entre seus penteados, e escapar para as matas o mais longe possível, pois, a economia de um quilombo atacado era reconstruída exatamente a partir desses grãos. Há também a importante função religiosa de proteção para, por exemplo, adivinhar o momento dos ataques punitivos, a produção artesanal de utensílios e mesmo o enfrentamento diante das tropas escravistas. Da organização política sabe-se pouco, mas é sabido da existência de reis, chefes, capitães e rainhas.

Gomes também aponta para a imagem romantizada da cultura africana, que refletiria num quilombo isolado que reproduziria a África. As evidências disponíveis, no entanto, apontam para a cultura quilombola como algo adaptado nas Américas. Isto remete ao conceito de Amefricanidade proposto por Lélia Gonzales, uma das mais importantes militantes e intelectuais da questão negra e de gênero no Brasil. Amefricanidade é então conceituada como

“um processo histórico de intensa dinâmica cultural (resistência, acomodação, reinterpretação, criação de novas formas) referenciada em modelos africanos e que remete à construção de uma identidade étnica. [O valor metodológico desta categoria] está no fato de resgatar uma unidade específica,

historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo.” (GONZALES, 1988)

Seria uma espécie de unidade que, sem apagar a raiz africana, resgata a experiência fora da África tendo-a como central. Para Lélia seu núcleo é constituído pela cultura negra, expressando-se na gestualidade, corporalidade, cotidianidade da fala, e modos de ser que atuam de tal maneira que muitas vezes nem se tem consciência. Os quilombos de toda América são figuras fundadoras da ancestralidade mítica, representando respostas alternativas de organização social desse povo em diáspora. Para Gonzales, portanto, um pilar da Amefricanidade. Assim a cultura quilombola podia ser formada tanto de influências africanas como de reinvenções na diáspora.

Impossível não reconhecer a grandiosidade e força que os quilombos tinham, tanto que para muitos senhores, a alternativa era a tentativa de negociação. No contexto da lei de ventre livre (setembro de 1871), as autoridades tentavam negociar a rendição dos mocambeiros e fazer deles, pelo menos os nascidos nos mocambos, camponeses livres. Outras formas de resistência podem ser ilustradas no “aquilombamento por ocupação”, dentro da própria fazenda ou aquilombados que queriam ser vendidos, pois, estavam insatisfeitos com maus tratos. Há também registros de indígenas aldeados em missões que foram utilizadas para capturar fugitivos e destruir quilombos; de grupos indígenas isolados que atacavam os quilombolas temendo que sua proximidade atraísse a perseguição colonial e de quilombos formados por aliança entre fugitivos negros e indígenas.

No capítulo ‘Formas camponesas coloniais e pós-coloniais’, Gomes cita as imagens produzidas para entender os quilombos. A visão culturalista (anos 1930 a 1950), pensou os mocambos tão somente como resistência cultural, para preservação de suas identidades étnicas. Seria a África romantizada, homogênea e essencializada, descrita por autores como Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edison Carneiro e Roger Bastide. Há também uma visão materialista (1960 e 1970), formulada às teses da benevolência da escravidão proposta por Freyre, apresentando os quilombos como a resistência escrava. Porém ambas as visões para Gomes produziram uma ideia de marginalização dos quilombos, de mundos isolados, ora da resistência cultural, ora da luta contra o escravismo, como se os quilombos não fossem elementos de um organismo social do período colonial, como se sua existência não denunciasses por si só a agência na composição da estrutura política, econômica e também cultural de toda sociedade.

Já no final do livro, é dedicado o capítulo ‘Em torno de Palmares’ para falar sobre Palmares e dar conta da sua magnitude histórica. Considerado o mais antigo e famoso mocambo do Brasil, Palmares surgiu em Alagoas, coração do Nordeste açucareiro colonial. Segundo denúncias, com certo exagero, os mocambos palmaristas alcançavam áreas das capitânicas de Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte. Os quilombolas tanto amedrontavam como puniam os senhores de engenho que promoviam expedições punitivas contra eles. Palmaristas chegavam a cobrar tributos aos moradores das vilas e povoados e quem não colaborasse poderia ter suas propriedades saqueadas, seus canaviais e plantações incendiados e seus escravos sequestrados. As expedições para destruir Palmares foram

seculares atravessando os últimos anos do século XVI até o primeiro quartel do século XVIII, porém a maioria delas sendo frustradas, chegando ao ponto de as autoridades oferecerem tratados de paz, visando o reconhecimento da autonomia dos palmaristas em troca de lealdade à coroa. Zumbi, um dos principais líderes do quilombo, foi traído, localizado e assassinado em 20 de novembro de 1695, hoje data do Dia Nacional da Consciência Negra, feriado em várias cidades brasileiras.

Os primeiros registros que temos sobre mocambos no Rio de Janeiro são de 1625. A história dos quilombos teve vários e diferentes capítulos, considerando regiões, períodos, duração, cenários, personagens, reprodução e ações. Muitos, e não só Palmares, existiram durante décadas e até mesmo séculos. Fazendeiros, autoridades e os próprios escravos sabiam que em algumas regiões havia comunidades de fugitivos (e suas várias gerações ali nascidas) longevas.

Com a abolição em 1888 não havia mais escravos, portanto, não havia mais fugitivos, mas os mocambos e quilombos continuaram a se reproduzir sem, no entanto, constarem na documentação policial e nas circulares jornalísticas. Esses quilombos que já eram micro comunidades camponesas continuaram suas atividades, migrando, desaparecendo e emergindo de norte a sul do país. As comunidades recriaram suas dimensões de suposta invisibilidade através de linguagens e culturas próprias com festas que iam do jongo às congadas e outras manifestações de uma cultura rural de base étnica e familiar. Elas foram tão estigmatizadas a ponto de seus moradores recusarem a denominação de quilombolas ou ex-escravos.

No final do século XX, essas comunidades sofreram novos ataques de setores agrários. No Brasil dos últimos anos o debate sobre reforma agrária vem se articulando com a questão racial, em particular das comunidades negras rurais e remanescente (termo que foi oficializado na constituição brasileira em 1988) de quilombos. A militância negra se apropriou do quilombo como representação política de luta contra a discriminação racial e valorização da cultura negra, agenciando essa ideia para articular a resistência e luta contra opressão. 🌱

NOTAS

*A autora cursa o último período do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente faz parte do Laboratório de Estudos de Relações Étnico Raciais (LERER) coordenado pela professora Fernanda Santos do Núcleo de Estudo de Políticas Públicas e Direitos Humanos (NEPP-DH). Também atua no projeto de extensão do mesmo núcleo, coordenado pelo professor Vantuil Pereira. Trabalho como voluntária no Grupo de Estudos Multidisciplinar de Ações Afirmativas (GEMAA) da UERJ.

REFERÊNCIAS

GONZALES, Lélia. “Nanny.” *Humanidades*, Brasília, (17): 23-25, 1988.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. À flor da terra :o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro / - Rio de Janeiro : Garamond : IPHAN, 2007.

Recebido em 05/04/2016
Aprovado em 09/10/2016

IMPASSE DEMOCRÁTICO: ENTREVISTA COM BEATRIZ BISSIO E JAIRO NICOLAU

DEMOCRATIC IMPASSE: INTERVIEW WITH BEATRIZ BISSIO AND JAIRO NICOLAU

Entrevista realizada por Lucas Burgos e Luiz Paulo Bittencourt

Beatriz Bissio e Jairo Nicolau são professores do departamento de Ciência Política do IFCS/UFRJ. Em entrevista concedida à Revista *Habitus*, os professores discorrem sobre o cenário político brasileiro tratando dos seguintes temas: Junho de 2013, o processo de *Impeachment*, presidencialismo de coalizão, mídia e a atuação do cientista político. Beatriz Bissio é coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Ásia, África e as Relações Sul-Sul (NIEAAS). Jairo Nicolau tem experiência áreas de eleições, sistema partidário, sistema eleitoral e reforma política.

Revista Habitus: *Obrigado por vocês terem aceitado o convite. Vocês poderiam falar um pouco mais sobre a trajetória acadêmica de vocês. Quais lugares de formação, por onde vocês passaram, como vocês se interessaram na área das ciências sociais?*

Beatriz Bissio: Bom, a minha trajetória é muito eclética, muito pouco representativa do que normalmente costuma ser uma trajetória acadêmica formal. Eu venho de uma formação inicial, ainda no Uruguai, na área de engenharia química, que na verdade foi uma escolha sentimental porque essa era a carreira dos meus pais. Minha mãe foi uma das primeiras engenheiras químicas do Uruguai. O fato de eu ter saído do Uruguai depois do início da ditadura me levou, na prática, a encontrar outros caminhos. E foi no jornalismo que eu iria exercer a maior parte da minha vida profissional. Fui membro da equipe fundadora, ainda muito nova e sem muita experiência, de uma revista da qual, ao longo do tempo, eu acabei sendo a editora e finalmente, a diretora: *Cadernos do Terceiro Mundo*. Depois lançamos mais duas revistas, *Ecologia e Desenvolvimento* e a *Revista do Mercosul*.

Tive uma experiência, portanto, de dirigir uma editora e coordenar a equipe de uma revista internacional, que foi muito fecunda e intensa. Tivemos sedes na Argentina, no México, e em Lisboa e representações em Luanda e Maputo, além de outras capitais africanas e latino-americanas. Numa época em que não existiam nem a internet nem as novas tecnologias da comunicação, um pequeno grupo inicial de jornalistas latino-americanos foi construindo uma rede internacional de jornalistas independentes que conseguiu manter vivo esse projeto ao longo de décadas. Através de venda direta e de assinaturas chegávamos a um público latino-americano e africano, com as edições em espanhol e português, e europeu, norte-americano e asiático, através da edição em inglês. Essa edição em inglês não teve tão longa duração quanta as outras, mais tornou a publicação conhecida em âmbitos muito extensos. Depois veio a experiência dolorosa de ter que fechar a editora, no início de 2006. Fui eu que tive a responsabilidade desse momento, que vivi de forma muito dramática. O nosso era um jornalismo independente, numa etapa histórica da América Latina dominada pelas ditaduras.

Resistíamos contra vento e maré, pagando um alto preço; ainda há jornalistas colaboradores de *Cadernos do Terceiro Mundo* na lista dos desaparecidos na Argentina, por exemplo, além de outros terem sido assassinados em outras partes do mundo. Eu comento sempre que tendo resistido a todo o ciclo das ditaduras, paradoxalmente, fui forçada a fechar a editora no governo Lula! Esse é um dos exemplos das contradições do processo político e da falta, do meu ponto de vista, de um projeto e de uma visão estratégica, da esquerda em geral, e particularmente no Brasil, sobre o poder, o papel e a importância da mídia. Quando eu percebi que a crise financeira da editora não ia permitir salvar o projeto, eu decidi voltar a estudar. O processo de fechamento da editora foi muito doloroso e hoje, em tom de brincadeira, eu digo que para consertar os meus neurônios naquela época muito comprometidos com esse drama de ver acabar um projeto ao qual tinha dedicado décadas da minha vida e que tinha servido para divulgar temas totalmente ausentes na grande mídia - eu tinha dois caminhos: ou ir para um psiquiatra ou voltar a estudar. Decidi retornar aos livros, ao estudo, e fiz o meu doutorado.

Escolhi um dos temas que eu tinha trabalhado como jornalista: o pensamento árabe e o Islã. Na experiência com *Cadernos do Terceiro Mundo*, ao longo de várias décadas, eu fiz a cobertura de diferentes aspectos da realidade latino-americana, africana e do Oriente Médio, inclusive participei da cobertura de várias guerras. Estava em Beirute, por exemplo, em junho de 1982, quando a cidade foi bombardeada e o Líbano invadido pelas forças militares israelenses comandadas por Ariel Sharon. Também tive a experiência da cobertura de guerras de posições, a guerra terrestre, com a artilharia como ator principal, como foi em Angola e em Moçambique. No Iraque, numa das minhas visitas, tive a ocasião de vivenciar o cenário final da guerra Irã-Iraque, perfazendo por terra o percurso de Bagdá a Basra. Enfim, a opção pela vida acadêmica se apresentou em um momento em que eu necessitava dar uma nova direção à minha vida.

Por uma questão de vocação, eu sempre gostei da docência. Ministrei muitíssimas palestras, em diferentes países, e também em muitos cursos de jornalismo, informais; dei cursos de jornalismo em Angola, por exemplo, nos primeiros anos posteriores à independência. Na altura era necessário formar jornalistas trabalhando com jovens que não tinham nenhuma base prévia, mas aquilo era uma necessidade histórica: o país não tinha quadros em nenhum terreno e era necessário reorganizar toda a comunicação. Então, o Movimento Popular de Libertação da Angola (MPLA) convidou-me para essa tarefa. Sempre gostei muito de trabalhar com jovens e, na verdade, me sinto muito privilegiada, nesta etapa da minha vida, por lecionar nesta universidade. Eu tenho uma grande admiração e dou extraordinário valor ao papel social da universidade pública. Nenhum país que aspire ao desenvolvimento poderá fazê-lo à margem de uma boa Universidade pública, laica, gratuita. E tenho um especial carinho, claro, pela nossa UFRJ!

As minhas disciplinas e as minhas pesquisas como acadêmica, como docente desta casa, continuam sendo aquelas que eu comecei no jornalismo: continuo trabalhando com o Islã, Oriente Médio, África, Ásia e as relações Sul-Sul, sem deixar de lado a América Latina, já que sou uma latino-americana nascida no Uruguai, que morou no Peru e no México e há três décadas adotou também o Brasil como

pátria. Estudo, também, o papel da mídia na sociedade contemporânea – um assunto chave hoje, do qual eu tenho a longa experiência do vivido – e o tema do diálogo entre as civilizações. Considero o debate sobre esse último tema muito necessário. Temos que desconstruir, com argumentos históricos e teóricos, essa visão que a mídia contribui a formar, de que o Ocidente estaria fadado a um confronto com o Islã, que o muçulmano seria esse “outro” com o qual não há nenhuma identificação possível, não existe ponte a ser estabelecida. Esse tipo de abordagem, além de ter consequências dramáticas, falseia a história. Foi através dos sábios muçulmanos, por exemplo, que o Ocidente redescobriu o pensamento grego, principalmente de Aristóteles. Trata-se, então, de uma construção política de objetivos claros, para a qual grande parte da mídia, consciente ou inconscientemente, se presta como caixa de ressonância. Eu venho trabalhando todos esses temas.

Jairo Nicolau: Olha, eu sou de uma geração que chegou à adolescência no governo Figueiredo na transição do regime autoritário para o regime democrático, e eu fui muito estimulado por esse momento. A ideia de fazer ciências sociais me veio por conta dessa magia do período de transição, dos novos partidos, das eleições de 1982, daquele ambiente impressionante que foi no Brasil o governo Figueiredo no qual boa parte dos meus colegas também estavam envolvidos com essa militância estudantil, sindical, da associação de bairro, do trabalho pastoral, enfim, todas as formas de ação possíveis que minha geração podia se envolver.

Com isso acabei indo naturalmente para um curso em que isso pudesse ter passagem, que era o curso de ciências sociais. Como eu sou do interior, de Friburgo, o curso na UFF é sempre o mais próximo, porque Niterói era a capital do antigo Estado, então nós do interior vamos muito mais para lá do que para o Rio. Então eu fiz minha graduação na fluminense e já tinha meus pendores para a ciência política, a disciplina que eu mais gostava. Acabei fazendo mais eletivas nesta área, depois fiz estágio e trabalhei durante alguns anos no IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), onde eu pude dar mais vazão ainda para esse lado que conectava universidade com movimentos sociais, com os trabalhos comunitários, mas depois senti a necessidade de fazer uma pós-graduação. Não tinha muita noção do que fosse uma pós-graduação, mas acabei no IUPERJ. Entrei em 1988, fiz meu mestrado e em sequência meu doutorado, e depois me contrataram como professor. Então, entre 1988 e 2011, que foi quando eu saí do IUPERJ, eu passei minha vida praticamente toda lá, primeiro como aluno e depois como professor.

Com 17 anos na casa, eu era o diretor na época em que o IUPERJ fez a transição para a UERJ e eu me vi um pouco impelido a buscar outras experiências pessoais, profissionais; o processo foi muito doloroso para mim pessoalmente e eu aproveitei e fiz o concurso para a UFRJ. Isto foi em meados de 2011 e assumi minha cadeira no final de 2011, e sigo até hoje. Para mim foi uma experiência muito rica, depois de 17 trabalhando só na pós-graduação eu estou a 5 anos só ensinando, basicamente, para a graduação. Não acho que está sendo o fim do mundo. Os meus colegas que estão muito tempo na pós-graduação creditam que a graduação é um fim de linha na biografia. Eu estou muito feliz com os alunos que eu tenho, acho que tem sido uma experiência profissional e pessoal muito interessante para mim. Continuo direcionando parte da minha vida para além da

graduação, escrevendo meus textos, circulando um pouco pelo meio acadêmico brasileiro, em bancas, seminários e eventos, e eventualmente até no debate político mais aberto, sobre a reforma política, instituições, sobre a crise. Então, tem sido uma temporada ótima e estou muito tranquilo aqui na UFRJ.

Revista Habitus: *Recentemente nosso país vem passando por processos políticos de bastante relevância histórica. Principalmente se considerarmos esse curto período que abrange as manifestações de 2013 e o recente processo de impeachment. Como vocês avaliam a atuação do cientista político diante deste cenário? Qual é para vocês o papel político da academia em meio a esse processo, considerando a possível extinção do Ministério de Ciência e Tecnologia?*

Beatriz Bissio: Eu vou responder como cidadã, pois na minha pesquisa, na verdade, como já expliquei, eu trabalho temas de política internacional. Lógico que o Brasil também está inserido na política internacional, e um dos temas relevantes da nova agenda são os BRICS, tema que venho acompanhando. O Brasil tem um peso muito significativo nos BRICS porque através dele incorpora-se a América Latina, ou pelo menos a América do Sul, aos BRICS. Mas enfim, outros aspectos relativos à política doméstica brasileira não são objeto da minha área de pesquisa acadêmica. Porém, evidentemente como cidadã deste mundo eu também acompanho, dentro das minhas possibilidades, esses temas. A possibilidade de extinção do Ministério de Ciência e Tecnologia eu imagino que não passe de especulação. Nenhum país - particularmente um país com as dimensões e potenciais do Brasil - pode construir um futuro autônomo, soberano, com pleno desenvolvimento, sem pesquisa na área de ciência e tecnologia, aliás, sem pesquisa em geral. Nós da área de humanas temos que defender as pesquisas da nossa área. As nossas disciplinas são essenciais para a formação do cidadão, da cidadania. Não há democracia sem cidadania. Cada vez mais é necessária uma reflexão sobre o significado mais profundo e as implicações amplas da democracia. E para esse debate o nosso curso sem dúvida contribui. Sem esse tipo de debate não há fortalecimento democrático. É impossível pensar em uma democracia sólida sem uma sociedade que tenha incorporado profundamente o compromisso com o conceito de cidadania e para esse conceito pensemos na importância da educação e, dentro da educação, na importância das disciplinas na área das Humanidades.

Com relação ao tema do devir político do nosso país, é preocupante! Estão sendo implementadas medidas, particularmente na área que nos afeta diretamente, em relação à educação pública, que são muito ameaçadores para um projeto de um Brasil soberano, independente. Eu espero que não prosperem, porque o país não pode dar as costas à construção de seu futuro. Hoje em dia a situação está muito incerta. São muito assustadoras as perspectivas de curto e médio prazo; mas ainda guardo a esperança de que o panorama mais negativo não se concretize. E se se concretizar, devemos lutar para reverter a situação.

Jairo Nicolau: Nós estamos vivendo a crise política mais severa desde a redemocratização. Uma crise em que é difícil saber aonde ela começou, pois ela tem componentes únicos. Acho que as manifestações de 2013 mostraram que um segmento expressivo da sociedade brasileira,

majoritariamente jovens, estavam naquele momento insatisfeitos com a política, com o sistema político, com os partidos. Considero que esse foi o primeiro alerta de um certo mal-estar difuso. Estar nas ruas uma juventude que basicamente militava em frente ao seu computador foi uma novidade impressionante. De lá para cá eu tenho que às vezes lavar o rosto, tomar um café para ter certeza de que o que estou vendo realmente está acontecendo. Nesse período, particularmente desde a eleição de 2014 até os dias que correm, chegou semana em que um dia tinha três, quatro episódios impressionantes. Então, tem muitas cenas dramáticas dessa crise toda; uma das mais significativas foi quando eu acordei e fui ler um jornal online e vi um soldado, com uma arma possante na porta da casa do Lula, e a casa dele tinha sido invadida, ocupada para uma investigação. Estava acontecendo uma condução coercitiva.

E tem várias outras cenas, como a própria Dilma entrando no legislativo, saindo do Planalto. Os três milhões de pessoas na rua, em um mesmo domingo, pedindo a sua saída. São muitos eventos, muitas imagens, e é difícil para um cientista político, alguém que estuda política brasileira dar conta do que se está passando, daquilo que aconteceu, do estrago que fez o Eduardo Cunha, da crise do Partido dos Trabalhadores, do escândalo da Petrobrás, são tantos eventos, são tantos fios que estão sendo puxados, que a gente fica “zozoz”. Como pensar há 5 anos atrás que o ex-presidente não poderia tomar posse como ministro de outro. Um ex-presidente se tornar ministro de Estado já seria pouco provável, mas não lhe ser permitido a posse, por razões inerentes ao conflito daquele momento, é algo ainda mais impressionante. O próprio afastamento da presidente Dilma, que eu acho que ninguém imaginava há meses atrás que acontecesse. As coisas aconteceram de maneira muito rápida, uma mudança de papel das instituições, dos atores, como por exemplo, a cassação do Eduardo Cunha, meses atrás um dos homens mais poderosos da República. Então, por tudo isso a gente vive um momento excepcional e que eu digo para meus colegas que a gente precisa ter humildade analítica para tentar entender e até refazer alguns de nossos estudos, das nossas premissas em relação à essa política. Não está fácil entender o que se está passando no Brasil.

Eu acho que um cientista político tem duas dimensões, uma é a cívica, em que cada um tem suas escolhas. Há cientistas políticos que, como acontece em qualquer outra profissão, são mais ativos politicamente, outros mais recatados, cada um faz sua escolha. Há também a dimensão acadêmica, ou seja, às vezes os temas que nós estudamos podem ser um subsídio para o debate. Quem estuda por exemplo políticas públicas tem dado contribuições importantes para o entendimento e para avaliação de políticas de saúde, econômica, combate à desigualdade; quem estuda instituições, para entender as instituições, o comportamento político brasileiro. Nesse sentido acho que a ciência política pode ser muito útil nesse desafio de tentar entender o Brasil. Por outro lado, eu não acho que todo cientista político, nem aqui, nem em qualquer lugar do mundo, e em nenhuma profissão na área de humanidades, todos os cientistas são envolvidos em uma atividade explícita de militância. Creio que isso dependa do estilo de cada um, do envolvimento e às vezes até do tema que estuda. No meu caso, que estudo sistemas eleitorais e representação, sou levado a participar debates em que colegas meus não participam diretamente. Então é um desafio muito grande para os cientistas políticos numa

conjuntura, sobretudo como essa, de trazer subsídios para a gente pensar melhor o que está se passando com a política brasileira.

Por fim, sobre o ministério eu posso falar que é um erro, um equívoco terrível e desnecessário terminar com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Eu acho que o Ministério já vinha sofrendo intervenção política desnecessária, eram indicados ministros pessoas que não tinham nenhuma familiaridade com o mundo da ciência e tecnologia. Acho até que esse Ministério não deveria ser oferecido à políticos, mas à professores, reitores, às pessoas que fazem a ponte da ciência com o mundo da política. E foi uma ação totalmente desnecessária, criou uma animosidade no mundo científico, mostrou um desinteresse pela área de pesquisa que é fundamental para o país. Eu espero que pelo menos, se o Ministério não for recriado daqui a pouco, que a Secretaria de Ciência e Tecnologia receba um atendimento especial. Foi um grande equívoco.

Revista Habitus: *Quais autores vocês consideram relevantes para analisar esse atual quadro político?*

Beatriz Bissio: Eu gosto de muitos autores, mas acho que Maquiavel traz algumas reflexões que ainda são relevantes. Há aí uma questão central que é o estudo do poder, que é essencialmente o estudo da ciência política. Eu diria do “poder” corruptor do poder. Essa é a questão! Ou seja, Maquiavel retrata com crueza, o que se tem que fazer para a sobrevivência no poder. Pensemos se essa visão de Maquiavel não retrata bem a atuação de muitos dos que hoje entram na carreira política. Estão dispostos a pagar qualquer preço e a fazer qualquer coisa para se manterem no poder.

É preciso voltar aos conceitos mais antigos, que estão presentes nos pensadores anteriores à era cristã, seja na China, seja na Grécia, da política como o instrumento para a construção do bem comum. Eu incluí, neste semestre, Confúcio na disciplina Introdução à Ciência Política. Eu visitei a China em maio deste ano e fiquei muito impressionada com o estudo e o culto (no bom sentido), com a reflexão que ainda está tão presente na sociedade chinesa sobre o legado de Confúcio e o confucionismo, abrangendo sobretudo a parte da ética na política. Eu acho que é isso que hoje está no âmago dos nossos problemas. Apesar de eu ser cidadã brasileira naturalizada desde a época dos anos 80 e ter vivido mais anos aqui no Brasil do que vivi na minha pátria originária que é o Uruguai, lá (no Uruguai) eu tive meu “batizado” de militância política. A forma de se fazer política no Uruguai é muito diferente da forma de se fazer política no Brasil.

Ainda quando eu vou para o Uruguai muitas pessoas me dizem: “ah, mas você tem uma visão do Uruguai dos anos 70 que já não é mais o mesmo, muita coisa mudou”. Sim, em parte sim, mas ainda, afortunadamente, algumas coisas não mudaram. Uma determinada ética ainda é exigida para quem aspira a participar na vida política, a exercer cargos públicos. A sociedade não aceita determinadas práticas. Isso é o que às vezes ainda me chama a atenção, aqui. Ainda percebo em mim esses traços originários da minha formação política que vem da cultura política uruguaia. A sociedade uruguaia não aceita determinadas atitudes. Por exemplo, não aceita a possibilidade de “virar a casaca”,

ou seja, de hoje estar num partido e amanhã estar em outro. Isso é muito difícil de ser aceito na sociedade uruguaia. Se uma pessoa que teve uma atuação relevante e significativa num determinado partido depois muda para outro que é o avesso, não tem futuro, acabou! Outra questão é relacionada ao que é o bem público. Esse conceito na sociedade uruguaia está bastante mais desenvolvido do que aqui: o que é público é de todos nós. Então há um respeito maior pelo que é público. E finalmente é diferente a estrutura político-partidária. Eu não consigo entender como se aceita que o país tenha 35 partidos políticos registrados pela Justiça Eleitoral. Não há trinta e cinco ideologias possíveis! Isso é um balcão de negócios. No entanto, isso se aceita. Essas questões estão relacionadas com a própria educação e com a própria estrutura partidária. Eu me iniciei na estrutura da vida política durante o processo de formação da Frente Ampla, que hoje é governo no Uruguai. Vários dos que foram ministros ou são atualmente ministros foram da minha geração, meus amigos. Nós tínhamos cursos de formação política, a gente estudava a história do nosso país, a tradição dos partidos, as estruturas, a Constituição, o que é o Parlamento, para que serve. Mas não estudava só no secundário, estudava também na vida política. Havia debates, seminários, cursos de formação. Portanto, a gente entrava numa militância e numa participação política com um arcabouço que dava consistência a essa atuação. Claro, o Uruguai é pequeno, tem três milhões e meio de habitantes, as questões lá são mais simples. Eu entendo que a complexidade de um estado federativo como o Brasil é outra. Mas algumas dessas questões talvez pudessem ser repensadas para começar um processo de recuperação no Brasil da Política com "P" maiúsculo, que está tão degradada!

Jairo Nicolau: Olha, eu não tenho lido textos de cientistas políticos e historiadores que me ajudassem a desvendar esse momento que a gente vive no Brasil. Eu acho que essa hecatombe que estamos passando é de tal magnitude que boa parte das premissas, das hipóteses dos estudos que nós fizemos sobre a política brasileira estão totalmente em “segundo plano”, digamos assim. Mas de qualquer forma eu sugeriria o clássico da interpretação política brasileira contemporânea que é o texto do Sérgio Abranches, *Presidencialismo de coalizão*. É um termo que está na mídia e esse texto é pouco lido, é um artigo da Revista Dados, mas é um texto muito interessante porque ele fala da especificidade da forma de governar o país, que o Sérgio chamou de presidencialismo de coalizão, com esse adjetivo, esse qualificativo. Embora ele estivesse olhando para passado e o texto seja de 1988, ele nos ajuda muito a pensar as dificuldades de formação de coalizão, as crises do presidencialismo brasileiro. E também acho que como a gente está num período de falar realismo político, como a Beatriz lembrou do Maquiavel, eu também sugeriria duas leituras, que eu inclusive vou trabalhar com os meus alunos: o texto do Michels sobre os partidos políticos, que é de um realismo absurdo, escrito em 1911, mas mostra o poder da burocracia, como um partido de massas vai sendo dominado não só pela burocracia, mas por uma elite parlamentar que se descola das bases. E também a conferência clássica do Weber, *A Política como vocação*. Sobretudo os últimos parágrafos onde ele discute a separação entre ética e ação política, chamando atenção para a distinção dos fins últimos e a ética da responsabilidade.

Beatriz Bissio: São textos que dialogam com Maquiavel.

Jairo Nicolau: Sim! São textos que pertencem a tradição do realismo político.

Beatriz Bissio: Jairo, eu tenho uma questão que me inquieta, gostaria que você comentasse. Eu participei e acompanhei a discussão na época do plebiscito para o presidencialismo ou parlamentarismo. E, naquele momento, depois de votado o presidencialismo, se analisou - e aí justamente eu gostaria que você me confirmasse - que quando a Constituinte pensou o futuro do país, pensou um futuro parlamentarista. Porém, como o plebiscito rejeitou o parlamentarismo, voltou-se a colocar como sistema para o Brasil o presidencialismo. Eu me lembro que havia algumas vezes que em função disso deveria ser então repensada ou reavaliada a parte da Constituição de 1988 que dizia respeito justamente ao sistema de governo e às prerrogativas de cada um dos poderes, Legislativo e Executivo. Poderias explicar as consequências desse plebiscito e se essa discussão tem relação com os temas em debate atualmente no Brasil?

Jairo Nicolau: Na verdade, durante a Constituinte havia uma preferência, pelo menos da elite parlamentar, pelo parlamentarismo. Porém, o presidente Sarney e o que chamávamos de "Centrão", que era um grupo que abrangia um grupo parlamentar de centro-direita e o baixo clero amorfo, defendiam o presidencialismo. Então, o presidencialismo, nas últimas etapas de votação da Carta, venceu. O resultado foi uma Carta com certo aspecto parlamentarista, com algumas ideias, por exemplo, de dar muito peso ao Legislativo. E depois eles tiveram de remendar o texto, criando as medidas provisórias, que foi uma invenção de última hora para evitar que o Presidente ficasse muito sem força. Eles definiram, mantiveram, o presidencialismo, mas submetido a uma espécie de avaliação popular no plebiscito de 1993. E o presidencialismo ganhou por larga margem.

No plebiscito de 1993, só o PSDB e setores do PMDB defenderam o parlamentarismo. Também alguns partidos de esquerda. Mas, mesmo o PT, que na Constituinte defendia o parlamentarismo, com a eleição se aproximando e vendo a possibilidade de o Lula chegar ao poder em 1994, mudaram de posição em 1993 e apoiaram o presidencialismo. Então o presidencialismo passou. E depois, os bem-sucedidos governos do Fernando Henrique e do Lula, por razões diferentes, deram um certo alento a ideia de que o presidencialismo funcionava bem. E em um modelo especial brasileiro, de grandes coalizões, de compartilhar o ministério com muitas forças políticas e com um componente regional também. E agora, com a crise mais pesada que esse presidencialismo vivenciou, no governo Dilma, ficou claro para todo mundo o que todos os teóricos dos sistemas de governo sabem: o presidencialismo é uma ótima forma de governo, até que ele viva uma crise acentuada. Ele não tem uma válvula de escape, uma saída para crises fortes que acontecem no meio do mandato. No parlamentarismo quando cai o gabinete ou se chamam novas eleições ou forma um novo gabinete. Em uma crise como essa que afetou o governo Dilma provavelmente, ou ela faria um novo gabinete ou o povo seria convocado a fazer uma nova eleição e transferir o poder para uma nova força política, como aconteceu na Espanha recentemente.

Então, tem esse aspecto: no presidencialismo, durante os momentos de crise, as pessoas dizem: "Nossa! Que sistema é esse que o governo acaba antes do tempo!". Você não tem o que fazer com ele! Foi o que aconteceu com o governo da Dilma. Em um ano ele envelheceu, sofreu boicotes, houve erros também do próprio governo na gestão econômica, o governo perdeu a popularidade, não

conseguia aprovar mais nada no Congresso. O que é que se faz agora? A única possibilidade que é conferida no presidencialismo é o impedimento. E, lamentavelmente, a nossa lei de *Impeachment* é muito ruim. É uma lei antiga. Ela não é precisa. E nas sombras dessa lei que a oposição arrumou um pretexto para afastar a presidente.

Beatriz Bissio: Há quem defenda o plebiscito revogatório, que algumas Constituições presidencialistas têm introduzido, porque pelo menos nesse caso a decisão fica com a população, com o eleitorado.

Revista Habitus: *O que vocês pensam sobre a possibilidade de um referendo para novas eleições?*

Jairo Nicolau: A melhor saída para esse impasse que o Brasil chegou com o governo Dilma naquele ano de 2015 seria uma nova eleição. E transferir o poder para uma nova força política, que poderia ser, eventualmente, mesmo o PT ou outras forças. Mas, para isso, havia só duas possibilidades. A primeira seria a renúncia simultânea da presidente Dilma e do seu vice-presidente Michel Temer. Seria preciso um pacto muito grande entre lideranças do PT, do PSDB e do PMDB. Sentar numa mesa e dizer: "não dá mais pra Dilma. Ela vai renunciar, por razões políticas. Nós vamos convocar eleições porque a Constituição prevê isso daqui a três meses."

Mas isso, para ser feito, teria que ter um ambiente político menos polarizado. E lideranças de parte a parte, como por exemplo os ex-presidentes Fernando Henrique e Lula, sentassem à mesa e chegassem a um acordo. Essa saída se apresentou inviável: a Dilma não aceitou. No momento ela achou que podia continuar, que tinha força política, ainda que, por exemplo, em um ano não tivesse conseguido aprovar nada no Congresso. Se não tivesse essa hostilidade violenta, porque se não fosse o Cunha ter iniciado o processo de *Impeachment*, a Dilma continuaria. Quer dizer, nunca na história presidencial brasileira um presidente da Câmara dos Deputados foi tão hostil à um presidente como Eduardo Cunha foi com a Dilma. Ele desestabilizou completamente a agenda parlamentar, a Dilma não aprovava mais nada. E, pelo contrário, ele aprovava medidas que boicotavam a política da Dilma. Que depois ganharam na imprensa o nome das 'pauta bomba'.

Então foi um ano terrível e uma saída da crise que se desenhou que seria essa, com outra eleição. A outra seria o TSE impugnar a chapa. Isto não está ainda descartado. Mas se isso acontecer, até dezembro desse ano, o que é remoto, aí tem novas eleições. Mas a partir do ano que vem seria eleição indireta, no Congresso. O que também seria péssimo. Seria um sonho se essa crise tivesse acontecido faltando alguns meses para acabar o governo Dilma e daqui a alguns meses nós tivéssemos uma eleição, mas o tempo que a gente tem pela frente é gigantesco: são dois anos, são 28 meses de governo Temer. É muito tempo. Então, é muito difícil você justificar uma redução do mandato. Qualquer político, quando é eleito, é escolhido para cumprir um mandato. Você não tem como constitucionalmente reduzir o mandato desse presidente. Alguns juristas, e eu tendo a concordar, consideram que isso é *clausula pétrea*, você tem que cumprir o mandato pelo qual você foi eleito, você não pode ter a redução do seu mandato por uma negociação política nem por uma emenda

constitucional. Então nós estamos atados pelas regras do nosso presidencialismo. Quer dizer, é uma crise política que eu acho que não vai se resolver, há uma enorme insatisfação de um terço da população brasileira e das forças políticas brasileiras que foram destituídas do poder e vão, digamos assim, atazanar a vida desse governo, e esse governo carece de um apoio social para passar as reformas que o Brasil precisa e a gente fica nesse impasse. A ideia das “Diretas Já” claro que é simpática, mas ela não é factível constitucionalmente. Nesse contexto não é, ainda que eu ache que teria sido a melhor saída lá atrás. Mas para isso teria de ter uma negociação política e a gente não tem atores para comandar um pacto desse naipe.

Beatriz Bissio: Eu concordo com o Jairo, me parece que não há uma fórmula para chegar a essas eleições. Nem sei, na verdade, se hoje em dia, com essa crise geral dos partidos, essa seria uma medida produtiva e construtiva. A maior parte da população está tão descrente de tudo, que nem sei quantos se sentiriam inclusive motivados a participar. Eu estou vivendo um momento de muita perplexidade, como o Jairo disse, de muitas perguntas com pouca capacidade de elaborar respostas sobre o que seria e o que será melhor. Acho que a única unanimidade nas forças mais progressistas é o “Fora Temer”, no sentido de uma rejeição a essa situação que herdamos. Mas, por outro lado, esse Fora Temer não tem consistência como proposta positiva: é uma proposta negativa, define o que não queremos. Tudo bem, não queremos o Temer. Mas não tivemos – e ainda não vejo no horizonte algum sinal disso – a capacidade de elaborar uma proposta positiva de curto prazo. O horizonte continua sendo a próxima eleição de 2018. E aí, de fato, até 2018, como vamos viver? De crise em crise? O que se apresenta, portanto, é um panorama de uma continuidade do desgaste político muito grande. Mas, na dinâmica do processo político, é nesses momentos de profunda crise que pode surgir inesperadamente uma luz, uma força, uma proposta. Tomara que isso aconteça. Essa eleição municipal mostrou um desgaste em geral dos partidos políticos; o número de votos em branco e nulos em muitos casos superou o de votos válidos, fora o abstencionismo, mesmo com o voto obrigatório. Este momento, pela gravidade que tem, exigiria alguns gestos simbólicos direcionados para opinião pública. Um gesto simbólico neste momento, no meu humilde ponto de vista, teria sido uma candidatura única das forças progressistas à prefeitura, no caso do Rio de Janeiro, por exemplo. Com uma campanha contundente, explicando à população o que está em jogo a curto, médio e longo prazo. E, claro, teria sido necessário que o campo progressista abandonasse as alianças espúrias, esdrúxulas. Essas alianças eleitoreiras com as forças políticas e certas candidaturas que estiveram diretamente comprometidas com tudo o que aconteceu no país, rasgando a Constituição!! É necessário pensar que não se trata somente de procurar vitórias eleitorais, que a médio prazo se transformam em derrotas políticas. Não é possível continuar a pensar somente em somar votos, sem pensar nos compromissos que estão implícitos por trás do voto!

Eu acompanhei muitas lutas, em diferentes circunstâncias, momentos, países. Mas esta é a primeira vez em que me sinto desconcertada. Nenhuma mudança profunda virá no curto prazo. É um momento difícil, sem soluções rápidas para recompor o tecido político e o tecido social, que estão dilacerados. Este país teve grandes políticos; eu acompanhei alguns deles muito diretamente. Eles fariam falta neste momento. Seria necessário contar com dirigentes que, mesmo em campos opostos, tivessem uma

retidão de conduta, uma coerência nas suas vidas públicas, que lhes permitissem colocar a defesa dos interesses nacionais, dos interesses das grandes maiorias, em primeiro plano e não os interesses mesquinhos, pessoais, antes de mais nada. Vejo neste momento um grande desafio para os movimentos sociais, que ficaram em situação difícil durante os governos Lula e Dilma. É diferente fazer oposição a um governo reacionário – sem dúvida os campos estão mais claros, nesse caso - do que tomar posição perante um governo progressista, que necessita ser criticado muitas vezes, naquilo que o afasta de suas metas mais ambiciosas, ajudando-o a aprofundar o processo de mudança. Mas esse fio da navalha, esse limite entre o que é a crítica construtiva que ajuda a aprofundar o processo e a crítica reacionária tendente a desgastar o governo progressista é tênue. E, para piorar a situação, no Brasil não há uma mídia democrática. A mídia, salvo pequeninas e valorosas exceções, está comprometida com o capital financeiro e com os interesses antinacionais.

Revista Habitus: *O que vocês acham do papel da mídia, tanto no processo do impeachment quanto nos protestos de 2013, depois no Fora Dilma e no Fora Temer?*

Beatriz Bissio: Eu acho lamentável. Acho que grande parte da responsabilidade pela crise que o Brasil está vivendo, junto com certos partidos e lideranças e sem tirar a responsabilidade dessa esfera que a gente já analisou, está na mídia. É uma pena que esse diagnóstico não tenha sido feito adequadamente quando o país recuperou a democracia e também tenha ficado ausente durante os últimos governos. Eu pessoalmente não acredito na possibilidade de construção de uma democracia sadia sem uma mídia democrática. A democracia exige uma mídia democrática. E mídia democrática significa uma mídia plural, uma mídia onde há uma possibilidade de confronto positivo de ideias, do debate construtivo de propostas, de projetos para a sociedade. Não é o que temos, lamentavelmente, aqui no Brasil. Essa mídia democrática poderia ter surgido e prosperado. Aliás, já existia, porque houve uma valorosa mídia alternativa que combateu a ditadura. O poder público tem instrumentos para fortalecer a mídia democrática. Existe uma enorme verba oficial para publicidade, que lamentavelmente continuou a ser direcionada para os grandes meios de comunicação comerciais, sendo a Rede Globo a que mais abocanhou recursos, em todo o período. Não se trata de promover uma mídia oficialista, situacionista, peleguista, não. Deveria ter sido incentivada uma mídia estatal de qualidade, orientada pelo respeito ao que é público e sob controle social. Esse tipo de meios de comunicação deveria ter existido se o Brasil tivesse colocado em prática o que ficou definido pelos constituintes em 1988. Mas não houve vontade política para isso. Rádios e TVs públicas que não são atreladas a quem está ocupando o governo eventualmente, mas ao Estado, o Estado com letra maiúscula, não existem no Brasil, mas existem em muitos países do mundo. É uma mídia plural, aberta aos mais diversos segmentos da sociedade. E também deveria ter sido promovida uma mídia vinculada aos movimentos sociais, aos sindicatos, aos professores, às comunidades. Essa mídia existe, mas sobrevive na penúria ou ainda pior, é perseguida, como acontece com as rádios comunitárias.

Com a volumosa verba oficial de publicidade repartida de forma mais transparente e democrática teria sido fácil arejar o universo da mídia. Esse tema ficou fora da agenda durante todos os governos do PT, apesar da luta dos jornalistas, dos comunicadores e dos movimentos sociais, que

estão trabalhando há muito tempo em prol da democratização da comunicação. Eu acompanho essa luta; há propostas muito consistentes, mostrando o que poderia ter sido feito. Inclusive porque o Congresso tem a capacidade de dar as concessões de TV e rádios. E o que fizeram os congressistas foi distribuir muitas das concessões entre eles, apesar de proibido. Ou fecharam os olhos perante casos claríssimos de concessões vencidas, que poderiam ter sido retiradas. Mas sabemos que o “faz de conta” neste país lamentavelmente é o que mais se vê. Então a maior parte da mídia está controlada pelos próprios congressistas que, claro, fazem dela um instrumento de sua própria perpetuação. Eu acho realmente triste o cenário que nós temos na mídia, atrelada às piores causas, sensacionalista no pior sentido, pouco preocupada com pautas que não sejam “pautas bombas” e muito pouco democrática, como ficou em evidência no comportamento perante o impeachment. Realmente, eu sou crítica em extremo dessa situação e me parece que esta foi uma das principais falhas do governo do Partido dos Trabalhadores. Um erro crasso de avaliação do poder da mídia que se tornou fatal.